OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
IX

DISCURSOS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

IX

Discursos

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco IX : discursos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
327 p.; 15,5 x 22,5 cm

ISBN 978-85-7631-360-1

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. 3. Discursos. I. Araújo, Roberto Luiz Assumpção de.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Este IX volume das Obras do Barão do Rio Branco foi preparado e organizado pelo Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo, de acordo com o critério indicado na explicação que vai adiante.

Sumário

Nota à Edição de 2012, 11
Apresentação, 13
Explicação, 53
Na Câmara dos Deputados. I, 63
Na Câmara dos Deputados. II, 73
Na Câmara dos Deputados. III, 79
Limites com a República Argentina. I, 85
Limites com a República Argentina. II, 89
Questão do Amapá. I, 93
Entrega de credenciais ao imperador da Alemanha, 97
Questão do Amapá. II, 101
No Clube Naval, 105
Ao Visconde de Cabo Frio, 109
No Grande Oriente do Brasil, 113
Questão do Acre, 117
Conferência Sanitária Pan-Americana, 121
III Congresso Científico Latino-Americano. I, 125
III Congresso Científico Latino-Americano. II, 131
III Conferência Internacional Americana. I, 135
A Elihu Root, 141
III Conferência Internacional Americana. II, 145
Homenagem do Exército Nacional, 151

A Luís Elizalde e Emilio Mitre, 157
A Claudio Pinilla, 161
A Paul Doumer, 165
Na Faculdade de Direito de São Paulo, 169
Aos estudantes paulistas, 175
À delegação do Uruguai nas festas de aniversário da Proclamação da República, 179
Glorificação de Rui Barbosa, 185
Visita da esquadra norte-americana, 191
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. I, 197
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. II, 203
Manifestação em Petrópolis, 209
Ao general Pando, 213
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. III, 217
Aos jogadores de futebol argentinos, 221
Ao doutor Antônio Batista Pereira e à dona Maria Adélia Rui Barbosa, 225
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IV, 229
Manifestação popular no dia 20 de abril de 1909, 235
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. V, 241
A Anatole France, 247
Tratado da Lagoa Mirim, 251
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VI, 255
A Sáenz Peña. I, 261
No 13º Regimento de Cavalaria, 265
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VII, 269
A William J. Bryan, 275
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VIII, 281
Aos oficiais do cruzador *D. Carlos I*, 287
A Sáenz Peña. II, 291
Ao marechal Hermes da Fonseca, 295
A Domício da Gama, 299
A Quirno Costa, 303
No Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 307
No Clube Militar, 313
Índice onomástico, 319

Nota à edição de 2012

Tendo em vista a iniciativa de traduzir todos os textos em língua estrangeira constantes da edição de 1945, o presente volume traz, em relação aos discursos apresentados em outras línguas que não a portuguesa, apenas a versão neste idioma. Os discursos, naquela edição, publicados apenas em outros idiomas foram traduzidos para o português. Procurou-se, com essa iniciativa, facilitar o acesso dos pesquisadores aos textos de autoria do Barão do Rio Branco. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

O Editor

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Embaixador Manoel Gomes Pereira

Os cinquenta e dois discursos incluídos pelo embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo no volume IX das Obras do Barão do Rio Branco, na edição de 1945-1948, comemorativa do centenário do seu nascimento, refletem sua trajetória como deputado geral (hoje, o termo é deputado federal), como advogado das importantes questões de limites que o Brasil manteve com a Argentina (Palmas) e a França (Amapá) e como ministro das Relações Exteriores de quatro presidentes da República. Apresentam um retrato completo do trabalho de Rio Branco em favor do Brasil. Mas também o situam diante da política interna, em face das homenagens que recebeu desde seu retorno, em dezembro de 1902, até as derradeiras, no final de 1911.

Os originais dos discursos pertencem ao Fundo Barão do Rio Branco, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro.

Nas páginas a seguir, comentarei aqueles textos à luz da trajetória de Paranhos Júnior e da realidade política do Brasil nos mais de cinquenta anos que medeiam entre sua estreia na Assembleia-Geral do Império, em 1869 e sua morte, em 1912.

A intenção principal desses comentários é dar ao leitor do século XXI alguma informação adicional que lhe permita fruir, além do estilo sóbrio e conciso de Rio Branco e do seu trabalho, as circunstâncias em que os discursos foram escritos.

Infelizmente, não foi possível realizar essa análise sobre alguns poucos textos, a respeito dos quais não se obteve qualquer informação.

Os discursos são comentados na ordem cronológica em que apareceram na edição mencionada, mantida nesta reedição.

Da sua atividade política como deputado à Assembleia-Geral do Império (1869-1875) restam três textos. No primeiro deles, o jovem parlamentar dá mostra clara de seu pendor para a pesquisa histórica. Em 16 de julho de 1869, defendeu, com abundantes provas, inclusive datadas do século XVIII, a posição da Província que representava, a de Mato Grosso, na questão de limites com a de Goiás, que se havia iniciado cerca de 30 anos antes. A fixação desses limites somente se resolveu neste século, com a decisão final do Supremo Tribunal Federal, na ACO (ação cível originária) 307 MT, em 20 de novembro de 2001, que acolheu a posição do Estado de Mato Grosso.

Os dois restantes correspondem à discussão, na Assembleia-Geral, da reforma do seu regimento interno.

Dos cinco discursos seguintes, quatro tratam da apresentação de cartas credenciais e de revocatórias como ministro plenipotenciário em missão especial junto aos governos dos Estados Unidos (1893-1895), para a questão de Palmas, e da Suíça (1899-1901), para a questão do Amapá. Em ambos os litígios, Rio Branco saiu-se vitorioso, garantindo para o Brasil cerca de 300.000 quilômetros quadrados de território.

O último é o discurso de apresentação de credenciais, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo do imperador Guilherme II, da Alemanha, em 1901, cargo que ocupou até a sua volta ao Brasil como ministro das Relações Exteriores.

Por ocasião da homenagem, no Clube Naval, a 1º de dezembro de 1902, na chegada ao Rio de Janeiro, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco explicitou a sua concepção de política externa. Em primeiro lugar, ela não é política de Governo, mas de Estado. Apoia-se, portanto, nos interesses nacionais permanentes, e não nos momentâneos e passageiros.

> A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência (o presidente Rodrigues Alves), não é e não deve ser uma pasta de política interna, (...). Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.

Atribuiu, ademais, o êxito de sua atuação nas questões de Palmas e do Amapá, não só ao estudo aprofundado do tema, mas especialmente ao fato de que

> defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas da nação inteira. Toda a minha força, toda a energia e atividade que pude desenvolver nas minhas últimas missões resultaram, não só da minha convicção do nosso bom direito, mas principalmente da circunstância de que eu me sentia apoiado por todo o povo brasileiro, inteiramente identificado com ele.

O diplomata deve, pois, estar sempre preparado para defender as posições que interessam ao Brasil. Estará, ademais, atento a que essas posições sejam entendidas e apoiadas pela opinião pública. Tal concepção implica que a política externa deve ser discutida amplamente. Jornalista na mocidade, Rio Branco soube valorizar a imprensa como veículo para informar a opinião pública de suas iniciativas e para captar-lhe as reações. Durante sua gestão, tratou de temas candentes, como a questão do Acre, os problemas com a Argentina, derivados da competição pela primazia na América do Sul, e com a Alemanha, no caso da canhoneira Panther. Em todas essas situações, necessitou, além do apoio dos partidos, da sustentação da opinião pública.

Em 16 de agosto de 1903, o busto do visconde de Cabo Frio foi inaugurado no Itamaraty. Joaquim Tomás do Amaral tinha entrado para o serviço exterior em 1840 e, desde 1865, ocupava a função de diretor-geral, o segundo homem do Ministério. Conta-se que Cabo Frio se colocava à disposição de cada novo titular das Relações Exteriores. Se o recém-chegado tentava manifestar algum tipo de independência ou indicava a necessidade de substituição do diretor-geral, Joaquim Tomás simplesmente o deixava a sua sorte até que, exausto, o ministro passava a se apoiar nele. Com isso, o antigo funcionário manteve-se no elevado cargo por mais de 40 anos.

Rio Branco, que o conhecera ainda adolescente, em casa, em despacho com o conselheiro Paranhos, então ministro dos Negócios Estrangeiros, abriu o discurso com essa reminiscência, salientando depois os serviços de Cabo Frio prestados ao país, desde sua nomeação para o Ministério, mais de 60 anos antes. O diretor-geral trabalhou, durante a década de 1880, para resolver a questão de Palmas. Durante

a revolta da Armada (1893), contra o governo Floriano Peixoto, foi o redator do acordo que declarava o Rio de Janeiro cidade aberta, o que evitou seu bombardeamento pela esquadra revoltada. Ao ser nomeado ministro, Rio Branco começou a, gradativamente, retirar as funções de Cabo Frio que, no entanto, conservou o gabinete e o cargo até a sua morte, em janeiro de 1907.

Em 1903, o barão foi readmitido no Grande Oriente do Brasil, de que seu pai havia sido grão-mestre. Ainda ocupado com a questão do Acre, encontrou tempo para retornar à sociedade à qual se orgulhava de pertencer, quanto menos pelo visconde: "por herança paterna, sou e não posso deixar de ser um maçon, como este nome é entendido entre nós." Na República, com a separação entre o Estado e a Igreja, já não ocorreria outra crise religiosa, como a que contribuiu para derrubar o Gabinete Rio Branco em 1875. A despeito da condenação da Santa Sé à Maçonaria, as relações entre ambas as instituições atravessavam período tranquilo.

O barão pôde, assim, trabalhar para a criação do primeiro cardinalato latino-americano, processo que terminou em dezembro de 1905, quando dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro, foi criado cardeal. O cardinalato, também singularizava o país no continente e foi motivo de tensão com a Argentina e o Chile, que também manobravam pela mesma concessão. O chanceler empenhou-se a fundo nessa questão, que vinha desde o Império e, mais recentemente, fora retomada pelo presidente Campos Sales (1898-1902).

Em 20 de fevereiro de 1904, aprovado pelo Congresso o Tratado de Petrópolis, que nos dava o Acre, Rio Branco foi alvo de grande manifestação popular no Itamaraty, respondendo, com o discurso incluído neste volume, o de saudação, feito por Olavo Bilac, que proclamava:

> Paranhos do Rio Branco! Abençoado seja o teu cérebro, porque a tua inteligência restituiu ao Brasil os brasileiros que estavam sem pátria!

O agradecimento do chanceler foi muito sóbrio. Reafirmou a necessidade de a política externa ser conduzida ao abrigo das paixões da política interna.

Relembrou, ademais, a atitude com que enfrentou a questão do Acre: "(...) com a serenidade de ânimo com que me dispus a afrontar os perigos que me assinalavam alguns amigos e compatriotas eminentes, de cujo parecer, no tocante à questão do Acre, sinto profundamente haver dissentido." O reparo foi principalmente feito a Rui Barbosa, que, em julho de 1903, havia sido nomeado plenipotenciário, com Rio Branco e Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro em Washington, para as negociações com a Bolívia.

Rui renunciou à função, em 17 de outubro de 1903, um mês antes da assinatura do Tratado, em carta ao chanceler, por discordar da cessão de pequenos pedaços do território brasileiro (o triângulo Abunã-Madeira, habitado por bolivianos, e que daria à Bolívia melhor acesso ao Madeira, próximo à área onde logo depois seria construída, em cumprimento dos termos do Acordo, a estrada de ferro Madeira-Mamoré, além de quatro pequenas áreas então situadas nos hoje estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que a Bolívia tivesse acesso ao rio Paraguai). Rui reafirmou sua posição contrária ao Tratado, por ocasião de sua passagem, para aprovação, pelo Senado, em janeiro de 1904, no texto "As razões do plenipotenciário vencido".

Finalmente, recusou-se a considerar a solução da questão como vitória brasileira, fiel a sua máxima, de que "as vitórias diplomáticas não se comemoram", ressaltando que

> no pacto que concluímos com a Bolívia não houve vencedores nem vencidos. O empenho dos plenipotenciários brasileiros e bolivianos durante toda a laboriosa negociação consistiu em procurar remover para sempre as dificuldades e complicações com que lutamos desde 1899, conciliando interesses bem entendidos das duas nações vizinhas e amigas (...)

O texto seguinte é de saudação, em banquete, aos delegados à Conferência Sanitária Pan-Americana, em julho de 1904. O governo Rodrigues Alves foi período de grande êxito na luta contra as endemias que então assolavam o Rio de Janeiro, a peste bubônica, a varíola e a febre amarela, que deram à cidade reputação de "túmulo dos estrangeiros". Devido a essas endemias, especialmente a febre amarela, cujos surtos alcançavam o auge no verão, o governo, os diplomatas estrangeiros e os integrantes das classes mais abastadas mudavam-se para Petrópolis naquela estação.

A par da modernização da Capital Federal, conduzida pelo prefeito Pereira Passos, o presidente promoveu o seu saneamento, nomeando, em 1903, o médico sanitarista Oswaldo Cruz como diretor-geral de Saúde Pública (cargo hoje equivalente ao de ministro da Saúde). Oswaldo Cruz iniciou o seu trabalho pelo combate à febre amarela, com os famosos mata-mosquitos e pela intimação, aos proprietários de imóveis insalubres, que os reformassem. A seguir passou a enfrentar a peste bubônica, organizando batalhões de funcionários destinados a caçar ratos e atraindo o apoio da população à perseguição aos roedores pelo oferecimento de recompensa pecuniária àqueles que os entregassem nos postos de recebimento. Com relação à varíola, a aprovação da obrigatoriedade da vacina gerou, em novembro de 1904, a revolta da Vacina Obrigatória, logo esmagada pela imposição do estado de sítio e pela suspensão temporária da respectiva lei.

A Conferência realizou-se, assim, num momento em que o governo conseguia êxitos na luta contra as endemias que assolavam o Rio de Janeiro (e outras regiões do Brasil). Em seu breve discurso, Rio Branco salientou a unidade de propósitos entre os representantes dos países presentes, citando especificamente a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, e enfatizou a obra civilizadora que o Congresso iria produzir, de combate à rotina pela adoção "de princípios liberais, que são uma conquista da ciência moderna." A Conferência terá servido também aos propósitos do barão de apresentar o Brasil no exterior como país civilizado e evoluído.

Como ministro, Rio Branco reconheceu e apoiou a obra de Oswaldo Cruz, que contribuiu para mudar a imagem tradicional de insalubridade do Rio de Janeiro. Quando, em setembro de 1907, o Brasil ganhou o primeiro prêmio e o sanitarista recebeu a medalha de ouro por seu trabalho, no XIV Congresso Internacional de Demografia e Higiene, em Berlim, o governo resolveu aproveitar a súbita notoriedade do cientista para facilitar a atração de imigrantes europeus para o Brasil e o apoiou em seus contatos com entidades médicas e científicas daquele continente.

O Terceiro Congresso Científico Latino-Americano é objeto dos dois textos seguintes desta coletânea. O primeiro, pronunciado na sessão inaugural de 6 de agosto de 1905, sintetizou o pensamento de Rio Branco sobre a ciência e do papel dos cientistas na promoção de

países como o Brasil, que iniciavam sua história de participação em reuniões internacionais dessa natureza.

O chanceler destacou, inicialmente, a responsabilidade dos participantes em desfazer desconhecimentos (e mal-entendidos) em seus países a respeito de outras nações que se fizeram representar no Congresso. Sempre atento à importância da realização desses Congressos para a promoção, e o melhor conhecimento do Brasil no exterior, salientou o papel dos participantes na divulgação do país em cada um dos demais países representados no certame. Essa atuação dos cientistas, estimou, é mais eficaz, "na grande obra da pacificação dos espíritos e da amizade entre as nações". Salientou que "nenhuma forma de propaganda oficial e tendenciosa vale esta espontaneamente exercida por homens de valor, convencidos, e alheios às paixões políticas." Buscava, pois, tornar os cientistas que tinham viajado ao Rio de Janeiro propagandistas da cidade e do Brasil.

Destacou, ainda, que, mesmo sob o regime monárquico, os sentimentos do Brasil sempre foram amistosos com relação a seus vizinhos, procurando afastar temores, reais ou imaginários, de agressão e de expansão nacional no continente.

Também criticou a inexistência de uma ciência nacional. Ainda nesse discurso Rio Branco mencionou que "a nossa curiosidade de saber ainda não teve a imodéstia de se constituir em ciência nacional", à diferença, certamente dos países europeus e dos Estados Unidos. A ironia valeu como alerta aos nossos cientistas para que desenvolvessem uma ciência nacional. Aqui está novo sinal da modernidade do chanceler, que considerava a importância do desenvolvimento de uma ciência nacional para a afirmação da independência do país.

O barão não se esqueceu, contudo, dos Estados Unidos, que não participaram do Congresso "Latino-Americano", mas que receberam menção no discurso de abertura e brinde no do banquete às delegações à Conferência, em 20 de agosto de 1905. Rio Branco estava seguro de que poderia necessitar do apoio norte-americano em questões de política externa.

Durante a gestão Rio Branco, foram muitos os gestos de aproximação com aquele país.

No plano político, em janeiro de 1905, por iniciativa do chanceler, o Rio de Janeiro e Washington elevaram suas respectivas legações ao

nível de embaixada. Joaquim Nabuco foi nomeado embaixador, com a missão de desenvolver as relações bilaterais. Esse foi um gesto de reconhecimento do papel de relevo que Washington passara a exercer no continente, a despeito da ainda forte influência britânica e de seus capitais. Para Rio Branco, esse fato significava, ademais, a crescente importância que os dois países se conferiam mutuamente. Para as demais nações latino-americanas era indicador da posição singular do Brasil nas Américas em face dos Estados Unidos.

Anteriormente, no início de 1903, a pedido do Brasil, os Estados Unidos se abstiveram de intervir diretamente na questão do "Bolivian Syndicate", entre cujos advogados figurava um parente do presidente Roosevelt, e que opunha o Brasil à Bolívia na questão do Acre, desde que ressalvados os direitos dos cidadãos norte-americanos. Rio Branco e Assis Brasil se moveram, no entanto, no sentido de evitar quaisquer problemas com os Estados Unidos. Em março de 1903, antes do início de negociações formais com La Paz, aquele consórcio foi indenizado pelos eventuais prejuízos que pudesse ter com sua retirada do Acre.

Entre os gestos de amizade para com Washington, o Brasil tinha aceitado o pedido de reconhecimento do Panamá, logo que foi solicitado a fazê-lo pelo presidente Theodore Roosevelt (novembro de 1903), condicionado apenas a que fosse uma iniciativa conjunta com a Argentina e o Chile.

Rio Branco não fez reparos ao Corolário Roosevelt à doutrina Monroe (janeiro de 1904), segundo o qual os Estados Unidos se declaravam dispostos a ocupar militarmente países que estivessem passando por uma crise devido a sua dívida externa, à diferença de alguns de nossos vizinhos que viram no corolário a justificação para eventuais intervenções de Washington.

Em novembro de 1905, a canhoneira alemã Panther ofendeu a soberania brasileira ao desembarcar marinheiros no porto de Itajaí em busca de suposto desertor. Rio Branco protestou vivamente e instruiu Joaquim Nabuco a buscar entendimento com os Estados Unidos, no espírito da Doutrina Monroe, no nível governamental, através do secretário de Estado Elihu Root, e de fazer publicar artigos de imprensa que alertassem a opinião pública para bloquear qualquer tentativa mais agressiva por parte do governo alemão. Berlim acabou por atender ao pedido brasileiro de desculpas, tendo então o incidente sido dado por terminado.

A decisão de sediar a III Conferência Internacional Americana, que se realizou no Rio de Janeiro em julho-agosto de 1906, tomada no segundo semestre de 1905, fêz também parte dessa política de aproximação com os Estados Unidos e de prestígio entre nossos vizinhos. Foi a primeira conferência pan-americana na América do Sul. A de 1889, foi convocada para Washington, e a seguinte foi celebrada na Cidade do México em 1902.

A agenda negociada, a partir de 20 de dezembro de 1905, por comissão composta dos Estados Unidos, do Brasil, do México, Cuba, Costa Rica, Chile e Argentina apresentou uma grande variedade de assuntos, alguns ainda de surpreendente atualidade: Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas, reclamações pecuniárias, dívidas públicas, codificação do Direito Internacional Público, naturalização, desenvolvimento de relações comerciais entre as repúblicas americanas, leis aduaneiras e consulares, privilégios e marcas de fábrica, política sanitária e quarentenas, estrada de ferro pan-americana, propriedade literária, exercício de profissões liberais e futuras conferências.

Para o Brasil foi também uma vitória a presença de Elihu Root que, com Joaquim Nabuco, co-presidiu a Conferência. Pela primeira vez, um alto funcionário norte-americano, com nível ministerial, visitava a América do Sul.

Em preparação da Conferência, o *Jornal do Comércio* publicou em 12 de maio de 1906, artigo escrito pelo barão, sob o pseudônimo J. Penn, intitulado "*O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*", incluído no volume VIII – Estudos Históricos, nesta coleção. Nele, o chanceler, por intermédio da imprensa, buscou habilmente colocar a opinião pública a favor de tema que considerava importante.

O autor traçou a evolução das relações bilaterais, salientando terem sido os Estados Unidos o primeiro país a reconhecer nossa independência, em 26 de maio de 1824. Nosso desejo de aproximação refletiu-se também na aceitação imediata da doutrina Monroe, com isso afastando possíveis veleidades dos membros da Santa Aliança de tentar recolonizar-nos.

Rio Branco relembrou que "Washington sempre foi o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns vizinhos, rivais permanentes ou adversários de

ocasião", citando especificamente as pressões de alguns vizinhos latino-americanos, em 1824, contra o país recém-independente, mas de regime político diverso. O mesmo ocorreu, por ocasião da questão do Acre, quando a Bolívia e o Peru teriam tomado iniciativas semelhantes.

J. Penn terminou por dizer que nenhuma dessas ações prosperaram graças à amizade que sempre uniu os dois países e que devia ser mantida pela geração presente.

Três discursos pronunciados durante a III Conferência foram incluídos no presente volume.

O primeiro, na sessão inaugural da Conferência, foi um texto otimista, de saudação às delegações e que indicava o justo orgulho do chanceler de ter tido a oportunidade de organizar o evento, numa Rio de Janeiro que se renovava. O local da reunião, o Palácio Monroe, assim chamado em homenagem ao formulador da Doutrina, tinha sido nosso pavilhão na exposição de St. Louis, em 1904, que foi transplantado para o Rio. O edifício, sede da Câmara dos Deputados entre 1914 e 1924 e do Senado Federal até 1961, foi demolido em 1976, na reforma da região em que se situava, no fim da Avenida Rio Branco, junto ao Passeio Público.

Espírito prático, o ministro recordou que o fim principal da Conferência era de discutir os variados temas da agenda, sem nenhum objetivo antagônico com respeito a outras regiões. A Europa, na verdade, se preocupava com as conseqüências da reunião e com a atração que os Estados Unidos passavam a exercer sobre as Américas. O chanceler buscou dissipar esse temor, recordando que os latino-americanos dependíamos do capital, do comércio e da tecnologia europeias e reafirmando que o que podíamos dar-lhes seria "um campo mais importante para o emprego de sua atividade comercial e industrial."

O discurso terminou com uma palavra de alívio pelo fim da guerra entre El Salvador, Honduras e a Guatemala, devido à intervenção conjunta dos Estados Unidos e do México, pelo Tratado de Marblehead, assinado a bordo do cruzador norte-americano de mesmo nome em 20 de julho de 1906, que obrigou os países centro-americanos a resolverem suas pendências pacificamente ou a submetê-las à arbitragem mexicano-norte-americana. Washington começava então a exercer seu papel de polícia na América Central e no Caribe.

A segunda alocução, de circunstância, foi um brinde a Elihu Root, em banquete de 28 de julho de 1906.

O terceiro foi pronunciado na sessão de encerramento. Ao congratular-se com as delegações por seu trabalho intenso, que esgotou a extensa agenda, Rio Branco se permitiu uma ironia sobre a ideia europeia de que a eloquência (e a verborragia) das assembléias americanas dificultasse a tomada de decisões sérias. A ironia não deixava de ter sua razão, já que os discursos e os debates da Reunião primaram pela concisão e pela abordagem direta dos temas examinados.

Passou, finalmente, a um dos seus temas constantes, o de que o Brasil não tinha quaisquer pretensões hegemônicas no continente. Nossa política era de convivência pacífica com os vizinhos.

O chanceler voltou a essa questão na homenagem que lhe prestou o Exército em 10 de novembro de 1906. Desde que assumira o Itamaraty, Rio Branco, envolvido nas questões de limites com a Bolívia e com o Peru, preocupou-se com o aperfeiçoamento profissional dos militares e o reaparelhamento das Forças Armadas. Foi um dos incentivadores do programa de manobras e de modernização dos serviços do Exército, implantado, a partir de 1905, pelo ministro Hermes da Fonseca. Estimulou, também, o reaparelhamento da Marinha, expresso nos programas navais de 1904 e de 1906. Quanto à força naval, queria antecipar o reequipamento da esquadra pela compra de navios de guerra que estavam sendo construídos para o Chile e o Peru. Em síntese, seu desejo de estar em paz com a vizinhança não implicava passividade com respeito à modernização das Forças Armadas. A preparação para a guerra, acreditava, era a melhor garantia de manutenção da paz.

Rio Branco prosseguiu, reafirmando o compromisso do país com a paz e a solidariedade continentais; ressaltou os laços com os Estados Unidos, aprofundados no passado recente, com a realização da III Conferência Internacional Americana. Fez breve histórico das guerras em que o Império se envolveu, para enfatizar o conceito do presidente argentino Mitre de que o Brasil fora um vencedor de tiranos e libertador de povos. Lembrou, a seguir, que, embora país amante da paz, o Brasil não iria descuidar-se da sua defesa, tanto no interior, quanto no litoral.

Apontou, finalmente, a proximidade entre o diplomata e o soldado.

> (...) são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

É a repetição da lição de Clausewitz, talvez pouco conhecido no país à época, mas a cuja obra o barão teria tido acesso por seu longo período de residência na Europa: A guerra é a continuação da política por outros meios.

Ao comentar esse discurso, Clodoaldo Bueno[1] cita o jornal portenho *"La Prensa"* que, em editorial de 13 de novembro daquele ano, intitulado "Por la Seguridad Nacional", afirmou que Rio Branco deu, com ele, "um golpe mortal na resistência argentina ao reforço da esquadra." Brasil e Argentina estavam, então, na fase da disputa pela supremacia naval no Atlântico Sul.

O discurso de 29 de janeiro de 1907, com que homenageou Cláudio Pinilla, um dos plenipotenciários bolivianos na negociação do Tratado de Petrópolis e ministro das Relações Exteriores, em banquete é um exemplo de que, para o barão, as vitórias diplomáticas não se celebravam. Não houve qualquer palavra sobre a antiga questão do Acre.

Tratava-se, então, de negociar o ajuste final das questões surgidas em decorrência do Tratado. Pinilla tinha voltado ao Brasil para, entre outros assuntos, discutir a reativação do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano, criado pelo artigo 2º do mesmo Acordo, que funcionaria por um ano, a partir do prazo de seis meses contados da ratificação do Tratado de Petrópolis. O Tribunal, composto por um membro brasileiro, um boliviano e um presidente, escolhido de comum acordo (o Núncio Apostólico), teria tríplice competência: (i) aceitar ou rejeitar as reclamações por atos administrativos realizados nos territórios permutados segundo o Tratado de Petrópolis; (ii) fixar a importância da indenização, a ser paga em apólices (títulos) especiais, ao par, que vencessem o juro de três por cento e tivessem a amortização de três por cento ao ano e; (iii) determinar que governo seria o responsável pela indenização.

Em 6 de fevereiro seguinte assinou-se, novo acordo sobre o Tribunal. Seu funcionamento foi prorrogado por um ano com data fixada por

[1] BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República – os anos de apogeu (1902-1918).* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003, p. 206.

notas trocadas depois que a Bolívia designasse seu representante. O trabalho do Tribunal só foi retomado em novembro daquele ano.

Outro acordo bilateral, da mesma data, tratou da demarcação fronteiriça com o reconhecimento do rio Verde e de suas cabeceiras, que se iniciou no decorrer de 1909.

Em setembro de 1907, o Brasil recebeu a visita de Paul Doumer, político francês, que foi deputado, senador e governador-geral da Indochina Francesa (território que equivale hoje ao Vietnam, Laos e Cambodja), entre 1897 e 1902. Eleito presidente da República em 1931, morreu assassinado em 1932.

A visita de Paul Doumer, como as de outros estrangeiros ilustres, obedeceu a uma das preocupações de Rio Branco, a de tornar o Brasil melhor conhecido no exterior por meio do testemunho de personalidades que viajaram ao País. Paul Doumer publicou, em 1908, "Le Brésil", e prefaciou conferência de Édouard Quellennec, publicada em 1907 como 'Le Brésil et ses ports".

Por ocasião da visita, foram produzidos, por Júlio Ferrez (1881-1946), dois filmes, em 1907, para a Pathé Frères. O primeiro foi "A visita de sua excelência Paul Doumer ao Brasil", que o mostrou sendo recebido por Rio Branco no cais Pharoux, que era situado próximo à Praça Quinze de Novembro, no Rio. O segundo foi "Viagens de Paul Doumer pelo Brasil em diversas estradas de ferro", que propagandeava nosso sistema ferroviário no início do século XX.

Em sua saudação, em banquete no Itamaraty, Rio Branco salientou o interesse do estadista francês em conhecer o País e mencionou a acolhida favorável que teve de nossa gente, "sobre quem a influência da cultura francesa sempre foi tão notável." Mais uma vez, veio à tona a preocupação do ministro com a apresentação de um país distante da Europa, mas muito semelhante aos daquele continente, pela cultura e pela civilização.

Na mesma época, visitaram o Brasil (o Uruguai e a Argentina, também), o historiador Guglielmo Ferrero, autor da conhecida "Grandeza e Decadência de Roma", e sua mulher, Gina Lombroso-Ferrero, filha do cientista Cesare Lombroso.

Em seu "Fra i due Mondi", publicado em 1913, Ferrero relata os convites recebidos para vir à América do Sul. O primeiro, feito em novembro de 1906, por Emilio Mitre, diretor do jornal *"La Nación"*,

para a Argentina. O segundo foi feito no Rio, a bordo do navio em que viajava para o Prata, por uma deputação da Academia Brasileira de Letras, chefiada por Graça Aranha, a instâncias de Rio Branco. Por seu turno, Gina Lombroso-Ferrero escreveu livro de viagem intitulado *"Nell'América Meridionale (Brasile-Uruguay-Argentina)"*, publicado em 1908, tampouco faz referência a contato com o barão, mas tempera elogios com críticas ao Brasil e a seus habitantes.

Ferrero, que acabara de ser eleito membro correspondente da ABL, foi convidado por Machado de Assis a fazer oito conferências sobre sua especialidade, a história de Roma, recebendo honorários totais de quarenta mil francos. Em carta ao barão, o presidente da ABL agradeceu-lhe a recepção feita ao casal. Em sua busca, o embaixador Roberto Assumpção não encontrou quaisquer discursos do ministro em homenagem ao historiador, como informou na "Explicação" que abre este volume. A referência de que se dispõe sobre os contatos entre Rio Branco e os visitantes é, pois indireta, como a da mencionada carta.

Em outubro de 1907, Rio Branco viajou a São Paulo e pronunciou, a 5 daquele mês, na Faculdade do Largo de São Francisco, onde havia cursado Direito até o quarto ano, discurso de agradecimento à homenagem que lhe prestaram alunos e professores das escolas superiores da cidade.

Após recordar seu período de estudante e da vida em São Paulo na juventude, Rio Branco voltou a um dos seus temas recorrentes, o da dedicação aos assuntos internacionais, "em que pudesse suprir minhas deficiências fortalecendo-me com as animações dos que colocam os interesses gerais e a glória do Brasil acima de tudo, isto é, fortalecendo-me com os incitamentos de todos os filhos desta nossa terra". Tornou a insistir em que a política externa é de Estado, e não de Governo e, que, portanto, deve receber o apoio de todos, acima das paixões políticas.

A parte final do texto foi dedicada à 2ª Conferência de Paz da Haia, que se encerraria a 18 de outubro seguinte. Durante a Conferência, que havia começado em junho, Rio Branco trabalhou incessantemente com Rui Barbosa, chefe da delegação brasileira, instruindo-o e dando-lhe informações obtidas em outros países que pudessem facilitar sua atuação. O ministro mencionou claramente a posição que o Brasil assumiu de defesa dos países latino-americanos e dos europeus que ainda não podem competir em força com as grandes potências

militares". Nesse sentido, Rui dissentiu das posições adotadas pela delegação dos Estados Unidos, especialmente com relação ao Tribunal Arbitral Permanente, cuja composição proposta nos poria em situação inferior a países menos povoados.

Curiosamente, na data do discurso, surgiu um impasse na Conferência, criado pela tese de Rui segundo a qual, perante a ordem jurídica internacional, todos os Estados são iguais. Para solucionar a questão, foi criado comitê de sete membros, que incluiu o delegado brasileiro. Atendendo a sugestão de Rui, ao grupo se reuniu sir Edward Fry, um dos delegados da Grã-Bretanha, que apresentou proposta conciliatória, de tornar opcional a adoção, por cada país, do Tribunal Internacional de Arbitragem. O Brasil retirou, então, a sua proposta de Tribunal com participação igualitária dos Estados.

Em 18 de novembro de 1907, em banquete oferecido à delegação uruguaia ao 22º aniversário da proclamação da República, Rio Branco teve a oportunidade de reafirmar os laços entre os dois países. A visita da delegação, chefiada pelo general Eduardo Vazquez, ministro da Guerra e da Marinha, retribuiu o envio de divisão naval à posse do presidente Cláudio Williman, em março do mesmo ano.

O chanceler historiou as boas relações bilaterais, fazendo rápida menção na atuação conjunta brasileiro-uruguaia nas guerras contra Rosas (1851-1852) e contra o Paraguai (1865-1870). O relato dessa aproximação terá servido como contraste às nossas relações com a Argentina, que, entre 1906 e 1910, foi governada pelo presidente José Figueroa Alcorta, cujo ministro das Relações Exteriores, até junho de 1908, foi Estanislau Severo Zeballos, adversário do barão na questão de Palmas. Naquele momento, as relações brasileiro-argentinas atravessavam período de tensão, donde a preocupação de Rio Branco em realçar a fluidez dos laços com o Uruguai. Ressaltou, como menção favorável à Argentina:

> Necessitamos todos de prosseguir numa política de verdadeira concórdia internacional, combatendo rivalidades condenáveis e procurando competir apenas em nobre emulação no progresso moral e material destes países novos para que eles possam mais rapidamente cumprir os seus grandes destinos.

É de se destacar que, naquele momento, novembro de 1907, o barão já tinha amadurecida a intenção de retificar a fronteira brasileiro-uruguaia.

De fato, na Exposição de Motivos[2] sobre o Tratado de Limites de 30 de outubro de 1909, entre o Brasil e o Uruguai, declarou textualmente que

> (...) em maio de 1905, quando ao doutor Carlos de Carvalho, então consultor jurídico do Ministério a meu cargo, manifestei a opinião de que devíamos não só conceder a liberdade de navegação, sempre solicitada pela República Oriental, mas também, por ato nosso, espontâneo e desinteressado, devíamos modificar a linha de fronteira na lagoa Mirim e rio Jaguarão, achei-o de pleno acordo com essas ideias, que também encontraram, em dezembro do mesmo ano, o mais favorável acolhimento da parte do presidente Rodrigues Alves.

O que poderia ter retardado a iniciativa terá sido a possibilidade de oposição interna, a ser convencida de que o gesto, sem compensação visível, daria ao Brasil um aliado na região do Prata. O chanceler já experimentara esse problema por ocasião da negociação do Tratado de Petrópolis, que nos dera o Acre em troca dos cinco pequenos trechos de território indicados anteriormente. Essa permuta gerara, como se sabe, forte oposição interna.

Os universitários do Rio promoveram, no fim de dezembro de 1907, manifestação a Rio Branco pelo êxito da participação do Brasil na 2ª Conferência de Paz da Haia. O chanceler dirigiu a manifestação para Rui, que só voltou ao Brasil em 31 de dezembro. Pôs-se de intermediário entre Afonso Pena, cujo pensamento sobre as diferentes questões levantadas na Conferência transmitia ao chefe da delegação do Brasil. Rio Branco foi incansável na preparação e seguimento da Conferência, dirigindo, pelo telégrafo a atividade do Brasil e prestando a Rui informações de detalhe sobre o pensamento e comportamento dos principais delegados, para facilitar-lhe a atuação. Rui, também nesse ponto, beneficiou-se das informações prestadas por Joaquim Nabuco, que havia sido ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha e ministro em

[2] *Questões de Limites,* volume V das Obras do Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 159.

missão especial em Roma, para a questão do Pirara, e que conhecia bem vários dos delegados à Conferência de Paz.

Essa atividade em torno da Conferência dá ideia de como a coordenação entre os diversos sujeitos trabalhando para o sucesso da participação do Brasil naquela oportunidade foi magistralmente organizada por Rio Branco. Do Rio de Janeiro, o chanceler municiava o delegado na Haia com informações necessárias ao seu desempenho nos diversos itens da agenda. Para isso, recolhia informações dentro do País, no nível governamental, ou junto a especialistas, decisões tomadas em outros foros ou, ainda, posições adotadas pelos outros países participantes da Conferência, tudo para alimentar o trabalho do delegado do Brasil. Chefes de Missão, como Joaquim Nabuco, enviavam a Rui, como se disse, dados sobre os próprios delegados, sua formação, suas ideias e suas idiossincrasias. Rui, por sua vez, comunicava seguidamente a evolução que os temas tinham na reunião, de maneira a permitir que o Itamaraty atualizasse suas posições e suas informações. O trabalho era complicado pelas dificuldades com as comunicações no início do século XX. O grande aproximador desses três pontos – o Itamaraty, no Rio, com Rio Branco, Washington, com Nabuco, e Haia, com Rui, era o telégrafo. A participação do Brasil na Conferência pode ser considerada, após mais de um século, modelo de trabalho diplomático, pela coordenação perfeita e pelos resultados que alcançou.

O barão fez referência ao princípio que Rui defendeu, o da igualdade jurídica entre as nações, que criou celeuma na Conferência. Em seu discurso, mencionou especialmente os esforços de Joaquim Nabuco em Washington no sentido de modificar a atuação da delegação norte-americana que, por seu chefe, o embaixador Joseph Choate, defendia, como os delegados das demais potências, o estabelecimento de níveis entre os diversos países, como base para sua representação no tribunal arbitral. Rio Branco se refere a que nem o presidente Roosevelt nem o secretário Root foram encontrados, de forma que o Brasil se distanciou dos Estados Unidos na Conferência.

Em dezembro de 1907, partiu de Hampton Roads, para uma viagem de circunavegação que durou até fevereiro de 1909, a chamada "Grande Esquadra Branca". Um dos primeiros portos em que escalou foi o do Rio de Janeiro, onde permaneceu de 12 a 22 de janeiro de

1908. Na parte protocolar da visita, a oficialidade foi recebida pelo presidente Afonso Pena; o barão ofereceu-lhe banquete para 600 pessoas no Palácio Monroe, sede da III Conferência Internacional Americana de 1906.

A esquadra era composta de 23 navios. Na chegada ao Rio, era comandada pelo contra-almirante Robley D. Evans, a bordo do encouraçado "Connecticut". Sua missão era apresentar ao mundo o novo poder naval norte-americano.

Rio Branco abriu a saudação de 20 de janeiro de 1908 à esquadra, com referência à amizade entre os dois países, simbolizada em que, por ocasião do centenário da compra da Louisiana à França, celebrada com a realização da exposição de St. Louis, em 1904, o presidente Roosevelt tinha sido hóspede do pavilhão brasileiro, durante visita à exposição. Essa coincidência se repetia ao ser o banquete realizado no mesmo edifício, trasplantado para o Rio de Janeiro.

A seguir, mostrando seu conhecimento da hitória naval, relembrou feitos da marinha norte-americana e alguns dos seus principais membros como John Paul Jones, herói da Guerra de Independência; Stephen Decatur Jr e William Bainbridge, heróis da guerra de 1812 contra a Grã-Bretanha; Matthew Perry, que abriu os portos do Japão ao Ocidente (Convenção de Kanagawa, de 1854), além de David Farragut e David Porter, heróis da Guerra Civil. Ressaltou, ademais, o nível de desenvolvimento tecnológico naval dos Estados Unidos que, durante a Guerra Civil, construíram os primeiros navios com casco de ferro, o Monitor e o Merrimack, tornando obsoletos os navios europeus de casco de madeira.

O anfitrião mencionou, por fim, os laços de solidariedade existentes entre as marinhas, recordando a visita de unidades da esquadra àquele país em 1907. Com efeito, uma divisão naval, comandada pelo contra-almirante Huet de Bacellar, foi enviada aos Estados Unidos em junho daquele ano, coincidindo com exposição em Jamestown, Norfolk, Virginia. Os navios participaram de um desfile naval. A oficialidade viajou depois a Washington, onde foi recebida pelo presidente Roosevelt e pelo secretário Root.

Em 21 de novembro de 1907, com a renúncia do marquês de Paranaguá, Rio Branco foi eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio desde 1867. Em sua alocução de posse, a 30 de janeiro de 1908, o barão comprometeu-se a continuar

a trabalhar para que o futuro da instituição fosse ao menos tão glorioso quanto o seu passado. O IHGB fora fundado em outubro de 1838, tendo, portanto, à época, 69 anos de vida. Deu, em seguida, a diretriz sobre a qual continuaria a trabalhar: a coleta e a análise de documentos e estudos "que devam servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil". Relembrou, ainda, que, apesar do esforço do Instituto em estudar os três primeiros séculos de nossa História, ainda havia grandes lacunas a serem preenchidas. Mencionou, finalmente, o surgimento dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, que compartilhariam o esforço do IHGB para o estudo da História do Brasil.

Como informou o embaixador João Hermes Pereira de Araújo[3]

> desde então (sua admissão no Instituto), o futuro Barão do Rio Branco, até sua nomeação para o Consulado-Geral em Liverpool, em l876, participou, ativamente, da vida do Instituto, tanto comparecendo às sessões, como oferecendo à biblioteca e ao arquivo textos de interesse. (...) Em 1876, Paranhos Júnior foi nomeado cônsul-geral em Liverpool, permanecendo com residência fora do Brasil até 1902. Manteve sempre com o Instituto erudita correspondência em que ou solicitava informações e dados sobre acontecimentos históricos e documentos dos arquivos da instituição, ou lhe participava resultados de suas pesquisas.

No mesmo dia 30 de janeiro de 1908, Rio Branco discursou por ocasião da inauguração do retrato de seu antecessor.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá, nasceu em Parnaguá (PI), em 1821 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1912. Político vinculado ao Partido Liberal e ministro em vários gabinetes, ocupou simultaneamente as pastas da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1866-1868). Foi presidente do Conselho de Ministros e ministro da Fazenda em 1882-1883. Paralelamente, fêz carreira na magistratura, aposentando-se como conselheiro em 1878. Com a República, deixou a política. Foi presidente do IHGB (1906-1907).

[3] ARAÚJO, João Hermes Pereira de. *O Barão do Rio Branco e o IHGB*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 157, nº 391, pp. 335-350, abr-jun, 1996.

No discurso, o barão relembrou a longa trajetória política do homenageado, que começou no início do Segundo Reinado. Ao assumir a pasta da Guerra, em 1866, as divergências entre os chefes militares, durante a Guerra do Paraguai, levaram à derrota de Curupaiti. Coube a ele, ainda segundo Rio Branco, e ao ministro da Marinha, Afonso Celso (no momento do discurso, vice-presidente do Instituto), prepararem "os elementos da vitória, entregues ao generalíssimo Caxias", sob cuja direção os Aliados venceram a guerra.

O chanceler terminou a alocução, lembrando que, servindo ao "Império democrático", Paranaguá

> serviu ao Brasil que, no nosso afeto, deve estar sempre superior a preferências teóricas por esta ou aquela forma de governo (...) e que, apesar de ferido em seus sentimentos pela proclamação da República, mostrou (...) que soube compreender que a Pátria Brasileira subsistia e não duvidou prestar-lhes os serviços que ela devia esperar do amor e da sabedoria de tão distinto filho.

Nessa frase, Rio Branco ter-se-á lembrado da sua própria situação, quando, por ocasião da proclamação da República escreveu a dom Pedro II sobre o que deveria fazer. A resposta do Imperador foi de que continuasse a servir seu país.

Em abril de 1908, Rio Branco saudou no Itamaraty o general José Manuel Pando, durante cuja presidência a Bolívia havia cedido o Acre ao Brasil.

O artigo 4º do Tratado de Petrópolis criou uma Comissão Mista para demarcar as fronteiras. A delegação brasileira foi chefiada pelo almirante José Cândido Guillobel, velho companheiro de Rio Branco na questão de Palmas, em Washington, e na negociação do próprio Tratado.

Em 1907, o principal comissário boliviano, o major de artilharia inglês Percy Harrison Fawcett – que depois desapareceria em expedição ao Brasil por volta de 1925 -, cansado da demarcação no Acre, voltara a La Paz. Ao reorganizar sua delegação, a Bolívia escolheu o general Pando para chefiá-la e Fawcett foi convidado a integrá-la, o que fêz a partir de maio de 1908.

Ainda que a comissão fosse trabalhar na fronteira ocidental do Brasil, a partir de Corumbá (MS), a posição de Pando e o seu passado

como presidente da República explicariam sua viagem ao Rio de Janeiro, para possível entendimento preliminar com as autoridades competentes.

Em 11 de junho de 1908, Rio Branco proferiu, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, discurso em comemoração ao 63º aniversário da batalha de Riachuelo. Da solenidade participou o então vice-presidente, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, ministro da Marinha no Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos, que assumira a presidência do Conselho de Ministros logo após Riachuelo. Ouro Preto faria a seguir, uma conferência sobre a batalha.

Mas a preocupação de Rio Branco era outra, manifestada imediatamente. A celebração do feito naval serviu como pretexto para discussão das tensões políticas com a Argentina. Naquele momento, estava em pleno auge a rivalidade bilateral decorrente dos respectivos planos de reaparelhamento naval. A celebração cívica se tornou uma crítica à Argentina e, especialmente, a Estanislau Severo Zeballos, ministro das Relações Exteriores, cujas atitudes denotavam pouco apreço pelo Brasil.

Evocando Riachuelo, Rio Branco lembrou que

> se o adversário nos provocou à guerra, (e) nos encontrou desprevenidos de recursos militares suficientes, nas duas fronteiras que invadiu" (Mato Grosso e Rio Grande do Sul), "pode sentir, em Riachuelo, desde o início de suas operações ofensivas, que tínhamos uma Marinha bem organizada (...)

Mencionou, a propósito, frase de um estadista argentino, o ex-presidente Julio Roca que se referiu ao Brasil como "nossos pacíficos vizinhos do norte". Frisou, ademais, que

> sempre fôramos um país pacífico, que deseja viver em harmonia com todos os outros e que só tomara a iniciativa de melhorar as condições de suas Forças Armadas porque sentira a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para pronta defesa do seu território, dos seus direitos e de sua honra, contra possíveis provocações e afrontas.
>
> Tivessemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataque contra países vizinhos, e as encomendas que

> ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto mar ou ao longo do nosso dilatado litoral.

Lembrou, assim, que os grandes encouraçados encomendados à Grã-Bretanha, não podiam, por seu calado, entrar no Prata.

Em correspondência particular, Zeballos alegava ter provas de desígnios agressivos contra a Argentina, e que iria concretizá-los assim que dispusesse de nítida supremacia naval. A reação do ministro a essa situação incluia forçar o Rio de Janeiro a ceder a Buenos Aires parte da esquadra que comprara de acordo com o Programa Naval de 1906.

Em 10 de junho, Zeballos apresentou o plano ao presidente Figueroa Alcorta e ao resto do Gabinete. Em síntese, se o Brasil não cedesse às pressões, a Argentina diria que não aceitava a incorporação dos grandes encouraçados a nossa esquadra, que estava mobilizando um exército de 50 mil soldados para chegar ao Rio, com o apoio da esquadra argentina. No dia 11, dia do discurso de Rio Branco no Instituto, o plano vazou para a imprensa portenha, sendo publicado pelo jornal "La Nación", de propriedade da família Mitre e favorável ao Brasil. A 16, Zeballos renunciou, deixando definitivamente o Ministério a 21 de junho. A tensão com a Argentina, no entanto, só acabaria com a eleição e posse do presidente Roque Sáenz Peña, em 1910.

Segundo o site www.rsssfbrasil.com/sel/brazilcomb.htm, consultado em 5 de setembro de 2011, uma seleção argentina esteve no Brasil em julho de 1908, logo depois do incidente com Zeballos. O time visitante jogou três partidas em São Paulo, três no Rio de Janeiro e uma em Santos, sempre contra combinados locais. Os resultados foram amplamente favoráveis aos nossos adversários, que deixaram o país com seis vitórias e um empate, no primeiro jogo.

Em 12 de julho, dia em que jogou pela segunda vez no Rio de Janeiro, no campo de Laranjeiras e venceu por 3 x 0, a equipe argentina foi recebida em almoço no Itamaraty. Num curto brinde, aos jogadores e ao ministro Julio Fernandez, que havia sucedido a Manuel Gorostiaga como representante do governo argentino junto ao brasileiro, Rio Branco os festejou, dando-lhes as boas vindas como desportistas que vieram ao Brasil a convite de seus homólogos locais, e demonstraram, muito bem, por sinal, o estágio de desenvolvimento a que havia chegado o futebol naquele país.

Realmente, muito mais exposta que o Brasil à influência inglesa, grande exportadora de carnes e cereais para a Grã Bretanha e destino de elevados investimentos daquele país e considerada o sexto domínio do Império Britânico, a Argentina conseguira alcançar patamar de desenvolvimento futebolístico muito mais elevado que o brasileiro.

Segundo a mesma fonte, os combinados paulista e carioca eram formados exclusivamente por jogadores de nomes ingleses vivendo em São Paulo e no Rio. O mesmo deveria acontecer com o combinado organizado em Santos, mas não há informação sobre sua escalação. Não se pode afirmar, porém, que todos os membros das equipes brasileiras fossem estrangeiros. Na equipe paulista, por exemplo, figurava Charles Miller, brasileiro de ascendência inglesa, considerado o introdutor do futebol e do "rugby" no Brasil.

O que mais interessava, no entanto, ao chanceler, em momento de tensão nas relações bilaterais, era sublinhar a importância da "paz pelo esporte". Referiu-se, então, à boa acolhida que os homenageados tiveram dos brasileiros e à nossa preocupação, como povo pacífico, de estar sempre em paz com os vizinhos. Pediu-lhes, enfim, que fossem nossos "embaixadores", levando ao Prata a certeza de que "todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade a ela e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos todas as prosperidades e todas as glórias da paz."

Nesse curto brinde nota-se a preocupação do barão de usar todos os públicos disponíveis para, em plena crise das relações bilaterais, enviar sinais amistosos ao Prata. Buscava, com isso, ir além da posição oficial daquele governo, pouco simpática ao Brasil, para influir na opinião pública da Argentina em nosso favor. Rio Branco foi um mestre na utilização de novos meios para atingir os fins que buscava na política externa. A imprensa foi um deles. E, sinal de sua modernidade, o esporte foi outro.

Em 15 de julho de 1908, casaram-se o doutor Antonio Batista Pereira e Maria Adélia Rui Barbosa. Os noivos eram ligados a Rio Branco. Ele foi diplomata, oficial-de-gabinete do chanceler, secretário de Rui na Conferência de Haia e seu futuro genro. Ela, filha de Rui, acabou por se ligar ao ministro pela amizade entre os dois grandes homens.

As vidas do barão e de Rui estiveram entrelaçadas em diversos momentos. Em 14 de outubro de 1889, Rui publicou crítica muito

favorável sobre o "Esboço da História do Brasil" no *Diário de Notícias,* que equivalia a uma apresentação do barão, ausente havia quase quinze anos do país, ao público brasileiro. Anos depois, em 1903, por ocasião das negociações com a Bolívia sobre o Acre, estiveram sucessivamente no mesmo campo e em campos opostos. O episódio seguinte foi o de sua estreita colaboração para o sucesso da presença brasileira na 2ª Conferência de Paz da Haia, em 1907. Finalmente, por ocasião da Campanha Civilista, Rui buscou indicar o barão, que acabou por recusar, à candidatura presidencial na campanha de 1909/1910, afinal vencida pelo marechal Hermes da Fonseca contra o próprio Rui.

A saudar os noivos, Rio Branco recordou, num brinde, cerca de vinte anos de amizade leal e inalterável entre os dois grandes homens.

Na sessão magna anual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada em 21 de outubro de 1908, Rio Branco celebrou o 70º aniversário da criação da instituição. Após recordar a dedicação do Instituto ao estudo da História e da Geografia do Brasil e à recolha de documentos sobre esses assuntos, o então presidente evocou os seus protetores iniciais, dom Pedro II e o antigo Parlamento Imperial, salientando, não obstante, que a instituição continuava a ser objeto de desvelo do Congresso Nacional e do novo regime político.

Rio Branco passou, então, a desenvolver sua teoria sobre o estudo da História do Brasil, lastreado na pesquisa contínua, que permitisse ao historiador produzir seu próprio trabalho. Mas, às vezes, insatisfeito com o que já adquiriu, se sentia impelido a buscar novos documentos e informações. Ao mesmo tempo se formava nele a convicção da grandeza do destino do Brasil no continente americano. Aduziu que essa confiança no nosso destino era o melhor tônico contra qualquer pessimismo com relação ao país.

Lembrou, ademais, que, ainda com menos de um século de vida independente, os trezentos anos que tivéramos de período colonial não foram perdidos para a formação da nacionalidade, "cujo caráter se afirmava desde o princípio em feitos de intrepidez e ações de lealdade".

Rio Branco transmitiu, nesse discurso, sua preocupação com o culto do passado, dos feitos e dos heróis, com que o povo se possa identificar, de forma que se sinta co-partícipe de uma só nação. Em resumo, a alocução era também um chamamento à construção da nacionalidade. Tratava-se não somente de valorizar o passado colonial e o imperial,

mas também nossos próprios descobridores, de quem descendemos, e que, ao descobrir novas terras, "não semearam nelas o ódio à civilização europeia, mal representada por ferozes descobridores".

Ao fim do discurso, fez breve referência ao falecimento, em 1908, de dois estrangeiros importantes para a história das fronteiras do Brasil. Grover Cleveland, ex-presidente dos Estados Unidos, foi o árbitro na questão de limites com a Argentina sobre a comarca de Palmas e reconheceu inteiramente nossa reivindicação em 1895. Dom Carlos I, rei de Portugal, deu ganho de causa ao Brasil, em 1896, sobre a ilha da Trindade, direito contestado pela Grã-Bretanha.

Em 20 de abril de 1909, data do seu 64º aniversário, Rio Branco foi alvo de nova homenagem. Ainda que dirigida ao formulador e executor da política externa, a manifestação tinha acentuada conotação política. De fato, a sucessão presidencial abrira-se no fim de 1908, com o lançamento, pelo presidente Afonso Pena, da candidatura de Davi Campista, seu ministro da Fazenda, logo vetada por Rui Barbosa pela inexperiência política do candidato a candidato.

Segundo Álvaro Lins[4]

> (...) as comemorações que se realizaram na data de seu aniversário em 1909 pareciam tomar a significação de um lançamento de sua candidatura à Presidência da República. Dera-se com ele um fenômeno diferente do que ocorre comumente: o exercício do poder não o tornara impopular; depois de tantos anos no Ministério, a sua popularidade ia crescendo sempre. (...)

Pressentindo essa possibilidade, Rio Branco abriu seu discurso com a reafirmação de que, trinta e quatro anos antes, tinha optado "pelo serviço do país nas suas relações exteriores porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete, com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos." Comentou, a seguir, que tendo servido como chanceler a dois presidentes (Rodrigues Alves e Afonso Pena), não poupara esforços para corresponder à confiança que lhe foi depositada. Sublinhou a continuidade da política externa desde a independência: "em política internacional, o pensamento (...) de todos

[4] LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia.* São Paulo: Alfa Ômega, 1996, p. 409.

os governos que nos últimos oitenta anos se tem sucedido neste país, não variou nunca." A política externa, para Rio Branco, estava, já se disse, acima dos governos e, mesmo dos regimes políticos, para ligar-se diretamente aos interesses permanentes do país.

Sublinhou que a paz era necessária ao desenvolvimento da América Latina. Depois que esse tiver sido atingido, disse, "terá chegado então a oportunidade de pensarem, algum ou alguns deles (países), em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência." Mas isso não acontecerá com o Brasil, segundo ele. Nossos sentimentos de brasileiros, aduziu, são de que nossos vizinhos "sejam felizes e prósperos, porque tal situação traz necessariamente a predominância dos sentimentos pacíficos e conservadores e porque o espetáculo dos seus progressos só poderá estimular o nosso patriotismo e gênio empreendedor."

Vê-se aqui mais um elemento de modernidade na sua concepção de relações no continente, o desejo de que o progresso dos vizinhos estimule o nosso próprio, dentro de uma atmosfera de paz e cooperação.

O discurso terminou com a reafirmação de sua consagração "(...) de alma e coração, à terra do meu nascimento e à grande causa da confraternidade internacional".

Na mesma data, foi afixada, na entrada da casa de seu nascimento, na Rua Vinte de Abril 14, no Rio de Janeiro, onde se encontra até hoje, a placa cujo texto figura a seguir:

> "Neste local nasceu José Maria da Silva Paranhos Jor. (Barão do Rio Branco), que, pelo talento, saber e patriotismo, dilatou o território da Pátria de Norte ao Sul e, no governo, elevou-a, engrandecendo-a e nobilitando-a – 1909".

No plano político interno, Rui enviou-lhe carta, em 20 de maio, instando-o, novamente, a se candidatar à Presidência da República. A 22, o barão voltou a se recusar, sempre com o argumento de que dedicara sua vida aos assuntos externos.

A 6 de maio seguinte, no ciclo das homenagens ao barão, que se iniciou com a que lhe foi prestada no anterior 20 de abril, inaugurou-se o seu retrato, de autoria do pintor Rodolfo Chambelland, no IHGB. O orador, na ocasião, foi o deputado federal Alexandre Barbosa Lima. Seu discurso elogiou o patriotismo do barão e a sua dedicação aos estudos

que lhe permitiram defender com êxito as posições do Brasil nas questões de limites em que o país foi parte. Terminou mencionando com agrado a disposição do Governo Federal de abrir negociação com o Uruguai sobre a fronteira comum.

Após agradecer a manifestação e referir-se brevemente às circunstâncias de sua escolha como ministro das Relações Exteriores pelo presidente Rodrigues Alves, passou ao tema central do discurso.

Dias antes dessa homenagem, o presidente Afonso Pena havia anunciado, na mensagem anual ao Congresso, por ocasião da abertura do ano legislativo (3 de maio de 1909), o início das negociações com o Uruguai sobre a retificação da fronteira no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, nos seguintes termos:

> Entendo que é chegada a ocasião de retificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo talvegue do Jaguarão e por várias retas, mais ou menos medianas, que da embocadura desse rio sigam até ao extremo sul da lagoa Mirim. Procedendo assim, trataremos aquela República vizinha e amiga como temos tratado todas as outras na determinação das nossas fronteiras fluviais e nos conformaremos com as regras de demarcação observadas por todos os demais países, na América e na Europa, no tocante a rios e lagos fronteiriços. Autorizei, portanto, a abertura de negociações para um tratado em que tais regras sejam atendidas, convencido de que esse ato merecerá a vossa aprovação e o consenso e geral aplauso da nação brasileira.

Em 1909, aplainadas as possíveis dificuldades internas sobre a questão, Rio Branco pôde alongar-se mais especificamente sobre a questão da jurisdição das águas ribeirinhas, adotada no Tratado de 1852 e que agora, sem paixão, iria ser modificada em benefício do vizinho oriental.

Essa iniciativa, finalizou, significava não um desejo de ter a gratidão uruguaia, mas simplesmente por se tratar de ação que nos honra.

Em 17 de maio de 1909, Rio Branco saudou o escritor Anatole France, por ocasião de sua passagem pelo Rio de Janeiro, em banquete no Itamaraty. A saudação evocou, em primeiro lugar, a similitude entre o Itamaraty e o Quai d'Orsay – o Ministério do Exterior da França - no trabalho incessante pela confraternização entre os povos. Mencionou, a seguir, os diversos franceses ilustres que visitaram o Brasil no século

XIX e referiu-se aos visitantes do século XX, Paul Doumer e o cientista Charles Richet.

O programa de poucos dias de Anatole France no Rio consistiu, além do banquete no Itamaraty, de visita à Biblioteca Nacional e à Academia Brasileira de Letras, onde foi recebido com discurso de Rui Barbosa, seu presidente.

Não há registro dos discursos de Rio Branco e de Anatole France no banquete do Itamaraty.

A 18 de maio, o escritor francês passou por Santos, a caminho da Argentina, onde iria pronunciar algumas conferências.

A recepção ao escritor em sua curtíssima passagem pelo Rio se inseria, como se sabe, na política do barão de utilizar personalidades estrangeiras que, posteriormente a sua visita, divulgassem o Brasil, o que não foi o caso desse visitante.

Em 25 de maio seguinte, na esteira das homenagens que, sob pretexto do aniversário do barão, lhe eram prestadas como apoio a uma eventual candidatura à presidência da República, Rio Branco recebeu os estudantes das faculdades do Rio de Janeiro.

Seu discurso de agradecimento centrou-se na sua preocupação central naquele momento, as negociações com o Uruguai a respeito da retificação da fronteira no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, mencionados na Mensagem Presidencial ao Congresso em 3 de maio.

Rio Branco procurou defender a política imperial que, nos Tratados de 1851 e 1852, obteve a colocação da linha de fronteira na margem sul daqueles corpos d'água, inviabilizando sua utilização pelo Uruguai. Lembrou que a teoria da divisão das águas ribeirinhas entre os dois países não era pacífica na época em que os Tratados foram negociados. Terminou por dizer que se os estadistas do Império tivessem presente essa teoria, não teriam negociado acordos tão desfavoráveis com o Uruguai.

O discurso transitou, então, para menção a uma conferência americana para a codificação do Direito Internacional, que iria acontecer no Rio de Janeiro em 1910.

A referida reunião, da chamada Comissão Internacional de Jurisconsultos, realizou-se somente entre 26 de junho e 9 de julho de 1912, após o falecimento do barão. Trabalhou, entre outros pontos da agenda, na aprovação de projeto sobre a organização de seis comissões

especiais, para a codificação do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado.

Em 14 de junho de 1909, faleceu o presidente Afonso Pena. A "causa mortis" foi uma gripe. No entanto, dizia-se que o matara o recente falecimento de um de seus filhos, Álvaro Pena, ou o desgosto por ver-se derrotado na pretensão de fazer Davi Campista o seu sucessor.

Na sessão de 30 de junho seguinte, Rio Branco fez o necrológio de Afonso Pena, que era presidente Honorário do Instituto. Passou inicialmente por sua folha de serviços, prestados ao país desde o Império e que o habilitava a ser um bom presidente da República.

Mencionou, a seguir, as maiores realizações do seu governo, como as ligações ferroviárias da capital com o extremo sul – incremento do comércio, mas também maior facilidade no deslocamento de tropas e equipamentos em caso de conflito com a Argentina -, e na direção oeste, para estimular a ocupação dos enormes vazios territoriais então existentes no País. Referiu-se, ainda, à participação na 2ª Conferência de Paz da Haia, em que a voz do Brasil passou a ser ouvida no exterior. Finalmente, relembrou o esforço de reaparelhamento das forças armadas, com o Programa Naval de 1906, que proporcionou a compra dos grandes encouraçados e de outros navios para a esquadra, e com o programa de modernização do Exército, elaborado pelo ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, que implicou a criação de serviços técnicos e administrativos, além do programa de manobras. Dessas inovações, a mais importante foi a instituição do serviço militar obrigatório (1906).

Em trânsito pelo Rio de Janeiro, viajando para a Europa, em 7 de agosto de 1909, Roque Sáenz Peña, político e diplomata argentino, foi homenageado com almoço por Rio Branco. A despeito do afastamento de Estanislau Zeballos da cena política argentina, desde junho do ano anterior, a tensão entre os dois países não havia acabado.

Em 1907, Sáenz Peña fora designado membro da delegação argentina à 2ª Conferência de Paz da Haia. Terminada a reunião, foi nomeado ministro na Itália e na Suíça. Voltou a Buenos Aires em 1909, em um momento em que havia grande agitação política e econômica e os partidos se aprestavam a escolher candidatos para as eleições presidenciais de 1910.

Com plataforma que incluía a reforma da legislação eleitoral para acabar com a fraude, a descompressão do opressivo clima social e a incorporação ao governo da oposição menos radical, Roque Sáenz Peña

apresentou-se como candidato. Retornou, então, à Europa. A passagem pelo Brasil foi marcada pelo almoço que o barão lhe ofereceu.

Em curta saudação, Rio Branco elogiou-o como amigo da paz e da concórdia no continente e reiterou que o Brasil seguia o caminho semelhante, preocupado em fazer desaparecer a tensão entre os dois países.

Em 12 de junho de 1910, ainda ministro na Itália, Roque Sáenz Peña foi eleito presidente da República para o sexênio 1910-1916.

Em sua escala no Rio, a 23 de agosto de 1910, foi recebido com honras de chefe de Estado. As relações com a Argentina entravam em fase mais tranquila: o terceiro encouraçado encomendado havia sido vendido, pela impossibilidade brasileira de pagá-lo. Essa circunstância contribuiu para o fim da corrida armamentista na América do Sul.

Sáenz Peña contribuiu pessoalmente para desanuviar as relações. Em seu discurso de resposta ao de Rio Branco, no Itamaraty, pronunciou a conhecida frase, com respeito à relação bilateral, "Tudo nos une, nada nos separa".

A aproximação se completou com a troca de ministros residentes. O Brasil indicou o ex-presidente Campos Salles. Pela Argentina, foi nomeado o general Julio Roca, também ex-presidente, considerado amigo do Brasil. Era como se cada um dos dois países determinasse que a relação bilateral era tão ampla e íntima que somente ex-chefes de Estado pudessem ser seus representantes nas respectivas capitais.

A rivalidade que perdura até hoje, a do esporte, nasceu depois. A Copa Roca, cujo objetivo era a realização anual de torneio entre as duas seleções, foi criada em 1914, pelo general Julio Roca, ainda embaixador no Brasil. A copa foi disputada a intervalos irregulares até 1976. Foi retomada no mês de setembro de 2011 com partidas entre as duas seleções em Rosário, Argentina, e em Belém, tendo o Brasil vencido o torneio.

O discurso de 9 de outubro de 1909, com que Rio Branco respondeu às homenagens que lhe prestou o 13º Regimento de Cavalaria refletiu o gosto do autor pela História Militar, que mencionou a propósito de seu estudo, escrito aos 16 anos, sobre Luís Barroso Pereira, herói da Guerra da Cisplatina. Mas deu conta também de sua contínua preocupação com o aperfeiçoamento das forças armadas de terra e do mar, para dissuadir eventuais tentativas de agressão.

O marechal Hermes da Fonseca havia renunciado ao cargo de ministro da Guerra em maio anterior para se candidatar à presidência da República. No entanto, suas ideias de modernização permaneciam. Havia visitado a Alemanha em 1908, e o iria fazer novamente em 1910, como presidente eleito, para manter-se a par do desenvolvimento mais recente da doutrina militar naquele país. Duas missões foram enviadas, em 1908 e em 1910, a estágio em suas instalações militares.

Na data do discurso, já estavam sendo testados para entrega ao Brasil os dois encouraçados Minas Gerais e São Paulo, além de outros navios menores comprados à Grã Bretanha dentro do Programa Naval de 1906.

Parecia haver, portanto, um clima de otimismo quanto à recuperação da capacidade operacional das forças de terra e do mar, o que ocorria pela primeira vez na República.

Com respeito a esse discurso, Raimundo Teixeira Mendes, vice-diretor da Igreja e do Apostolado Positivista do Brasil, escreveu artigo intitulado "A paz e o desarmamento", publicado sob o número 288 da série de folhetos do Apostolado. No artigo, criticou a preocupação de Rio Branco com o reequipamento e o treinamento das Forças Armas como elementos dissuasórios de possíveis agressões externas. Concluindo o artigo, aduziu que

> (...) devemos novamente fazer votos para que o senhor ministro das Relações Exteriores reconheça a única política capaz de corresponder às aspirações do verdadeiro civismo nos tempos modernos. O Brasil será grande, não pelo terror, pelos ódios, desconfianças, invejas e ruínas que derramar em torno de si e dentro de si, - que é só o que podem alcançar as instituições militares; - mas pelos sentimentos altruístas e pelas criações estéticas, científicas e industriais, de que forem órgãos seus filhos, no interior e no exterior. Sejam quais forem os louvores dos contemporâneos, as bênçãos da posteridade só cairão sobre os que se empenharem sinceramente na paz universal.

Teixeira Mendes pregava um caminho para a paz completamente desvinculado da realidade mundial naquele momento, que podia ser classificada como de "paz armada." A chegada dos primeiros navios da nova esquadra, a viagem, em 1908, do primeiro grupo de oficiais para treinamento no exército alemão, além do reequipamento da força terrestre terão animado o prócer positivista a criticar a posição realista do chanceler.

O discurso de 21 de outubro de 1909, foi feito na sessão magna por ocasião do 71º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico. A alocução incluiu longo panegírico de Euclides da Cunha, seu colaborador na questão dos limites com o Peru, dedicado especialmente à exploração do Alto Purus, que morrera tragicamente em 15 de agosto anterior.

Anunciou, então, a próxima conclusão – em pouco mais de um mês – das negociações com o Uruguai sobre a retificação da fronteira no Jaguarão e na lagoa Mirim. Relembrou que o Instituto havia inserido, em uma de suas atas, a promessa de Afonso Pena de iniciar referida negociação.

Enfatizou que, celebrado o acordo com o Uruguai, nossas fronteiras ficavam definitivamente estabelecidas e, portanto, o País poderia dedicar-se a povoar e a desenvolver seu território e a aprofundar, sem crises, as relações com seus vizinhos.

Relembrou, finalmente, os políticos e diplomatas que contribuíram, nos séculos XVIII, XIX, até o início do XX, para que o Brasil "com o mais franco espírito de conciliação e liberdade" definisse suas fronteiras, em conjunto com os países co-lindeiros. A obra de construção dos limites, a que Rio Branco dedicara sua vida intelectual e profissional, havia acabado.

Em 30 de outubro de 1909, foi assinado o Tratado da Lagoa Mirim, pelo qual o Brasil, sem qualquer compensação, modificou o traçado da linha fronteiriça com o Uruguai.

Em 17 de março de 1910, Rio Branco recebeu em banquete no Itamaraty, William Jennings Bryan, advogado e político norte-americano. Foi candidato à presidência por quatro vezes e secretário de Estado no governo Woodrow Wilson (1913-1915). Bryan visitou a Argentina e o Brasil no início de 1910. Político e orador famoso, defensor de causas importantes para a opinião pública de seu país, como as do bimetalismo e do criacionismo, que se opunha ao evolucionismo de Darwin, sua voz a favor do Brasil seria escutada nos Estados Unidos.

O discurso do chanceler começou por recordar a história das relações bilaterais, que remontava ao século XVIII, com o interesse da camada pensante da colônia portuguesa na independência norte-americana, o que estimulou a Inconfidência Mineira. Lembrou a seguir que as relações comerciais se iniciaram antes da independência, com a abertura dos portos, em 1808. Aduziu que o Brasil foi o primeiro país do continente

a aderir à Doutrina Monroe, no início de 1824, não obstante a diferença de regimes políticos entre os dois países.

Sublinhou que o regime republicano, instaurado em 1889, adotou o modelo norte-americano em suas instituições e no seu novo nome oficial.

Agradeceu também as manifestações do presidente Taft, que havia derrotado Bryan nas eleições presidenciais de 1908, e do povo norte-americano por ocasião da morte de Joaquim Nabuco, em janeiro de 1910. Por oferecimento de Taft, o corpo do ex-Embaixador foi transportado para o Rio de Janeiro pelo cruzador "North Carolina".

Prosseguiu o barão reafirmando o interesse do Brasil em manter e consolidar as relações bilaterais, sem prejuízo das que mantinha com os países europeus, ainda nossas maiores fontes de capital, de tecnologia e de imigrantes. Colocou, porém, o Brasil como firme apoiador dos Estados Unidos na política de paz e concórdia continentais que Washington estabelecera, vinte anos antes, com as Conferências Internacionais Americanas. Aliás, a quarta conferência iria realizar-se, dentro em pouco, entre 12 de julho e 30 de agosto seguinte, em Buenos Aires, sob o signo do centenário da independência nacional. Bryan prolongaria sua viagem ao Prata em quadra especialmente festiva.

Em 16 de maio de 1910, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu a cerimônia de inauguração do retrato do visconde de Ouro Preto, então vice-presidente da instituição, ocasião em que Rio Branco pronunciou outro de seus discursos dirigidos às questões internas que o preocupavam.

O chanceler se valeu da circunstância de que Ouro Preto fora ministro da Marinha durante a Guerra do Paraguai para voltar a tratar do reaparelhamento da Marinha. Acabáramos de receber, em abril daquele ano, o primeiro dos grandes navios encomendados com base no Programa Naval de 1906, o encouraçado Minas Gerais; o segundo, o São Paulo, viria em setembro seguinte.

Rio Branco procurou, então, afastar receios de nossos vizinhos quanto à modernização da esquadra, sublinhando que Ouro Preto, com sua experiência à frente da Marinha, reconheceria com prazer que nossa força naval estaria em condições de seguir as tradições da "Marinha de outrora".

O discurso indicou a preocupação recorrente do barão com o estado do treinamento e do equipamento das Forças Armadas, elemento

importante na formulação e na execução da política externa, ainda que utilizadas apenas para a dissuasão.

Segundo o site http://en.wikipedia.org/wiki/Norberto_Quirno_Costa, acessado em 9 de setembro de 2011, Norberto Quirno Costa foi um político e diplomata argentino (1844-1916), cuja vida profissional entrelaçou-se com questões bilaterais com o Brasil. Na década de 1860, foi secretário da legação argentina no Rio de Janeiro. Foi um dos negociadores, ao fim da Guerra do Paraguai, como subsecretário de Relações Exteriores, do tratado de paz, em que a Argentina obteve a província de Formosa, no Chaco, rica pelas florestas de quebracho, fonte de tanino, então indispensável ao curtimento de couros. Foi eleito vice-presidente na chapa de Miguel Juarez Celman (1886-1890), de que também foi ministro das Relações Exteriores. Nessa qualidade, negociou o Tratado de Arbitramento de 7 de setembro de 1889, com o Brasil, que permitiu fosse resolvida, em 1895, a questão de limites de Palmas. Foi também vice-presidente no segundo mandato de Julio Roca (1898-1904).

Na época da visita, Quirno Costa já se aposentara, mas o banquete de 28 de maio de 1910 testemunha o apreço do chanceler pelo político argentino e seu desejo de cultivar os que, naquele país, fossem considerados amigos do Brasil.

Em 15 de junho de 1910, Rio Branco recebeu em banquete a oficialidade do cruzador português *D. Carlos I* em visita ao Brasil.

O navio integrou a Armada Portuguesa no período de 1899 a 1925. Foi construído na Inglaterra, para a Marinha daquele país. Batizado *D. Carlos I*, em homenagem ao monarca então reinante. Após a implantação da República Portuguesa teve o nome alterado para *Almirante Reis*, em homenagem ao almirante Carlos Cândido dos Reis, chefe, na Marinha, da revolta contra a Monarquia, em outubro de 1910. Participou em múltiplos eventos revolucionários durante a fase mais atribulada da Primeira República. Foi o maior navio de combate português. Recebeu baixa a 22 de janeiro de 1925 e foi desmantelado na Holanda.

À época de sua entrada em serviço, era o mais poderoso cruzador protegido do mundo. Foi o primeiro navio da Marinha Portuguesa a dispor de telecomunicações sem fios, algo tecnologicamente avançado para os padrões da época.

A saudação do barão referiu-se a dois temas caros aos visitantes e aos assistentes ao banquete, a irmandade entre o Brasil em Portugal e a

operosidade da grande comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, onde dominava o grande comércio, a pesca e alguns ramos industriais. Tinha igualmente defensores ilustres, como João do Rio.

Em 12 de maio de 1911, por questão de antiguidade - cerca de oito anos e meio como ministro das Relações Exteriores – e de prestígio entre os colegas, Rio Branco foi encarregado de saudar o presidente Hermes da Fonseca por ocasião de seu aniversário.

O centro do brinde foi o elogio do esforço do presidente em reorganizar o Exército e em lhe proporcionar meios modernos de defesa. Portanto, de elevá-lo ao nível tecnológico da Marinha, que desde o ano anterior contava com nova e moderna esquadra.

Em janeiro de 1910, com o falecimento de Joaquim Nabuco, ficara vaga nossa embaixada em Washington. O substituto escolhido foi Domício da Gama, assessor de Rio Branco desde que chefiara o Serviço de Imigração na Europa, nos primórdios da República. Foi depois, secretário do futuro chanceler em Washington e em Berna, nas questões de Palmas e da Guiana Francesa, ministro em Lima e em Buenos Aires. Representou o Brasil, como embaixador em missão especial nas comemorações centenárias da Argentina e do Chile.

A escolha para a chefia da embaixada nos Estados Unidos atestavam o apreço e a confiança que Rio Branco depositava no antigo assessor, que iria ocupar um dos postos mais importantes do Brasil, só comparável a Buenos Aires ou a Londres. Na despedida, em 18 de maio de 1911, o barão mencionou que aquele momento era "um público testemunho da minha particular estima" pelo novo embaixador. Esse terá sido um dos raros momentos em que abriu sua alma em público, para mostrar afeto a um colega.

Domício da Gama foi embaixador em Washington até 1918, voltando ao Brasil para ser ministro das Relações Exteriores de Delfim Moreira. Foi embaixador em Londres de 1920 a 1925, sendo em seguida posto em disponibilidade pelo governo Artur Bernardes. Faleceu pouco depois, naquele ano.

Em resposta à homenagem que lhe foi prestada, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1911, Rio Branco começou por expor sua posição diante da situação política interna. Relatou-se anteriormente o início da campanha presidencial à sucessão de Afonso Pena e a tentativa de Rui de lançar a candidatura de Rio Branco à Presidência. O chanceler

recusou-se a concorrer, em carta ao presidente. Contrapondo-se a Rui, o senador Pinheiro Machado, líder do bloco de oposição, começou a levantar a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que, a princípio, negou-se a aceitá-la. Em maio, o marechal demitiu-se do ministério e assumiu a candidatura, tendo como parceiro Wenceslau Brás, que sucedera a João Pinheiro no governo de Minas Gerais. A chapa foi homologada ainda no mesmo mês. Afonso Pena faleceu em junho. O novo presidente, Nilo Peçanha, apoiou a solução Hermes da Fonseca. A candidatura de Rui foi homologada em agosto, dando origem à chamada "Campanha Civilista".

Na primeira parte da sua alocução, Rio Branco voltou a bater a tecla de sua nenhuma vocação para a política, informando que se recusara a ser contendor tanto de Davi Campista - que morrera como ministro em Copenhague, a 12 de outubro de 1909, três dias antes do discurso -, quanto do marechal. Lembrou ainda, que, apesar de mencionar vários nomes como possíveis candidatos, ele não se sentia capaz de levantar qualquer candidatura, por sua fraca força eleitoral.

Voltou, então, a insistir no pendor para o trabalho de gabinete. Recordou que só aceitara o cargo de ministro por insistência presidencial. Notou que fora recebido no Brasil com desconfiança, por quem o supunha ambicioso de glória. Provavelmente, muita dessa desconfiança, apesar dos serviços já prestados ao Brasil em 1902, se deveu à posição dos republicanos radicais, que o viam como representante do regime deposto em 1889.

Ao agradecer o discurso de saudação do barão de Brasílio Machado, Rio Branco aduziu que muito do seu trabalho havia sido precedido pelo esforço de seus antecessores, e que o Brasil sempre mantivera um espírito franco e de conciliação nas questões com outros países e que seu trabalho havia sido também facilitado pelo apoio dos sucessivos presidentes a quem servira e da própria Nação.

A propósito, interessante a síntese sobre o barão, por Georges Clemenceau, para mostrar a posição singular de que gozava no País. O estadista francês, que visitou a Argentina, o Uruguai e o Brasil no segundo semestre de 1910, deixou, nas suas "Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud", o seguinte juízo sobre o chanceler:

> O Barão do Rio Branco (nobreza imperial), que é ministro das Relações Exteriores desde 1902, exerceu as funções de cônsul-geral do Brasil em Paris (sic). Conheceu muitos de nossos políticos e me recebeu com a simplicidade

> cordial de um amigo. O barão – é assim que o designam comumente – goza de uma autoridade soberana em matéria de política exterior. Amigos e adversários lhe deixam o campo livre a esse respeito e todo o mundo parece estar de acordo para louvar suas qualidades de diplomata sábio.

No mesmo dia 15 de outubro de 1911, por ocasião da inauguração de seu retrato no Clube Militar, de autoria do pintor italiano Carlo de Servi (1871-1927), Rio Branco, na presença do presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, teve a oportunidade de reafirmar, em primeiro lugar, a conduta sempre respeitosa que manteve com as Forças Armadas. Criticou a posição daqueles, nacionais e estrangeiros, que consideravam suas posições belicosas, quando o que lhe interessava eram a reorganização e o reaparelhamento das Forças Armadas. O Exército se tinha deixado, depois da guerra do Paraguai, penetrar pelo Positivismo, que interferia com o profissionalismo de seus membros. A Marinha, considerada partidária do regime imperial, tinha sofrido com a Revolta da Armada.

A preocupação do chanceler era de que as forças de terra e do mar se tornassem novamente aptas a defender o Brasil. Lembrou que "querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da América e da Europa, não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas."

A leitura dos discursos de Rio Branco nos oferece a oportunidade de encontrar, nas mesmas páginas, o político, o historiador e o diplomata. Unidas num todo, essas facetas fazem dele o grande chanceler e defensor dos interesses do país no foro externo.

Profundamente dedicado, desde a juventude, ao estudo de um só tema, o Brasil, dominou-o com maestria. Seu amigo Eduardo Prado testemunhou:

> O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa, é capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos os seus marinheiros e o nome das plantas mais vulgares na praia de Porto Seguro, onde ancoravam aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso, copiou ou fez copiar, todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e com o mundo de suas notas, poderá ele um dia

publicar uma história e uma descrição geral do Brasil que será um monumento[5].

Esse vasto conhecimento foi desde logo colocado a serviço do país, primeiro, na elaboração do "Esboço da História do Brasil", capítulo V do livro "Le Brésil", editado por ocasião da Exposição Universal de Paris em 1889. Posteriormente, foi empregado nas questões de limites com a Argentina (Palmas) e com a França (Amapá-Guiana Francesa), que venceu como advogado do Brasil, bem como durante sua gestão no Ministério das Relações Exteriores.

O estudo intenso não o impediu de ser homem de ação. Perpassam por todo o volume suas preocupações com a política de defesa, com as relações com as repúblicas vizinhas, especialmente com a Argentina, bem como com os Estados Unidos.

A atitude de Rio Branco com respeito aos nossos vizinhos é, aliás, um dos elementos de sua modernidade, conforme já se mencionou. A América portuguesa e a espanhola tiveram evoluções históricas distintas. A geografia, em especial os Andes, era um fator a separar as duas partes da América Latina. Também contribuíam para isso os regimes políticos diferentes e a língua. O chanceler voltou-se para as repúblicas hispano-americanas, estimulando o incremento das relações bilaterais com a abertura de missões diplomáticas em vários daqueles países e com a busca de coordenação política no que resultou, depois de sua morte, no chamado "Pacto ABC", entre a Argentina, o Brasil e o Chile (1915).

O interesse pela promoção do Brasil no exterior se refletiu também nos convites a personalidades estrangeiras a viajar o Brasil, para divulgar-nos nos seus países. A convite nos visitaram Paul Doumer, Anatole France, Guglielmo e Gina Ferrero, Georges Clemenceau e William Jennings Bryan. Quase todos acabaram por publicar relatos sobre sua experiência brasileira.

Em síntese, os discursos contêm uma riqueza de informações, novamente colocada à disposição do leitor, sobre José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, e patrono da diplomacia brasileira.

[5] Coletâneas, apud LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia*. Brasília: Funag-Editora Alfa Ômega, 1995, p. 125.

EXPLICAÇÃO

Os discursos do Barão do Rio Branco, reunidos agora em volume, revelam um aspecto menos conhecido da personalidade do estadista – o Rio Branco orador.

Quando, em 1944, nos trabalhos da Comissão Preparatória do Centenário de seu nascimento, pensou-se em incluir no plano das obras um tomo especial de discursos, não faltaram ponderações em contrário. Supondo que as páginas oratórias do grande ministro não excederiam em muito às que a tradição conservara – palavras pronunciadas por ocasião da III Conferência Internacional Americana, alocuções proferidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e recolhidas na revista dessa agremiação, e um ou outro agradecimento a manifestações populares –, julgaram alguns de melhor aviso inseri-las, com as obras menores, num volume de "vários escritos".

Quatro anos de minuciosas pesquisas nos seus papéis particulares, hoje no Arquivo Histórico do Itamaraty; na correspondência e nos documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores; nos recortes de periódicos mandados coligir por sua ordem; nos arquivos particulares de contemporâneos; nos Anais da Câmara dos Deputados e nos jornais da época, principalmente da fase 1902-1912, permitiram, no entanto, recolher mais de meia centena de discursos, saudações e brindes, que constituem a matéria do presente volume,

e assinalar a efeméride de muitos outros, cujos textos infelizmente se extraviaram.

Melhor, talvez, que das outras obras, ressaltam destas páginas, por mais pessoais, as linhas mestras do pensamento do segundo Rio Branco.

De 1876 a 1902, pela própria natureza das funções consulares e diplomáticas que exerceu, só pôde Rio Branco utilizar-se da oratória com finalidades limitadas. Nesse período, os seus discursos são exclusivamente protocolares – de apresentação de credenciais, em Washington, Berna e Berlim, ou de despedidas, depois de encerradas vitoriosamente as missões especiais junto aos governos dos Estados Unidos da América e da Suíça. Cingido embora às rígidas fórmulas oficiais, vislumbra-se já no diplomata de então o estadista que se volta para os grandes problemas internacionais.

Dirigindo-se a Cleveland, deixa, por exemplo, fixadas estas considerações sobre a arbitragem:

> É grato poder assim registrar esta nova vitória do princípio tão razoável e humanitário do arbitramento internacional, cuja prática, advogada sempre com empenho pelos Estados Unidos da América, se tem tornado mais frequente em nossos dias e constitui um dos maiores progressos obtidos pelo Direito das Gentes moderno.

E, ao despedir-se do presidente do Conselho Federal suíço, acentua:

> A obra considerável que o Conselho Federal realizou com uma consciência tão escrupulosa, sem outra preocupação que a do seu dever com relação à justiça, será apreciada por todos os que a conhecerem. Ela marcará certamente uma época na história das arbitragens internacionais e ficará como um exemplo a ser seguido, porque nunca juízes chamados a regular diferendos entre nações puderam produzir uma prova material tão visivelmente importante de sua competência e do cuidado com que trataram do exame de um assunto.

Quem assim se externava, depois de conquistar duas memoráveis vitórias diplomáticas, revelara-se muito cedo apto para as contendas de tal natureza. Desde 1869, nas razões produzidas em defesa do direito de Mato Grosso contra as pretensões lindeiras da província de Goiás, o jovem deputado Paranhos Júnior deixa antever, pela sólida e clara

argumentação, o incomparável advogado que foi, mais tarde, nas questões de limites do Brasil com os seus vizinhos.

> O mais curioso, lembra a propósito Álvaro Lins,[1] é a quase nenhuma diferença, nesse advogado em questões de limites, entre o jovem deputado da peça parlamentar de 1869 e o homem experiente nos pleitos de Washington e Berna. Apresentará depois novas e maiores aquisições de cultura, de conhecimento histórico e geográficos, vulto das causas nacionais; mas o processo de argumentar, a maneira de expressão, o estilo do advogado já é o que será sempre nesse discurso feito aos vinte e quatro anos numa disputa regional de fronteiras. Nenhuma demagogia, nenhum apelo aos motivos sentimentais; antes e exclusivamente o quadro objetivo do problema: as velhas provisões régias, os documentos dos demarcadores, o exame dos mapas.

É de lamentar, entretanto, a parcimônia de suas atividades oratórias quando, pela amostra que deixou, tão bem-dotado se apresentava para as exigências da tribuna parlamentar. Do deputado nas legislaturas de 1869 e 1870 e do diplomata encarregado de tão importantes missões não restam mais que oito discursos.

Desde o momento em que assume o Ministério das Relações Exteriores é, porém, a oratória o instrumento de que Rio Branco se servirá com mais frequência e maior alcance para a realização de sua política.

Examinando-se os discursos aqui reunidos, vê-se como ele soube utilizar a tribuna improvisada, em pequenas reuniões ou em brindes de circunstâncias, em solenidades oficiais ou em manifestações populares, para destruir intrigas, desfazer inquietações e firmar as bases permanentes de sua diplomacia. Sem se afastar do Brasil uma só vez enquanto esteve à frente do Itamaraty, nunca perdeu a oportunidade, quando se lhe deparava para dirigir sua mensagem a outros povos. Não tendo ao dispor os meios técnicos de hoje, serviu-se amiudada e sistematicamente da tribuna e da imprensa para exprimir o seu pensamento político e transformá-lo em ação.

Colocados lado a lado os fatos da história diplomática americana de 1902 a 1912 e os episódios singelos que, no Rio ou em Petrópolis, durante esse período, motivaram tão frequentes alocuções, despretensiosas na

[1] LINS, Álvaro. Rio Branco. Rio de Janeiro, 1945, I, p. 72-3.

aparência, logo ressalta a intenção do estadista, que, falando a pequenos círculos convencionais, se dirigia, em verdade, aos centros mais ativos da política continental.

Assim devem ser entendidos estes discursos do Barão do Rio Branco, que representam de fato, como dissemos, o seu pensamento vivo. Neles, surge-nos, de corpo inteiro, o homem de gabinete e o homem público. Vemos o erudito, que, da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixava transparecer nestas palavras uma vida inteira dedicada a pesquisar os monumentos da história pátria:

> O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão absorvente para os que por ele se apaixonam, que, às vezes, uma vida inteira se passa – e disso há mais de um exemplo nesta Casa – em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas, durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o investigador, durante o minucioso inquérito a que procedemos sobre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai-se formando em nós, primeiro obscuramente e, depois, com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano.

Sentimos o ministro que não perdia a ocasião de afirmar convicções, de fixar diretrizes, de recompor no exato sentido o que fora desfigurado ao sabor das conveniências, mas que jamais se deixou envolver nas lutas da política interna e que cumpriu até o fim esta determinação, que traçara ao assumir a pasta das Relações Exteriores:

> Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa o honroso posto em que entendeu dever colocar-me o ilustre senhor presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência, não é e não deve ser uma pasta de política interna, e, declarando que considerava

> muito valiosas as razões que eu alegava para procurar eximir-me do serviço que me pedia, acrescentou, entretanto, que mantinha o seu convite. Obedeci ao seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.

Alheado da política interna, procurava, no entanto, aproveitar todas as oportunidades que se lhe apresentavam – a chegada de uma alta personalidade estrangeira, a mensagem de povos distantes trazida por belonaves amigas e até a visita de desportistas do Prata – para esclarecer os verdadeiros desígnios de sua política externa, nem sempre bem compreendidos.

Aos jogadores de futebol argentinos, por exemplo, oferece-lhes um almoço no Itamaraty e saúda-os com estas palavras:

> São esses moços vigorosos, calmos, ágeis e bem-adestrados os heróis do dia, os que festejamos todos, argentinos e brasileiros, desejando que os do Brasil, pelo exercício metódico e persistente, os possam igualar um dia. Se algum pedido me é lícito nesta ocasião formular aos nossos caros hóspedes, peço-lhes que de regresso à sua pátria digam francamente o que, penso, terão podido observar e sentir desde os primeiros dias da sua permanência entre nós, isto é, que, contrariamente ao que supõem e por vezes têm apregoado alguns dos seus jornalistas mal informados, este país é habitado por um povo pacífico, sinceramente amigo dos povos vizinhos; e que todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos sempre todas as prosperidades e todas as glórias da paz.

Outro aspecto significativo da orientação e das preocupações de espírito do grande estadista, que ressalta dos discursos contidos neste volume, é o seu profundo interesse pelas questões relativas à defesa nacional. Para Rio Branco, "diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência".

A convicção de que se tornava necessário um reaparelhamento da defesa nacional, Rio Branco a haurira nos estudos que, por mais de 40

anos, dedicara à história militar do Brasil, nomeadamente na lição das lutas e das pendências de guerras havidas com os povos vizinhos. Aliás, a predileção irresistível por tais assuntos, Silvio Romero[2] a assinalaria na personalidade de Rio Branco desde os mais antigos tempos, desde a sua puerícia literária, e ele mesmo a evocaria:

> Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade e dos diretos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assuntos episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração. Tive a fortuna de conhecer de perto muitos dos nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma, e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército e Marinha não se arrefeceram nunca; antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.

E, tendo mantido, sem interrupção, durante a sua permanência à frente do Itamaraty, exemplar fidelidade às tradições de uma diplomacia "inteligente sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância", pôde Rio Branco, meses antes de sua morte, deixar gravado nestas palavras o seu pensamento:

> Mas ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, tanto aqui quanto no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente

[2] ROMERO, Silvio. O Barão do Rio Branco Historiador e Diplomata, in *Jornal do Commercio* de 29 de novembro de 1903.

> portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil. Prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um "militarista", como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser em alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações. Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Da maior parte dos discursos aqui reunidos conservou-se, no entanto, mais de uma versão ou fragmento. O confronto entre os textos manuscritos e os impressos em jornais e revistas tornou possível identificar a lição definitiva, que não vai acompanhada das variantes por não apresentarem estas divergências apreciáveis.

Falta, porém, nesta coletânea, um discurso que pareceria obrigatório: o de recepção na Academia Brasileira de Letras. Rio Branco não chegou a pronunciá-lo e, se o redigiu, extraviaram-se os originais.

Embora os jornais da época mencionem alguns brindes em reuniões diplomáticas, não foi também possível encontrar esses textos, bem como os das saudações a Enrico Ferri, a Guglielmo Ferrero, a Georges Clemenceau e a Carlos Larreta.

Roberto Luiz Assumpção de Araújo

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

I

Discurso pronunciado em 16 de junho de 1869, como representante da província de Mato Grosso, sobre a questão de limites entre Goiás e Mato Grosso. Publicado nos *Anais da Câmara*, 1869, tomo 2, p. 151, 1ª coluna.

O senhor Paranhos Júnior:

– Senhor presidente, quando em uma das últimas sessões* requeri que o projeto que fixa limites entre Goiás e Mato Grosso fosse à Comissão de Estatística, não pretendia, como supôs o nobre deputado por Minas que apresentou uma emenda ao meu requerimento, adiar indefinidamente esta questão.

Desejo, pelo contrário, que ela fique quanto antes liquidada, pondo-se termo às questões e aos conflitos suscitados ultimamente entre as duas províncias confinantes; e não receio de forma alguma a decisão desta Câmara, porque é forte o direito da província que tenho a honra de representar e incontestável a justiça da sua causa.

Eu entendia e entendo que todos os projetos que nos foram legados

---

* Sessão de 10 de junho de 1869.
Entra em primeira discussão o projeto que estabelece limites entre as províncias de Goiás e Mato Grosso.
O senhor Paranhos Júnior faz algumas observações.
Vai à mesa, é lido, apoiado, e entra em discussão o seguinte requerimento:
"Requeiro que o projeto vá à Comissão de Estatística. Paranhos Júnior."
O Senhor Cruz Machado faz algumas observações.
Vai à mesa, é lido, apoiado, e entra conjuntamente em discussão o seguinte aditamento:
"Sem prejuízo da primeira discussão. Cruz Machado."
A discussão fica adiada pela hora.

pelas legislaturas passadas devem ser novamente examinados pelas comissões que elegemos, em cujas luzes e em cuja retidão devemos todos confiar plenamente (*apoiados*).

Eu desejava apenas que a importante matéria deste projeto fosse estudada com toda a atenção e madureza; desejava que concorressem ao debate os esclarecimentos que nos podem ministrar os dignos membros dessa comissão; e o discurso pronunciado pelo nobre deputado por Minas, longe de abalar-me, veio convencer-me ainda mais da necessidade de um exame mais aprofundado da questão.

Sua excelência disse-nos que a província de Goiás tem direito aos territórios que o projeto quer anexar-lhes, territórios de que está de posse a província de Mato Grosso; mas não quis dizer-nos em que se fundava esse direito, ou de que natureza era ele. Não citou em apoio de sua opinião, que respeito, como respeito ao nobre deputado, um único documento, uma razão aceitável sequer; limitou-se a declarar-nos que quando presidente da província de Goiás tinha em um relatório demonstrado a necessidade da linha divisória que hoje se pretende fixar.

Os membros da Comissão de Estatística de 1864 não fazem menção, em seu parecer, ao relatório do digno ex-presidente de Goiás, e creio também que a Câmara, como eu, não conhece as razões e os fundamentos da opinião que sua excelência nele emitiu. É, portanto, muito natural que procuremos conhecer esses fundamentos, e, desde que o nobre deputado nos remeteu para o seu relatório de 1854, é indispensável que a Comissão de Estatística tome na devida consideração esse valioso auxiliar, e os documentos, seguramente importantes, que o acompanham.

Senhor presidente, nas ligeiras observações com que fundamentei o meu requerimento, eu disse que o projeto de limites apresentado nesta Casa é ofensivo aos direitos da província de Mato Grosso e inconveniente porque despreza as raias assinaladas às duas províncias pela própria natureza. Disse mais que a província de Goiás não reclama grande parte do território com que o projeto quer enriquecê-la.

Todas essas proposições acabam de ser contestadas pelo meu ilustre amigo, deputado por Goiás.

Sua excelência, também, como o nobre deputado por Minas, sustenta que a província de Goiás tem direito à linha de limites hoje proposta, e citou em apoio de sua opinião a provisão de 9 de maio de 1748, pela qual foram criadas as duas capitanias de Goiás e de Mato Grosso.

Se essa provisão, porém, pode justificar, como pretende sua excelência, as pretensões de Goiás à posse do território banhado pelo Paraná, não pode justificá-las quanto à linha do rio Pardo, e menos ainda quanto às do Coxim, do Taquari e do rio das Mortes.

Ela determinou que ambas as capitanias chegassem até o rio Grande Geral, nome que então tinha o Paraná; mas peço licença ao nobre deputado para opor-lhe uma outra provisão posterior, de 2 de agosto do mesmo ano.

O senhor Melo Matos:

– Mas esta não alterou nada o que estava feito.

O senhor Paranhos Júnior:

– Eu vou lê-la, e o nobre deputado verá se alterou ou não. Diz a provisão:

> Dom João etc. Faço saber a vós governador capitão-general de Goiás que por outra ordem minha, que nesta ocasião haveis de receber, se vos declara os confins desse governo, e, como tenho determinado que os do novo governo de Mato Grosso e Cuiabá hão de ser para a parte de São Paulo pelo rio Grande, ficando suspensa a sua confrontação com esse governo de Goiás, e do estado do Maranhão, pela pouca notícia que ainda há desses sertões, se vos ordena etc.

O senhor Melo Matos:

– Já vê que esta mesma reconhece o rio Paraná.

O senhor Paranhos Júnior:

– Perdoe-me, vossa excelência reconhece o Paraná como limite meridional de Mato Grosso, mas não de Goiás. Diz que, sendo o Paraná a divisa entre Mato Grosso e São Paulo, fica suspensa a confrontação da capitania de Goiás com a de Mato Grosso...

O senhor Melo Matos dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Posso ler novamente as últimas palavras da provisão. (Lê)

Não diz, portanto, que o Paraná é o limite meridional da província de Goiás, como o nobre deputado supunha; modifica inteiramente a provisão de 9 de maio.

O senhor Melo Matos:

– Ah! Bem; mas a província de Mato Grosso acaba aí, e a província de São Paulo não chega a esse ponto.

O senhor Paranhos Júnior:

– A província de São Paulo chega também ao rio Paraná.

O senhor Melo Matos:

– Mas não é nessa altura.

O senhor Paranhos Júnior:

– Peço licença ao nobre deputado. É precisamente nessa altura.

O nobre deputado por Goiás, senhor presidente, citou também um acordo celebrado em 1771 entre o primeiro governador de Goiás, conde d'Arcos, e o governador de Mato Grosso, procurando demonstrar como esse ajuste os direitos de sua província.

É verdade que no mês de abril de 1771 o visconde de Balsemão, governador de Mato Grosso, assinou um auto concordando com a opinião manifestada alguns anos antes, em 1750, pelo conde d'Arcos, a respeito dos limites das duas capitanias; mas não eram esses funcionários competentes, como o nobre deputado sabe, para estabelecer a demarcação dos respectivos governos. Essa atribuição pertencia exclusivamente à Metrópole.

O senhor Melo Matos:

– Eram marcados provisoriamente.

O senhor Paranhos Júnior:

– Não foram marcados os limites. Pelas provisões de 9 de maio e de 2 de agosto de 1748 determinou-se aos governadores das duas capitanias que informassem com o seu parecer por onde se poderia fixar mais cômoda e naturalmente a divisão. Cumprindo essa ordem, deram eles sua opinião, que ficava dependendo de decisão do governo de Lisboa.

O auto de 1771 termina assim: "E para que sua majestade seja servida de determinar esta matéria na forma de suas reais ordens, mandei passar este auto de acessão ao referido arbítrio..." Não pode, portanto, haver dúvida a este respeito.

Mas, senhor presidente, o acordo de 1771 foi observado pelos sucessores do visconde de Balsemão, e, não tendo sido homologado pela Metrópole, ficou írrito e sem valor.

O senhor Melo Matos:

– Eu nego.

O senhor Paranhos Júnior:

– Tendo continuado indivisas as duas capitanias, a província de Goiás só poderia firmar a sua pretensão ou na prioridade do descobrimento desses territórios, ou na sua ocupação.

Nem uma, nem outra coisa pode alegar. Sem falar nas excursões primitivas dos bandeirantes paulistas, a que se referiu o nobre deputado por Minas, excursões que nenhum vestígio deixaram, me parece que devemos tomar por ponto de partida a época em que as duas províncias foram definitivamente ocupadas e povoadas.

Em 1719, fundou-se, em Mato Grosso, a primeira povoação dessa província, povoação que anos depois foi transferida para o sítio em que hoje se acha a cidade de Cuiabá.

A exploração de todo o território que se estende além do Paraná, do Paranaíba, da serra de Santa Marta e do Araguaia, território onde nunca se estabeleceram ou chegaram os goianos, foi feita por esses fundadores e primeiros habitantes de Mato Grosso.

Só mais tarde, e depois do descobrimento das minas de Cuiabá e Mato Grosso, é que começaram a povoar-se, em 1726, os sertões de Goiás.

O território disputado pertenceu, pois, desde essa época, a Mato Grosso, que tem a seu favor um *uti possidetis* de século e meio. Por esse território, que exploraram e ocuparam, abriram os cuiabanos, à custa de seus únicos recursos, a estrada que vai a Goiás pelo Araguaia e a do Pequiri ao Paranaíba, fundando junto a este rio a povoação de Santana, que mais tarde foi elevada à categoria de vila.

Não pode, pois, a província de Goiás reclamá-lo legitimamente, falando hoje em direito que nunca teve.

Eu disse, senhor presidente, que o projeto quer entregar a Goiás até mesmo territórios que essa província não reclama...

O senhor Melo Matos reclama.

O senhor Paranhos Júnior:

– ... fui contestado pelo ilustre orador que me precedeu e desejo, por isso, mostrar à Câmara que não aventurei uma proposição inexata.

Peço licença para ler uma lei provincial de Goiás, que o nobre deputado citou, a lei de 5 de agosto de 1848, que estabeleceu o primeiro conflito de que há notícia a respeito de limites entre as duas províncias.

Fixando os limites da paróquia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, determina o seguinte. (Lê)

Essa lei reconhece, portanto, como limites com a província de Mato Grosso o rio Pardo, a serra das Divisões e o rio Araguaia. O projeto, porém, vai muito adiante, porque quer incorporar a Goiás todo

o território que se estende entre essa linha e o Coxim, Taquari e o rio das Mortes.

O nobre deputado por Minas Gerais disse-nos também que os limites hoje propostos eram precisamente os do bispado de Goiás. Sua excelência equivocou-se. O projeto despreza a linha do Araguaia para adotar a do rio das Mortes, estendendo assim a província de Goiás até este último rio. Entretanto, o Araguaia é o limite entre as duas dioceses criadas em 1826 pela bula *sollicita catholicoe gregis cura*, como era também a divisa estabelecida em 1738, pelo capitão-general de São Paulo, entre as duas ouvidorias de Mato Grosso e de Goiás.

Quanto ao lado do rio Pardo, a divisão eclesiástica poderia trazer dúvidas se a administração lhe estivesse subordinada. Creio que os nobres deputados não pretenderão sustentar semelhante ideia; mesmo porque uma parte considerável da província de Minas pertence à diocese de Goiás, sem que por isso tenha esta província o direito de reclamá-la.

O senhor Melo Matos dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Mas, senhor presidente, eu prescindo de todas estas questões a que fui arrastado pelos discursos dos nobres deputados por Minas e por Goiás. Não é por esse lado que deve ser encarado o projeto. Não devemos indagar somente qual das duas províncias tem ou pode ter direito ao território disputado. Devemos examinar se o projeto preenche as condições de uma boa e regular divisão administrativa, se há alguma razão de ordem superior que aconselhe o abandono da linha do *uti possidetis*, que me parece também a mais natural.

Quanto a mim, acho-o inconveniente porque ele estabelece entre as duas províncias uma divisão defeituosa e absurda. Leva, como já tive ocasião de dizer há dias, a província de Goiás pelo interior da de Mato Grosso, estreitando esta de encontro ao rio Paraguai, e dividindo-a em duas partes desiguais e distintas, que ficarão ligadas apenas pela curta nesga de terra que vai da foz do Coxim à confluência do São Lourenço. A comarca fronteira de Miranda ficará, com semelhantes divisas, abandonada ao norte da República do Paraguai e quase inteiramente segregada da província a que pertence.

Se se tratasse, senhor presidente, de um território despovoado e

sem importância, eu nada diria. Sei que a província de Mato Grosso ocupa uma região imensa, e pode sem prejuízo ceder às províncias vizinhas vastas zonas de terreno, se por acaso elas carecessem de qualquer aumento territorial.

Mas trata-se de privá-la de um território importante, sede do município florescente de Santana do Paranaíba, território que se povoou, que tem vivido e prosperado à custa dos únicos esforços e recursos dessa província pobre e abandonada. Lembro à Câmara que a população de Mato Grosso antes desta guerra, e das calamidades que a acompanharam, mal chegava a 60 mil almas, ao passo que a província de Goiás já tem uma população seis vezes superior a de Mato Grosso, e uma superfície tão extensa, um território tão vasto, que a ação administrativa é quase insensível em muitos pontos.

O senhor Cardoso de Meneses dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Na época atual, sobretudo, depois dos sofrimentos e das perdas dolorosas por que acaba de passar a província de Mato Grosso, é uma iniquidade querer-se enfraquecê-la ainda mais e reduzir ainda o número já tão escasso de seus habitantes, arrancando-lhe um dos poucos núcleos de população que lhe restam.

O senhor Cardoso de Meneses:

– Arrancando, não.

O senhor Paranhos Júnior:

– A expressão é bem cabida. Pretende-se privar Mato Grosso de um território de que sempre esteve de posse.

Mantenho o meu requerimento, aceitando, entretanto, a emenda do nobre deputado por Minas. Entendo que a questão é muito importante e deve, por isso, ser examinada com toda atenção e cuidado.

Os ilustres membros da Comissão de Estatística, que reconheço muito competentes na matéria, podem dar-nos, em seu parecer, informações utilíssimas. Creio que a Câmara não as julgará desnecessárias, e, pois, espero que se dignará aprovar o requerimento que tive a honra de sujeitar à sua consideração.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
II

Discurso pronunciado em 7 de julho de 1870, como segundo-secretário da mesa, sobre a reforma do Regimento. Publicado nos *Anais da Câmara*, 1870, tomo 3, p. 42, 2ª coluna.

O senhor Paranhos Júnior (segundo-secretário):

– Senhor presidente, há pouco mais de 15 dias foi apresentada uma indicação do nobre deputado pelo terceiro distrito da província do Rio de Janeiro, o senhor Pereira da Silva, pedindo o parecer da mesa sobre a conveniência da supressão das sessões noturnas. Logo depois, foi lido um requerimento assinado por vários membros da Câmara, relativo ainda às sessões celebradas à noite. Envolvendo o assunto reforma do Regimento da Casa, a Comissão de Polícia examinou a matéria contida no requerimento e na indicação, e, de acordo com a opinião já anteriormente manifestada por uma grande maioria da Câmara, foi de parecer que reduzíssemos apenas o prazo das referidas sessões. Não foi a mesa consultada sobre os inconvenientes que, na opinião de muitos, tem resultado da modificação feita no Regimento da Casa durante a legislatura passada, e que elevou a seis as horas do trabalho da Câmara nos dias em que tem lugar a discussão das leis ânuas.

O requerimento e a indicação que a mesa examinou referiam-se unicamente às sessões noturnas; o parecer da Comissão de Polícia, portanto, só podia referir-se a estas, devendo a presente discussão ficar circunscrita à matéria do parecer, isto é, unicamente às sessões noturnas.

Hoje apareceu uma nova indicação, reduzindo a quatro horas o prazo das sessões diurnas. Esta indicação encerra o mesmo pensamento da emenda apresentada pelo nobre deputado pelo quarto distrito da província do Rio de Janeiro. Para que a Câmara tome uma deliberação, é indispensável também, neste caso, o parecer da Comissão de Polícia. As questões são diferentes e, por isso, entendo que o senhor presidente procedeu regularmente, não aceitando como emenda a indicação que sob aquele nome foi apresentada pelo nobre deputado e que motivou esta questão de ordem. Parece-me que o negócio não é tão urgente que sejamos forçados a resolvê-lo de momento.

O senhor Andrade Figueira:

– Estamos condenados a sair daqui à uma hora da madrugada.

O senhor Paranhos Júnior:

– Mas este inconveniente desaparecerá se o parecer que hoje se discute for aprovado, porque ele conclui propondo que reduzamos desde já o prazo das sessões noturnas. Se, depois dessa alteração, comparecermos todos à hora do regimento, isto é, às seis horas da tarde, os trabalhos não irão além das dez horas da noite.

Quanto às sessões diurnas, de que agora não se trata, nem se podia tratar, porque o requerimento que motivou o presente parecer apenas falava nas sessões celebradas à noite, a mesa, como lhe cumpre, tomará na devida consideração a indicação apresentada hoje pelo nobre deputado pelo terceiro distrito do Rio Janeiro, formulando com a maior brevidade o parecer competente.

Não é por um capricho mal entendido que o nobre presidente da Câmara deixa de considerar emenda ao parecer a indicação apresentada pelo nobre deputado pelo Rio de Janeiro. O senhor presidente justificou perfeitamente a sua opinião lendo o artigo do regimento, que proíbe expressamente que se tomem resoluções destas sem que a Comissão de Polícia interponha o seu parecer.

Creio, portanto, que o nobre deputado pela província do Ceará não levará a mal que esperemos mais alguns dias, desde que somos a isso forçados por uma disposição regimental, que em caso algum deve ser preterida. Em tempo oportuno, e observadas as formalidades legais, a Câmara tomará a resolução que lhe parecer mais conveniente.

Era o que eu tinha a observar, senhor presidente, chamando apenas a atenção dos nobres deputados para o artigo do regimento

que torna a reforma de qualquer de suas disposições dependente de parecer da Comissão de Polícia. Tanto o requerimento quanto a indicação que servirão de base ao parecer, cujas conclusões os nobres deputados pretendem ampliar agora, tratavam apenas, como já ponderei, das sessões noturnas. Não podemos, pois, à vista do regimento, tratar agora do prazo das sessões diurnas, matéria de que a mesa ainda não tomou conhecimento e sobre a qual não há parecer da comissão competente.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
III

Discurso pronunciado aos 18 de julho de 1870, como segundo-secretário da mesa, sobre a reforma do Regimento. Publicados nos *Anais da Câmara*, 1870, tomo 3, p. 130, 1ª coluna.

O senhor Paranhos Júnior (segundo-secretário):

– Senhor presidente, vejo-me forçado a apresentar à Câmara as razões que tive para, em parte, separar-me da opinião dos meus honrados colegas da mesa, quando tratamos de redigir as reformas do regimento ultimamente aprovadas pela Casa. Fá-lo-ei em poucas palavras.

Toda a dúvida que surgiu no seio da comissão versou sobre a inteligência que devíamos dar à expressão *número legal* empregada na conclusão 5ª do parecer que submetemos em uma das últimas sessões à ilustrada consideração da Câmara. Essa conclusão era concebida nos seguintes termos: "Se até às 11h, nas sessões diurnas, e às 19h, nas sessões noturnas, não concorrerem mais deputados que preencham o número legal, o presidente declarará não haver sessão, procedendo-se em tudo o mais como determinam os artigos 57 e 58 do regimento."

A Câmara há de recordar-se de que o referido parecer foi aceito em todas as suas conclusões. Das emendas então oferecidas, apenas foi aprovada uma ao § 4º, assinada por dois nobres deputados pela Bahia e pelo Espírito Santo (os senhores Taques e Silva Nunes); mas essa emenda continua uma ideia nova e importantíssima, qual a da redução do *quorum* reclamado para as discussões, e, pois, era

indispensável, na redação, pôr de acordo as conclusões do parecer com o pensamento da mesma emenda, cujas palavras eram as seguintes: "Outrossim, poderá ter lugar qualquer discussão depois da leitura do expediente, uma vez que se achem presentes 40 deputados."

Aprovada, como foi, esta emenda pela Câmara, entendi que a expressão *número legal*, de que se servia o § 5º do parecer, devia fixar subordinada à modificação feita ao parágrafo anterior. Assim, poder-se-ia abrir a sessão e discutir com 40 deputados apenas, passando a ser esse o número legal exigido para a abertura da sessão e dos debates, e continuando a sê-lo para as votações o fixado no artigo 23 da Constituição Política do Império.

Harmonizada deste modo a emenda com o parecer, a decisão da Câmara pode ter sido inconstitucional, como entenderam e entendem muitos senhores deputados, mas não pode ser tachada de absurda, contraditória, como pareceu aos meus nobres colegas da Comissão de Polícia.

Quanto a mim, senhor presidente, não vejo inconstitucionalidade alguma na adoção da emenda dos nobres deputados pela Bahia e pelo Espírito Santo.

Discutir e resolver são operações perfeitamente distintas.

O senhor Cândido Tôrres Filho:

– Apoiado.

O senhor Paranhos Júnior:

– O que a Constituição determina é que as duas Câmaras nada resolvam senão pelo voto da maioria absoluta de seus membros; e como discutir não é resolver...

O senhor Pinto Moreira:

– Apoiado.

O senhor Paranhos Júnior:

– ... Parece-me que se pode, sem ferir o preceito constitucional, fixar, para que tenha lugar o debate, um número de deputados inferior ao que é exigido para a votação.

O senhor José Calmon:

– É contra o artigo constitucional.

O senhor Paranhos Júnior:

– Tanto é esta a inteligência, a interpretação que as duas Casas do Parlamento têm dado ao artigo 23 da Constituição, que efetivamente

celebram sessão e discutem sem o número legal para as votações. Vemos isso constantemente. O Regimento das duas Câmaras permite ou, antes, determina expressamente que prossiga a discussão das matérias dadas para ordem do dia, apesar de não haver Casa para votar-se. Já se pratica, pois, no fim das sessões, o que a emenda estendeu ao começo das mesmas: já se discute sem a presença de metade e mais um dos membros do corpo legislativo.

O senhor José Calmon:

– Depois de aberta a sessão. A questão é se se pode abrir a sessão sem metade e mais um.

O senhor Paranhos Júnior:

– A questão é se deixa de haver sessão quando se verifica não haver Casa, se se interrompe a discussão.

O senhor José Calmon:

– Não pode haver sessão desde que não haja metade e mais um.

O senhor Paranhos Júnior:

– E eu estou lembrando justamente ao nobre deputado que tanto no Senado quanto nesta Câmara discute-se, e, portanto, celebra-se sessão sem a presença da maioria absoluta de seus membros.

Mas, senhor presidente, pouco importa neste momento a nossa opinião sobre a constitucionalidade da decisão da Câmara. Funcionando nós os membros da mesa, como Comissão de Redação, cabia-nos apenas coordenar e redigir as reformas adotadas pela Câmara, pondo de parte nossa opinião individual e cingindo-nos ao vencido.

O senhor José Calmon dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Foi o que procuramos fazer.

O sentido, porém, que atribuíram os meus honrados colegas às palavras *número legal* motivou o absurdo que se nota na redação que ora se discute.

Se, como pensam os meus colegas da mesa, apesar da aprovação da emenda, o número legal para a abertura da sessão é o mesmo exigido para a votação, isto é, a metade e mais um dos membros da Câmara, então, sim, dar-se-á a originalidade de haver discussão por espaço de meia hora sem que haja sessão.

Não foi isso, porém, segundo o meu modo de entender, o que resolveu a Câmara.

O que aqui se venceu foi que, depois da leitura do expediente, começasse a discussão logo que estivessem presentes 40 deputados. Ora, se o debate tem começo, a sessão está aberta, a Câmara funciona, embora os deputados presentes não possam votar ou resolver.

Quando por ocasião da votação da emenda surgiram aqui algumas dúvidas, vossa excelência, senhor presidente, deu-lhe uma inteligência que não me parece aceitável. Disse vossa excelência que a discussão a que se referia a emenda devia versar tão somente sobre as matérias do expediente; mas, nesse caso, a emenda seria supérflua, porque nenhum debate pode haver sobre os ofícios e requerimentos lidos no começo da sessão. Sobre os pareceres das comissões também não o pode haver, porque apenas um membro da Casa pede sobre eles a palavra, fica a discussão adiada.

O senhor Taques:

– A emenda diz: "Qualquer discussão."

O senhor Paranhos Júnior:

– E a emenda, como observa o nobre deputado pela Bahia, é muito clara, porque diz: "Qualquer discussão poderá ter lugar havendo 40 deputados." Não podia, pois, referir-se senão às matérias dadas para ordem do dia.

Nesse sentido, e supondo interpretar o pensamento da Câmara, redigi os artigos 3º e 4º, como consta do voto em separado que há pouco foi lido.

Segundo a inteligência que dei, a decisão da Câmara poderá ser inconstitucional, mas não contém disposições absurdas e contraditórias. Segundo a que deu a maioria da mesa, resulta dessa decisão um absurdo que convém corrigir. Desde que aparecem dúvidas sobre o pensamento que aqui prevaleceu, deve a Câmara resolvê-las agora que se discute a redação.

O regimento previne essa hipótese e permite que a Câmara, quando examina a redação dos seus atos, os reconsidere e os modifique, descobrindo neles absurdo ou incoerência. A Câmara, pois, pode nesta discussão tomar a resolução que lhe parecer mais acertada.

Era o que tinha a dizer.

LIMITES COM A REPÚBLICA ARGENTINA

I

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 8 de junho de 1893, na Casa Branca, Washington DC, por ocasião da entrega de credenciais, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial para defesa dos direitos do Brasil na questão de limites com a República Argentina, ao presidente dos Estados Unidos da América. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,*

Tenho a honra de apresentar a vossa excelência a carta em que sua excelência o presidente dos Estados Unidos do Brasil** me acredita como um dos seus enviados extraordinários e ministros plenipotenciários em missão especial junto a vossa excelência.

É com o sentimento do mais profundo respeito, senhor, que assim compareço perante vossa excelência que tão distinto lugar já havia conquistado na história antes de ser de novo investido da magistratura suprema desta República pelo grande povo norte-americano, cujos gloriosos exemplos inspiraram em 1789, na minha pátria, a primeira tentativa para nossa emancipação política, e com cujo esclarecido governo temos tido a fortuna de manter sempre as melhores relações de amizade desde que o Brasil, há mais de 70 anos, se tornou uma das nações independentes e livres deste nosso continente da América.

Sucedo ao lamentado diplomata*** a quem primeiro foi confiada a honrosa missão de defender perante o presidente dos Estados

---

* Grover Cleveland.
** Marechal Floriano Peixoto.
*** Barão de Aguiar de Andrada.

Unidos da América os direitos da nação brasileira sobre um território que sempre fez parte integrante do Brasil e que desde alguns anos é reclamado pela República Argentina, país com que desejamos sinceramente estreitar cada vez mais as nossas antigas relações de amizade e boa vizinhança. Nesse propósito, é do nosso dever evitar as complicações, dificuldades ou conflitos que em futuro mais ou menos remoto, com o aumento da população nessas regiões e com o contato frequente entre os dois povos, seriam as consequências naturais de fronteiras não demarcadas ou de uma linha de limites desarrazoada e defeituosa.

A questão, felizmente, por um tratado solene entre o Brasil e a República Argentina, vai ser resolvida por arbitramento, e há de sê-lo com o espírito de imparcialidade e justiça que têm constantemente guiado vossa excelência em todos os seus atos.

No desempenho dos meus deveres oficiais farei tudo, senhor presidente, para que vossa excelência me possa conceder a grande honra da sua benevolência e confiança; e, ao entregar agora a carta que me acredita para servir nesta missão especial com o outro plenipotenciário já acreditado, general Castro Cerqueira, cumpro o primeiro e grato dever de declarar a vossa excelência que fui particularmente encarregado pelo presidente dos Estados Unidos do Brasil de reiterar a vossa excelência os votos que ele faz pela prosperidade de vossa excelência e da nação norte-americana.

LIMITES COM A REPÚBLICA ARGENTINA
II

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 6 de abril de 1895, na Casa Branca, Washington DC, por ocasião do encerramento da missão especial para defesa dos direitos do Brasil na questão de limites com a República Argentina. O original e a versão em português encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,[*]

O laudo que vossa excelência proferiu sobre a questão de limites submetida ao seu arbitramento pelo meu governo e pelo da República Argentina, em execução do compromisso de 7 de setembro de 1889, fez cessar o objeto da missão especial que durante quase dois anos me coube a boa fortuna de desempenhar junto à pessoa de vossa excelência, em comum com o general Cerqueira.[**] É assim que tenho a honra de apresentar agora a vossa excelência duas cartas do presidente dos Estados Unidos do Brasil, em uma das quais ele manifesta os seus agradecimentos e os da nação brasileira pela obsequiosa solicitude com que vossa excelência, em meio das graves ocupações do seu eminente cargo, estudou e resolveu o litígio que lhe foi submetido, e na outra notifica a revocação dos dois ministros em missão especial, que estavam incumbidos da defesa do direito do Brasil.

O desenlace dessa velha controvérsia foi sem dúvida acontecimento feliz e honroso para as duas nações amigas que recorreram ao juízo

[*] Grover Cleveland.
[**] General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira.

esclarecido e imparcial de vossa excelência. As congratulações trocadas entre os presidentes das duas Repúblicas mostram bem que o laudo de vossa excelência foi em ambas recebido com satisfação, porque, removendo uma causa de possíveis discórdias e complicações, contribuiu poderosamente para a consolidação da paz e para que mais se estreitem as relações de franca amizade e boa vizinhança entre os dois povos.

É grato poder assim registrar esta nova vitória do princípio tão razoável e humanitário do arbitramento internacional, cuja prática, advogada sempre com empenho pelos Estados Unidos da América, se tem tornado mais frequente em nossos dias e constitui um dos maiores progressos obtidos pelo Direito das Gentes moderno.

Senhor presidente, ao ter a honra de dirigir-me hoje pela última vez a vossa excelência em meu caráter oficial, peço vênia para significar-lhe o nosso mais vivo reconhecimento pelas bondades que temos recebido neste país e para afirmar que, no desempenho dos meus deveres, não poupei esforços para poder merecer a honra da benevolência e confiança de vossa excelência. Considerarei sempre como o tempo mais feliz e utilmente empregado de minha vida pública estes anos em que me foi dado servir à minha pátria e à causa do direito em meio do grande povo norte-americano que vossa excelência preside tão dignamente pela segunda vez. Todos nós, os membros da missão especial do Brasil, guardaremos as mais agradáveis lembranças dos dias aqui passados, e, despedindo-nos neste momento de vossa excelência rogamos-lhe respeitosamente que se digne de aceitar os nossos mais fervorosos e cordiais votos pela felicidade de vossa excelência e pela constante prosperidade dos Estados Unidos da América.

QUESTÃO DO AMAPÁ

I

Discurso pronunciado originalmente em francês, em 5 de abril de 1899, no Palácio Federal de Berna, por ocasião da entrega de credenciais como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial para defesa dos direitos do Brasil na Questão do Amapá. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,

Tenho a honra de entregar a vossa excelência a carta que me acredita junto a sua pessoa e ao Conselho Federal suíço na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial. O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil* encarregou-me de apresentar ao governo da Confederação Suíça, árbitro escolhido pelo Brasil e pela França, as memórias e os documentos do Brasil, de acompanhar como seu representante o processo arbitral e de me pôr à inteira disposição do árbitro para todas as explicações e esclarecimentos que ele julgar necessários.

Desde que, tão felizmente para a humanidade, os governos dos povos civilizados, zelosos de subordinar a força ao direito, se têm empenhado com mais frequência do que no passado em resolver amigavelmente os seus desacordos, é à Suíça que eles têm recorrido de preferência, de sorte que, na verdade se pode dizer a grande maioria dos arbitramentos internacionais tem seu andamento neste país. O fato mostra bem o respeito do mundo inteiro pelo espírito esclarecido e pela alta imparcialidade do governo suíço e dos seus magistrados.

---

* Campos Sales.

Sinto-me feliz, senhor presidente, por ter, na minha carreira, ocasião de me aproximar de um tal governo e por viver no meio de um povo que tão grandes exemplos tem dado desde longos séculos, pelo seu amor à verdadeira liberdade e ao patriotismo e à firmeza com que, em todas as circunstâncias, mesmo durante as maiores crises da Europa, tem sabido resguardar a sua independência e a integridade do solo nacional.

Na missão que me está confiada, compreendo toda a extensão dos deveres que me incumbem para com o meu governo, e a minha pátria, para com o governo suíço e para com a nação amiga, com que não temos senão esta pendência a liquidar. Farei tudo quanto de mim dependa para angariar a confiança do primeiro magistrado desta República e a do Conselho Federal, e para que os representantes da França – país que, posso dizê-lo, eu amo quase tanto como o meu próprio – reconheçam a constante lealdade do meu procedimento ao mesmo tempo que a minha convicção profunda dos direitos da minha pátria.

O Brasil será eternamente grato ao governo suíço por haver aceitado a delicada tarefa de estudar este litígio que dura mais de dois séculos, e de o resolver, permitindo desse modo que se estreitem cada vez mais os nossos laços de amizade com a França.

Senhor presidente, ao entregar a carta do presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, cumpro outro dever, transmitindo-vos, com as seguranças da sua mais alta consideração por vossa excelência e pelo Conselho Federal, os votos que ele faz pela vossa felicidade pessoal e pela prosperidade e grandeza do povo suíço.

ENTREGA DE CREDENCIAIS AO IMPERADOR DA ALEMANHA

Discurso pronunciado originalmente em francês, em 28 de maio de 1901, no Neues Palais ou Friedrichskron, Potsdam, Alemanha, por ocasião da entrega de credenciais como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil ao imperador da Alemanha. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty juntamente com o texto em português, do próprio punho do Barão do Rio Branco.

Senhor,[*]

Tenho a honra de entregar a vossa majestade imperial e real a carta em que o presidente dos Estados Unidos do Brasil me acredita junto a vossa majestade no caráter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, e a carta revocatória do meu predecessor,[**] o qual, designado durante a sua viagem à América, para servir em outro posto, ficou impedido de a apresentar pessoalmente.

Sinto-me feliz, nesta ocasião, de ter que repetir a vossa majestade as seguranças da alta estima e da perfeita amizade do presidente da nossa República,[***] assim como a expressão dos votos sinceros que ele faz, com toda a nação brasileira, pela felicidade pessoal de vossa majestade, pela da família imperial e pela prosperidade da nação alemã.

As boas relações que, desde a sua independência política, há 80 anos, o Brasil tem tão felizmente mantido, a princípio, com os Estados alemães, depois, com o grande e potente Império fundado pelo augusto e glorioso avô de vossa majestade,[****] não têm cessado de se consolidar,

---

[*] Guilherme II.
[**] Ciro de Azevedo.
[***] Campos Sales.
[****] Guilherme I.

graças à prosperidade crescente dos antigos centros de imigração germânica entre nós e ao consequente desenvolvimento das relações de comércio entre os dois países. O presidente dos Estados Unidos do Brasil encarregou-me de fazer tudo quanto de mim dependa para contribuir a aumentar essas relações, tão proveitosas aos dois povos, não poupando esforço algum para que mais se estreitem, se é possível, os laços de amizade entre o Brasil e a Alemanha.

A ambição que tenho, senhor, é de poder, pelo meu zelo e pela minha solicitude, desempenhar-me de incumbência que tão perfeitamente se conforma com os meus sentimentos pessoais, e tornar-me digno da estima e da benevolência de vossa majestade. Seja-me permitido afirmar que os meus esforços nesse sentido serão sempre sustentados pela respeitosa admiração que tributo, como o mundo inteiro, às grandes qualidades de vossa majestade imperial e real e sustentados ainda pelo profundo reconhecimento que me inspiraram as demonstrações de simpatia tão graciosamente dadas por vossa majestade à minha pátria em circunstâncias solenes.

QUESTÃO DO AMAPÁ
II

Discurso pronunciado originalmente em francês, em 29 de junho de 1901, no Palácio Federal de Berna, por ocasião da apresentação da carta revocatória ao presidente do Conselho Federal suíço. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,[*]

Tenho a honra de apresentar a vossa excelência a carta pela qual o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil[**] anuncia minha revogação, finda a missão especial de que me encarregou, em consequência da Sentença Arbitral de 1º de dezembro último e da execução de todas as cláusulas do compromisso assinado em 1897 entre o Brasil e a França.

Meu primeiro dever, nesta ocasião, é o de renovar os agradecimentos que o Brasil, por intermédio de seu primeiro magistrado, já fez chegar ao Conselho Federal. Com efeito, senhor presidente, a nação brasileira não poderá esquecer-se jamais do que deve em reconhecimento ao Tribunal Arbitral, pelo trabalho que teve ao estudar tão minuciosamente as questões que lhe foram submetidas e pelo grande serviço à causa das boas relações entre o Brasil e a França, ao fazer desaparecer, favoravelmente para todos, um litígio do qual se pode dizer que envenenava ao envelhecer.

A obra considerável que o Conselho Federal realizou com uma consciência tão escrupulosa, sem outra preocupação senão a do seu dever

---

[*] E. Brenner.
[**] Campos Sales.

para com a justiça, será reconhecida por todos aqueles que a conhecerem.

Ela marcará, certamente, época na história do arbitramento internacional e ficará como exemplo a ser seguido, porque nunca juízes chamados a regular diferendos entre nações não puderam produzir uma prova material tão visivelmente importante de sua competência e do cuidado com que examinaram um assunto.

Contente por ter podido acompanhar todo o processo arbitral e por ter visto terminada a pesada tarefa que o árbitro aceitou tão generosamente, é, no entanto, com o mais vivo pesar que vejo chegar o momento da interrupção das relações oficiais que tive a honra de manter com este governo. Todos meus esforços durante a missão que termina foram no sentido de me mostrar digno, por um trabalho paciente, da confiança do meu governo e dos meus concidadãos, e de poder, segundo seu desejo e meus sentimentos pessoais, merecer a estima do governo junto ao qual tive a honra de ser acreditado. Creio, senhor presidente, não haver perdido nenhuma ocasião de testemunhar o profundo respeito que, há muito, o governo e o povo suíços me inspiravam de longe e que minha estada aqui só fez aumentar. Ao partir deste belo país, com o desejo ardente de revê-lo com frequência, levo comigo a lembrança reconhecida do acolhimento benevolente que encontrei. Levo também a grande lição dos exemplos de devoção ao dever e à coisa pública, realizado sempre tão simplesmente, mas que pude facilmente perceber ao estudar de perto seu povo admirável, seus estadistas, suas assembleias políticas, sua administração. Posso dizer, em verdade, que vim completar aqui, e mesmo refazer, toda minha educação política.

É com a emoção mais viva, senhor presidente, que me despeço de vossa excelência e do Conselho Federal suíço. Peço a vossas excelências aceitarem os protestos da minha mais alta consideração, da minha mais respeitosa e cordial estima e de crer nos votos muito sinceros que não cesso de fazer, como todos os brasileiros, pela felicidade pessoal de vossa excelência e pela prosperidade e pela glória da Confederação Suíça.

NO CLUBE NAVAL

Discurso pronunciado na sede do Clube Naval, em 1 de dezembro de 1902, dia em que chegou da Europa para assumir a pasta das Relações Exteriores. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Desde 1895 tenho tido a fortuna e a grande honra de, em várias ocasiões, receber dos meus compatriotas, sem distinção de partidos, testemunhos de benevolência e de liberal apreço que muito me comoveram e que até o meu último alento saberei guardar religiosamente na memória e no coração. Recebidas no retiro do meu então remoto gabinete de trabalho, nenhuma dessas demonstrações, que tão profundamente penhoraram a minha gratidão, me abalou e comoveu mais do que a que recebo dos poderes públicos, da nação a que me ufano de pertencer, do povo fluminense, da mocidade das escolas, hoje que, depois de 26 anos de vida no estrangeiro, piso de novo, e cheio de prazer, a terra e a cidade do meu nascimento, acudindo ao chamado do primeiro magistrado da nossa pátria.

Não posso encontrar três expressões capazes de bem significar toda a extensão do meu reconhecimento, mas asseguro que posso compreender bem toda a grandeza da dívida que tenho contraído para com o país, todo o peso dos deveres que me impõe o generoso afeto dos meus concidadãos. Se nesses últimos anos me foi dada a felicidade de poder prestar serviços de alguma relevância que a dignidade do Congresso Federal e o ardente patriotismo do povo

brasileiro tanto têm encarecido, devo confessar que só os pude prestar porque defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas sim da nação inteira. Toda a minha força, toda a energia e a atividade que pude desenvolver nas minhas últimas missões resultaram não só da minha convicção do nosso bom direito, mas principalmente da circunstância de que eu me sentia apoiado por todo o povo brasileiro, inteiramente identificado com ele.

Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças a minha fraqueza pessoal. Aceitando, depois de longas hesitações e de reiterados pedidos de dispensa, o honroso posto em que entendeu dever colocar-me o ilustre senhor presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência, não é e não deve ser uma pasta de política interna, e, declarando que considerava muito valiosas as razões que eu alegava para procurar eximir-me do serviço que me pedia, acrescentou, entretanto, que mantinha o seu convite. Obedeci ao seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado. Não posso dizer que desconheço as nossas parcialidades políticas porque de longe acompanhei sempre com vivo interesse os acontecimentos da nossa pátria. Não os desconheço porque a todos estou preso desde alguns anos pelos laços da gratidão. Peço a Deus que me dê forças para poder continuar a merecer a estima dos meus compatriotas no posto para mim demasiadamente alto e difícil em que acabo de ser colocado.

Meus senhores, regressando à pátria, em cujos brilhantes destinos tenho a maior confiança, saúdo, agradecendo a nação brasileira e o benemérito estadista que o voto popular chamou a presidir os nossos destinos neste quatriênio. Viva o Brasil e viva o presidente Rodrigues Alves!

AO VISCONDE DE CABO FRIO

Discurso pronunciado em 16 de agosto de 1903, no Palácio Itamaraty, por ocasião da inauguração do busto do *visconde de Cabo Frio*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor visconde,

Há quase 45 anos, na casa do então ministro dos Negócios Estrangeiros, que era meu pai, tive a subida honra de, pela primeira vez, me avistar com vossa excelência. Conservo bem viva a impressão de respeitosa simpatia que me causaram a elevada estatura e o porte ereto de vossa excelência, a distinção das suas maneiras e a indulgente atenção com que procurou satisfazer a minha curiosidade de colegial, discreteando comigo sobre acontecimentos dos rios da Prata e Paraguai, de que vossa excelência fora testemunha ocular.

Já nesse tempo – e vai bem distante! – cabelos inteiramente brancos circundavam, como hoje, a sua bela e expressiva cabeça, e estadistas que mais renome deram a esta repartição, como o visconde de Uruguai, os marqueses de Abrantes e de São Vicente, os viscondes de Abaeté, do Rio Branco, de Maranguape e de Sinimbu, o barão de Cotegipe e outros, apreciavam no seu justo valor os raros méritos de vossa excelência e o tinham, com razão, na conta de ministro a quem se podia confiadamente entregar o desempenho das mais delicadas missões diplomáticas.

Depois, quando passei pela política interna e pelo jornalismo de nossa terra, e durante os longos anos que vivi no estrangeiro como delegado deste ministério, pude ir conhecendo melhor a obra considerável de vossa

excelência, observando com prazer o crescimento gradual e constante da sua tranquila nomeada dentro e fora do país.

Iniciado em 1840 na vida de funcionário público pelo conselheiro Aureliano Coutinho, visconde de Sepetiba – um dos nossos mais ilustres ministros – vossa excelência, em 1865, em quadra de graves complicações externas que chamaram esta nação às armas, veio ocupar o cargo de diretor-geral da nossa Secretaria de Estado, tendo já então, em 25 anos de reais serviços, tratado de assuntos importantes no Prata, no Paraguai, na Inglaterra, na Franca e na Bélgica, e defendido com êxito a causa do Brasil em um processo arbitral.

Foi, porém, aqui, no posto que tão dignamente ocupa há mais de 38 anos, que vossa excelência pode revelar todas as suas qualidades do funcionário exemplar, de consumado diplomata e de verdadeiro patriota. Isso puderam atestar – e atestaram sempre espontaneamente – os ministros que se sucederam nesta repartição, tendo tido ocasião de apreciar o inteligente concurso de vossa excelência, o valor dos conselhos da sua experiência, a sua lealdade e discrição profissional.

Velho discípulo seu, admirando-o e prezando-o desde a minha adolescência, não só pelos seus pacientes trabalhos, mas também pela pureza de sua vida, sinto-me verdadeiramente feliz por me ter cabido a honra de promover e de realizar a manifestação de hoje, já projetada por predecessores meus, e que acaba de encontrar tão simpático e caloroso acolhimento em toda a extensão do Brasil.

Quando, pela lei natural a que nenhum de nós escapa – e permita Deus que esteja muito longe esse momento – se encerrar a nobre tarefa que vossa excelência se impôs de servir modestamente e sem descanso a terra do seu nascimento, mais do que o bronze, que de ora em diante guardará aqui os traços fisionômicos de vossa excelência na idade da robustez física, conservará a sua honrada memória nesta Casa, a tradição dos seus altos dotes intelectuais e morais, e os numerosos documentos de sua lavra que enchem os nossos arquivos e que só pelos vindouros poderão ser estudados em sua integridade.

Os mais ardentes votos do governo e do povo brasileiro, neste dia, são para que por dilatados anos possam ainda o Brasil e esta repartição ter o beneficio das luzes e do alto bom-senso de vossa excelência, o venerável decano dos funcionários brasileiros.

Viva o visconde de Cabo Frio!

NO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Discurso pronunciado em 1903, por ocasião da recepção do *Barão do Rio Branco* no Grande Oriente do Brasil. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Agradeço a este Supremo Conselho a honra que me conferiu, dando-me lugar em seu seio, e ao ilustre orador, de quem acabamos de ouvir palavras tão cheias de benevolência, que exaltaram os meus fracos méritos e os serviços que tenho podido prestar à terra do meu nascimento.

Depois de tão longa ausência no estrangeiro, é com o maior contentamento que me vejo restituído à maçonaria brasileira, de que me honro de fazer parte desde os meus tempos de estudante, em São Paulo, há mais de 41 anos.

Encontro-a felizmente como era então e como foi sempre, uma associação de beneficência, aberta a todos os amigos da humanidade, sem exclusão de nacionalidades ou de crenças políticas e religiosas, mas nunca indiferente às grandes reformas sociais que representam um progresso para a nação brasileira e sempre respeitadora da lei e das instituições políticas deste país.

É por isso que desde a Independência teve constantemente à sua frente homens eminentes, todos entre os mais decididos sustentadores da ordem, e que, depois da evolução política por que passou o Brasil, entregou o primeiro malhete maçônico ao cidadão ilustre que preparou a nova ordem de coisas e que mais genuinamente a representa.

Para os nobres fins que tem em vista, segundo as suas gloriosas tradições e a sua lei orgânica, pode esta associação contar com todo o esforço de que eu seja capaz e que permitam os meus deveres oficiais.

Por herança paterna, sou e não posso deixar de ser um maçom, como este nome é entendido entre nós.

Repito os meus cordiais agradecimentos pelas distinções que tenho recebido da maçonaria brasileira, a que serei sempre fiel.

QUESTÃO DO ACRE

Discurso pronunciado em 20 de fevereiro de 1904, no Palácio Itamaraty. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Não acho expressões com que possa bem-significar o meu reconhecimento pelas provas de afeto e pelas animações que tenho recebido de vários pontos do país, assim como pelas que recebo neste momento tão grato para mim. Elas compensam largamente – e tal foi sem dúvida o generoso pensamento da presente manifestação – os dissabores por que tenho passado, os violentos ataques de que vou sendo alvo, e são um incentivo para que continue a proceder no serviço da pátria com a mesma dedicação com que tenho procedido sempre, alheio às paixões da política interna e com a serenidade de ânimo com que me dispus a afrontar os perigos que me assinalavam alguns amigos e compatriotas eminentes, de cujo parecer, no tocante à solução do litígio do Acre, sinto profundamente haver dissentido.

Folgo em ter aqui a meu lado o companheiro de trabalhos* que, desde o seu posto de Washington, e depois, nas negociações de Petrópolis, em que lhe coube papel importante, auxiliou com tanta fé, inteligência e zelo a patriótica e elevada política do atual presidente da República** nesta, até a pouco, tão intricada questão internacional.

---

* Assis Brasil

** Rodrigues Alves.

O acontecimento que celebrais hoje com todo o ardor do vosso patriotismo não foi e não pode ser chamado de uma vitória da diplomacia brasileira. No pacto que concluímos com a Bolívia, não houve vencedores nem vencidos. O empenho dos plenipotenciários brasileiros e bolivianos durante toda a laboriosa negociação consistiu em procurar remover para sempre as dificuldades e as complicações contra as quais lutamos desde 1899, conciliando interesses bem-entendidos das duas nações vizinhas e amigas, de acordo com os desejos e as instruções dos ilustres estadistas que o voto popular chamou à magistratura suprema desta República e da Bolívia.

Assim é que as duas Repúblicas, irmãs, podem francamente festejar o tratado de 17 de novembro último. Uma, a Bolívia, liberta-se de um ônus, e vê o seu futuro comercial assegurado pelas vias fluviais do Amazonas e do Paraguai, realizando-se, enfim, a política liberal aconselhada em 1865 e 1866 por alguns dos mais notáveis estadistas brasileiros, como foram S. Vicente, Uruguai, Jequitinhonha, Nabuco, Eusébio de Queirós, Tavares Bastos; a outra, o Brasil, resgata os vastíssimos territórios que generosamente cedera em 1867, quando despovoados, territórios a que tinha então incontestável direito e que recupera agora por transação amigável, dilatando as suas fronteiras e restituindo à pátria milhares de brasileiros, por cujo bem-estar todos os sacrifícios que vamos fazer são justificáveis, estou certo, aos olhos da grande maioria, da quase unanimidade desta nação.

Sinto-me feliz por haver colaborado nesta obra de paz e de confraternidade e não posso considerar como dirigidas a mim pessoalmente as demonstrações de apreço e de aprovação de que me tornais alvo. Recebo-as, entretanto, com a mais profunda gratidão, por mim, pelos meus colegas na negociação finda, mas compreendendo perfeitamente que o principal mérito no resultado cabe e deve pertencer aos presidentes das duas Repúblicas, sem cuja vontade firme e corajosa não teríamos podido conseguir.

CONFERÊNCIA SANITÁRIA
PAN-AMERICANA

Discurso pronunciado em 10 de junho de 1904, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem aos delegados estrangeiros da Conferência Sanitária Pan-Americana. Uma cópia fotostática do original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Devem merecer o aplauso dos bons americanos todas as medidas que tendam a desenvolver as relações de amizade e de comunhão entre os povos do nosso continente, destruindo os obstáculos que se oponham às expansões da sua atividade no campo do progresso e concorrendo para que seja uma realidade a política de confraternidade e de paz, que, estou certo, é o ideal de todos os governos das duas Américas. Sinto o verdadeiro contentamento em ver aqui reunidos todos os dignos representantes e diplomatas das nações desta bela parte do mundo, não só os das que nos são mais vizinhas, mas também o da nossa grande irmã do norte, unindo-se a mim para festejar os ilustres delegados da República Argentina, do Paraguai e do Uruguai no Congresso Sanitário que, neste momento, faz obra civilizadora contra a velha rotina, adotando princípios liberais, uma conquista da ciência moderna.

Levanto o meu copo num brinde de aplausos a essa obra, aos seus colaboradores, aos chefes de Estado e às nações amigas representadas nesta mesa.

TERCEIRO CONGRESSO CIENTÍFICO
LATINO-AMERICANO
I

Discurso pronunciado em 6 de agosto de 1905 na sessão inaugural do III Congresso Científico Latino-Americano, realizada no teatro São Pedro de Alcântara. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Entre as incumbências derivadas da função pública que exerço, tenho por especialmente agradável esta de, em nome do presidente da República e do seu governo, dar as boas-vindas aos membros estrangeiros do III Congresso Científico Latino-Americano.

Não são precisas frases de solene compostura para significar aos visitantes amigos o grande contentamento com que os vemos entre nós. Eles bem terão sentido, desde a hora da chegada, a singela sinceridade da convivência brasileira, o ambiente de simpatia que aqui encontra sempre o estrangeiro inteligente e benévolo.

A primeira e considerada, socialmente, a mais útil consequência dos congressos internacionais de cientistas é a formação do comércio intelectual entre homens que, entregues aos mesmos trabalhos e pesquisas, travam entre si conhecimentos nessas reuniões, e, pelo que podem ver e estudar, ficam habilitados para, em suas pátrias, embora incidentemente no terreno da política, desfazer preconceitos e dissipar mal-entendidos, colaborando destarte na grande obra da pacificação dos espíritos e da amizade entre as nações. Nenhuma forma de propaganda oficial e tendenciosa vale essa espontaneamente exercida por homens de valor, convencidos, e alheios a paixões políticas.

É assim que, além do dever de cortesia no acolhimento feito aos nossos hóspedes aqui congregados, entra por antecipação o reconhecimento do serviço indireto que eles vão prestar à causa da confraternização internacional americana.

Eles dirão sem dúvida que viram uma bela terra, habitada por um bom povo, terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colmeias em que sobra o mel. Não há aqui quem alimente invejas contra as nações vizinhas, porque tudo esperamos no futuro; nem ódios, porque nada sofremos delas no passado. Um grande sentimento nos anima: o de progredir rapidamente sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa aos direitos alheios.

Mas não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura intelectual, da riqueza e do poder da nossa pátria que desejamos, é também a crescente prosperidade de todos os povos do nosso continente. Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime que não o atual, era, na frase do ilustre general Mitre, uma verdadeira "democracia coroada", e a diferença de forma de governo podia se fazer crer em indiferenças de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as Repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar do espírito agressivo, de expansão e de conquista que mui injustamente se nos têm querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores, e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado.

É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa grande e querida irmã do norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo.

Senhores delegados estrangeiros, conhecendo e estudando de perto o Brasil, vós vos certificais da verdade desse nosso empenho político, ao mesmo tempo que de outras noções menos gerais, mas todas conducentes à afirmação dos nossos mais entranhados propósitos de concórdia internacional.

Podereis observar facilmente que neste país se estuda, mas que a nossa curiosidade de saber ainda não teve a imodéstia de se constituir

em ciência nacional. As ciências, as letras, as artes, toda a cultura do espírito entre nós é desnacionalizada, de sorte que nem mesmo nas chamadas "batalhas incruentas das ideias" entramos com tensão de conquista e de avassalamento. Dareis certamente testemunho da nossa isenção nesse particular. E quando restituídos às vossas cadeiras do magistério, aos vossos laboratórios e gabinetes de trabalho, resumirdes as impressões desta jornada científica ao Rio de Janeiro. Tenho fé que não encontrareis na memória traço de brasileirismo que não seja lhaneza de trato, cordialidade no agasalho devido a hóspedes de tanta distinção, amor profundo da paz e ardente desejo de estreitar cada vez mais as nossas relações de amizade com todas as nações cultas, particularmente com as desta nossa América Latina.

TERCEIRO CONGRESSO CIENTÍFICO
LATINO-AMERICANO
II

Discurso pronunciado em 20 de agosto de 1905 no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido aos delegados do III Congresso Científico Latino-Americano. Publicado no *Jornal do Commercio* de 21 de agosto de 1905.

Meus senhores,

Em primeiro lugar, cumpro o grato dever de saudar os dois embaixadores aqui presentes e os ministros plenipotenciários das Repúblicas hispano-americanas, que tenho também o gosto de ver ao nosso lado nesta ocasião. A todos agradeço o seu comparecimento.

O convite que tive a honra de dirigir ao ilustre representante da Santa Sé explica-se naturalmente pelo fato de ser a religião católica a professada por quase todos os latino-americanos, que hoje se contam por mais de 60 milhões; ao digno representante dos Estados Unidos da América, pelos grandes exemplos que vos dá a todos vós o povo empreendedor e laborioso dessa República irmã, no meio do qual tive a fortuna de passar dois dos melhores anos da minha carreira pública, e cujo afetuoso interesse pelo seguro desenvolvimento de todas as nações do nosso continente pude então apreciar de perto.

Meus senhores, levanto o meu copo em honra dos representantes diplomáticos aqui presentes!

Convido os meus compatriotas a me acompanharem no brinde que tenho agora a honra de dirigir aos nossos hóspedes estrangeiros que fizeram parte do III Congresso Científico Latino-Americano. Faço os mais cordiais votos para que a ordem, a paz e o progresso

sejam o constante apanágio de todas as nações do nosso continente, e para que elas procurem fortalecer cada vez mais não só as relações de boa amizade que felizmente as unem entre si, mas também as que as ligam à Europa, de onde procede a nossa civilização, como lembrou ultimamente, em ocasião solene, o digno presidente desta República. Bebo à saúde dos congressistas hispano-americanos, à ventura pessoal de cada um deles e à prosperidade de todos os povos do nosso continente.

TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA

I

Discurso pronunciado em 23 de julho de 1906, por ocasião da sessão inaugural da III Conferência Internacional Americana. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Ao inaugurar os trabalhos da III Conferência Internacional Americana, cabe-me a grata missão de, em nome do governo e do povo do Brasil, saudar as nações aqui representadas e dirigir aos seus dignos delegados os nossos cumprimentos de feliz chegada.

Essas saudações, exprimindo o sentir muito cordial de um povo tradicionalmente agasalhador, são acompanhadas do nosso sincero agradecimento por haver sido eleito desta vez o Rio de Janeiro para sede da conferência. De fato, nunca antes se viu em território brasileiro tão numerosa e seleta assembleia de estadistas, jurisconsultos e diplomatas estrangeiros; e posso assegurar que o Brasil, como o seu governo, sabe aquilatar devidamente essa grande honra, que, com o nosso aplauso, já coube a Washington e ao México, e que sucessivamente há de caber às capitais dos outros Estados americanos.

Os nossos votos são por que desta III Conferência resulte, confirmada e definida em atos e medidas práticas de interesse comum, a auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional. Já é dela um penhor esse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o mesmo serviço do ideal do progresso

na paz. Já ela se manifesta na inteligência com que se busca promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles.

Noutros tempos reuniam-se os chamados Congressos de Paz para assentar as consequências das guerras, e os vencedores ditavam a lei aos vencidos, em nome da futura amizade, baseada no respeito ao mais forte. Os congressos de hoje são quase sempre convocados em plena paz e sem constrangimento algum, por bem-entendida previdência, para regulamentar a atividade pacífica das nações, e neles se atende por igual ao direito do mais fraco como ao do mais poderoso. Eles dão corpo e forma e autoridade à lei internacional, felizmente cada vez mais acatada nos nossos dias, o que constitui um grande passo na história da civilização. Eles têm por origem os movimentos de opinião produzidos pela maior difusão da cultura intelectual, pela importância progressiva dos interesses econômicos e pela propaganda assídua dos sentimentos humanitários e de concórdia.

Às negociações atormentadas e cruéis em que um pede justiça ou generosidade e o outro impõe a lei da sua exclusiva vontade sucedem, agora, as discussões serenas e amistosas em que cada parte expõe simples e claramente o seu ponto de vista sobre questões práticas e de conveniência geral. Aí as concessões representam conquistas da razão, transações amigáveis ou compensações aconselhadas por interesses recíprocos. Não há nelas senão gestos amigos, significativos da verdadeira cortesia usada entre pares. E, de tal modo, longe de diminuir a dignidade nacional sai acrescida desses encontros diplomáticos, em que não há vencedores nem vencidos.

São, de certo, estas considerações familiares ao espírito dos preclaros membros da conferência internacional; são familiares e subentendidas por nós todos que aqui estamos, mas não são escusadas como declaração expressa do propósito real e sincero com que nos reunimos.

Ainda é um resíduo ingrato dos tempos passados, em que a lição da história só ensinava o pessimismo, a ideia de que agrupamentos de homens só se fazem contra outros homens. À nossa reunião em conferência incorre acaso na suspeita de ser uma liga internacional contra interesses aqui não representados. É preciso, pois, afirmar que, formal ou implicitamente, todos os interesses serão por nós

respeitados; que na discussão dos problemas políticos e comerciais, submetidos ao exame da conferência, esta não trabalha contra ninguém e só visa à maior aproximação entre os povos americanos, o seu bem-estar e rápido progresso, com o que a Europa e as outras partes do mundo só têm a ganhar.

Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população 10, 20 vezes maior nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso. O que, em troca desse inapreciável contingente moral e material, lhe pudermos dar, crescendo e prosperando, será, certamente, um campo mais importante para o emprego da sua atividade comercial e industrial.

Meus senhores, há dias tínhamos a dolorosa impressão de que os trabalhos da conferência se iam abrir, estando em guerra três Repúblicas irmãs. Hoje tenho o grande contentamento de vos anunciar que, graças aos bons ofícios do presidente dos Estados Unidos da América e do presidente dos Estados Unidos do México, assim como ao patriotismo e ao sentimento americano dos três governos e povos que haviam apelado para o juízo das armas, reina agora perfeita paz em toda a extensão do continente.

Está aberta a III Conferência Internacional Americana.

A ELIHU ROOT

Discurso pronunciado originalmente inglês, em 28 de julho de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao secretário de Estado Elihu Root. Encontram-se, no Arquivo Histórico do Itamaraty, os textos manuscritos em língua inglesa e portuguesa.

Senhor secretário de Estado,

O entusiástico e tão cordial acolhimento que tendes encontrado no Brasil vos deve ter dado a certeza de que é esse um país verdadeiramente amigo do vosso.

Data de longe essa amizade. Vem dos primeiros dias da nossa Independência, a qual o governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer, como foi o governo do Brasil o primeiro a aplaudir os termos e o espírito das declarações contidas na célebre mensagem do presidente Monroe. O tempo não fez senão ir aumentando, na inteligência e no coração de sucessivas gerações brasileiras, a simpatia e a admiração que os Estados Unidos da América inspiraram aos criadores da nossa nacionalidade.

As manifestações de amizade dos Estados Unidos que tendes presenciado procedem de todo o povo brasileiro e não somente do mundo oficial. Os nossos votos são para que essa amizade, nunca perturbada no passado, seja perpétua e se fortaleça e se estreite cada vez mais.

Meus senhores, levanto o meu copo em honra do digno secretário de Estado dos Estados Unidos da América, senhor Elihu Root, que com tanto brilho e eficácia tem auxiliado o presidente Roosevelt na grande obra da aproximação política entre as nações americanas.

TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA

II

Discurso pronunciado em 27 de agosto de 1906, por ocasião de encerramento da III Conferência Internacional Americana. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Há 36 dias, neste mesmo recinto, coube-me a assinalada honra de vos dar as boas vindas em nome do Brasil, e o sentimento que então me animava era o de grata expectativa ao iniciar os vossos trabalhos. O tempo correu veloz e as poucas semanas da vossa tão breve estada no Rio de Janeiro bastaram para que tal expectativa se verificasse além das mais auspiciosas previsões. A importância da obra levada a termo com tanta decisão e atividade, obra magistralmente descrita ontem pelo vosso presidente efetivo, representa um esforço pouco usual, de que só seria capaz assembleia como esta, composta de homens em que a cultura jurídica e a capacidade política se completam preciosamente com a severa disciplina intelectual. Considerando a vastidão do programa formulado e a rapidez da sua execução, consenti, senhores delegados, que vos exprima antes de tudo a minha admiração pelo muito que fizestes e pela forma por que o conseguistes fazer.

É noção corrente, talvez justificada pela observação histórica, que nós os meridionais –como na Europa são chamados certos povos latinos –nos esquecemos quase sempre de passar da resolução à ação concreta e eficaz. No caso presente, porém, a tradição da

eloquência cálida e sonora, tão frequente em assembleias americanas, foi abandonada pela sóbria exposição dos problemas e do modo de os resolver. O eco que ao público chegou, vindo do seio das comissões e das sessões plenas desta III Conferência Internacional Americana não foi de justas oratórias, sendo de deliberações tomadas com inteira calma, após atento exame das questões sabiamente reduzidas aos seus termos precisos por homens competentes e de ânimo conciliador. A música das frases – e tivemo-la magnífica e brilhante – reservou-se para os brindes e as alocuções nas festas com que procuramos recrear o vosso espírito e que, entretanto, a muitos pareceu, não sem fundamento, terem sido mais uma provação imposta à vossa força de resistência.

Se saís fatigados das nossas manifestações bem-intencionadas ou dos labores que a cada um de vós foram distribuídos na conferência, dessa fadiga só foi culpado o tempo escasso que tivemos para vos acolher e tratar. Falando a verdade singela, o imprevisto da honra que nos foi conferida em Washington pela União das Repúblicas Americanas não permitiu que nos preparássemos com toda a necessária antecedência para oferecer a recepção que desejáramos que aqui tivessem tão distintos visitantes; e foi assim que, neste país amigo, pouco mais pudestes encontrar do que a abundância da nossa cordialidade. Vós vos contentastes com isso, e nas deficiências do nosso modesto agasalho não quisestes ver senão o prazer sincero e os bons desejos com que vos acolhemos.

O Rio de Janeiro, que se transforma e rejuvenesce há três anos apenas; esta casa que se improvisou para as vossas reuniões; a vida social brasileira a que trouxestes o ornamento da vossa presença; a nossa vida política que prossegue serena e laboriosa, em simpatia com a elevada missão que aqui vos trouxe; este vasto país todo unido, na tranquila segurança dos seus destinos, sem preocupações ambiciosas, que nunca teve, de predomínio ou de hegemonia; estas e outras impressões serão, espero, mais duradouras e falarão melhor por nós no vosso espírito quando já nele se tiver apagado a lembrança dos possíveis incômodos da vossa jornada ao Brasil, vindo muitos de vós de paragens tão remotas.

O bem que a todos nós fez a atual Conferência Internacional do Rio de Janeiro penso que é considerável. Um dos distintos membros desta assembleia, em vossa presença, no Ministério das Relações

Exteriores, e falando em vosso nome, disse ontem que ireis daqui sair mais americanos do que viestes. Tão grande é o nosso anelo de que esse seja o sentimento geral, que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre como exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições da nossa política exterior, trabalharemos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e, particularmente, com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos. O dever do estadista, o de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este vosso continente da América. Às Repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte, promotora destas úteis conferências. Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.

Levareis, senhores delegados, aos vossos governos e à vossa pátria estas declarações que são a expressão sincera dos sentimentos do governo e do povo brasileiro. Possam elas servir para apagar desconfianças malnascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e trazer-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e que nunca cessaremos de cultivar.

HOMENAGEM DO
EXÉRCITO NACIONAL

Discurso pronunciado em 10 de novembro de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército Nacional. Publicado no *Jornal do Commercio* de 11 de novembro de 1906.

Meus senhores,

Muito me comove e penhora esta manifestação da brilhante oficialidade do Exército Nacional, manifestação autorizada pelo meu prezado amigo e colega ministro da Guerra* e que, como era de razão, primeiro se dirigiu, no campo de manobras de Santa Cruz, ao preclaro estadista a quem o povo brasileiro confiou há quatro anos a magistratura suprema desta República.

Ao presidente Rodrigues Alves cabem todos os parabéns pela política de paz e concórdia americana, que, como todos os seus predecessores, desde a proclamação da nossa Independência, ele se esforçou sempre por seguir e desenvolver, pondo particular empenho em estreitar cada vez mais os laços de antiga amizade que nos unem à nossa grande irmã do norte. A mim só cabe o mérito de lhe haver proposto a criação da nossa embaixada em Washington e a nomeação para ela de Joaquim Nabuco, que com tanta distinção a ocupa e que tanto tem sabido fazer ali para tornar mais conhecido e estimado o Brasil. O movimento de simpatia que mais intensamente se acentuou nos Estados Unidos da América para com o Brasil deve-se, sem dúvida, às raras qualidades do nosso digno

* General-de-divisão Francisco de Paula Argôlo.

embaixador, ao primor com que sabe traduzir o pensamento do governo do seu país e ao encanto que ele inspira a quantos o tratam de perto; mas deve-se, sobretudo, à influência crescente que o Brasil tem ganhado no conceito universal em alguns anos de paz interna, podendo assim lançar-se resolutamente no caminho de todos os melhoramentos morais e materiais. Sem isso, que é obra de toda a nação e dos seus principais conselheiros e diretores políticos, não se teria dado o voto espontâneo e quase unânime das Repúblicas do nosso continente elegendo esta cidade do Rio de Janeiro para sede da III Conferência Internacional Americana, nem teríamos recebido a visita do eminente estadista senhor Elihu Root, eloquente pregoeiro da política de confraternidade que o grande presidente Roosevelt representa e que os Estados Unidos da América desejam ardentemente ver aceita, generalizada e consolidada nesta parte do mundo.

A manifestação que fizestes ao presidente da República e a com que me honrais hoje não são das que possam dar motivo de suspeita ou inquietação no estrangeiro. Como brasileiros, embora militares, aplaudindo as belas palavras proferidas pelo secretário de Estado Root naquela conferência, afirmais os vossos sentimentos de solidariedade americana, o vosso amor à paz e à concórdia entre os povos, e o vosso afeto a todas as nações do nosso continente, que nós os brasileiros estimaremos ver cada vez mais prósperas e poderosas, desejando para elas tudo quanto de bom desejamos para a nossa própria pátria.

Sois soldados de um país que, logo ao assentar as bases da sua política exterior, mostrou invariavelmente não sonhar com hegemonias ou com conquistas territoriais.

A primeira guerra estrangeira que tivemos foi para defender um território cujo povo, cansado da anarquia e da caudilhagem, voluntariamente se incorporou ao Brasil, quando ainda não éramos uma nação soberana. Fez-se a paz, desistindo o Brasil e o seu contendor das pretensões que defendiam pelas armas; fez-se a paz, concordando ambos em formar desse território um Estado independente, e desde então não encontrou a briosa nação uruguaia amigo mais leal e desinteressado, nem partidário e sustentador mais convencido da sua independência.

Depois, em 1851 e 1852, como de 1864 a 1870, só desembainhamos a espada porque provocados para vingar a honra nacional ultrajada e, concomitantemente, para promover o restabelecimento ou a

constituição do regime democrático nos países do Prata e do Paraguai. Por isso o ilustre general dom Bartolomeu Mitre, que compreendia para a sua pátria a conveniência da aliança brasileira, como nós compreendemos, para nós e no interesse geral desta parte do mundo, a conveniência da amizade argentina, pôde dizer em 1880 que o Brasil fora um vencedor de tiranos e libertador de povos.

Quando éramos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América do Sul, em terra e no mar, nunca a nossa superioridade de força foi um perigo para os nossos vizinhos, nunca empreendemos guerras de conquista, e menos poderíamos pensar nisso agora que a nossa Constituição política no-las proíbe expressamente. Resolvemos sempre por transações amigáveis as nossas questões de limites, sem levar tão longe quanto a nossa antiga mãe-pátria as pretensões do Brasil. No último acordo com a Bolívia, em virtude do qual readquirimos parte dos vastos territórios que lhe havíamos cedido em 1867, oferecemos-lhe grandes compensações, que hão de, estou certo, assegurar a sua prosperidade comercial em futuro próximo. Vivemos à larga dentro das fronteiras que fecham os territórios em que se fala a nossa língua, descobertos e povoados pela nossa gente.

Mas o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre.

Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os Estados neutralizados, com a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques. A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que, às vezes, só a força pode dar. Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar, para a nossa marinha, a posição que antigamente ocupava.

Meus senhores, não recebo a manifestação de hoje como prêmio merecido de alguma obra em que eu me houvesse ilustrado, mas

como uma nova expressão generosa da alma brasileira, como um testemunho de aprovação do meu trabalho e mais uma prova da simpatia com que os meus compatriotas me animam desde muito no esforço de bem servir a causa nacional. Recebo-a como penhor de solidariedade e de apoio, mais do que de aplauso.

E de nenhum grupo dos meus concidadãos me seria mais grato esse atestado de que tenho ido certo e pelo bom caminho do que da o corporação a quem o país confiou a missão de servir de núcleo à sua defesa nos dias de perigo. Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

Quanto a mim, a quem, por bondade, atribuís parte maior do que seria justiça distribuir-me na obra histórica dos progressos políticos do Brasil diante do estrangeiro, permiti que não reclame para o meu ativo de homem público outra coisa que não seja o zelo por bem servir à nossa terra, cujos interesses e cuja glória têm sido o cuidado e a preocupação da minha vida inteira. Nisto procurei seguir o exemplo de uma vida – mais ativa e mais intensa essa – que, bem de perto e afetuosamente, me alumiou o caminho do dever e me ensinou a amar a pátria e a prezar os seus defensores.

Senhores oficiais, com grande prazer e pelas vias costumadas, terei a honra de fazer chegar às mãos do presidente Theodore Roosevelt e do seu digno secretário de Estado, mr. Elihu Root, a lembrança que lhes ofereceis, e é um merecido preito de admiração e de aplauso a dois dos maiores estadistas do nosso tempo.

A LUÍS ELIZALDE E EMILIO MITRE

Discurso pronunciado em 17 de dezembro de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço em homenagem a Luís Elizalde e Emilio Mitre. Publicado no *Jornal do Commercio* de 18 de dezembro de 1906.

Meus senhores,

Levanto-me para saudar os distintos argentinos que com tanto prazer vejo hoje à nossa mesa nesta Casa, a qual, eles sabem, é uma Casa amiga, onde nomes ilustres de que são portadores, os nomes de Mitre e Elizalde, hão de ser sempre queridos e honrados, evocando a lembrança de tempos dos mais gloriosos na história da civilização desta parte do mundo.

Hoje mesmo tive a fortuna de ser obsequiado pelo senhor Gorostiaga, ministro argentino, com um precioso autógrafo do general Bartolomeu Mitre, uma carta toda escrita do seu punho em 27 de setembro de 1905, dois meses antes de morrer cercado das demonstrações de afeto e respeito de todos os seus concidadãos e de todos os brasileiros. Peço licença para ler desta carta o seguinte trecho:

> A aliança argentino-brasileira foi, depois daquelas da Independência, a mais fecunda e benéfica para a República Argentina. Devemos a ela a queda do tirano Rosas, o haver conjurado ao perigo da ditadura de Solano López, bem como a solução pacífica de nossas questões de limites, assegurando a paz internacional no rio da Prata, com benefícios recíprocos. Como política, a aliança se inspirou não só no interesse, mas também na moral política, por

> parte do Brasil, seu comportamento para conosco foi nobre e digno. Por isso, será recordada sempre em ambos os países como um grande bem, que em cada dia que passa dá novos frutos.

Faço os mais cordiais votos para que todos os argentinos pensem como o grande estadista que escreveu essas linhas. Aqui, posso afirmar que todos nós, os brasileiros, somos do mesmo pensar que ele, desejando que cada vez se possam estreitar mais os laços de amizade entre o Brasil e a Argentina.

Meus senhores e compatriotas aqui presentes, bebamos em honra da família Mitre e da família Elizalde, nossos hóspedes de hoje, e bebamos para a constante prosperidade da República Argentina!

A CLAUDIO PINILLA

Discurso pronunciado em 29 de janeiro de 1907, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem ao ministro das Relações Exteriores da Bolívia, doutor Claudio Pinilla. Publicado no *Jornal do Brasil* de 30 de janeiro de 1907.

Senhor ministro,

Vossa excelência passou alguns anos da sua brilhante e laboriosa vida de diplomata no Brasil, onde tão honrosas e gratas recordações deixou. Sabe, assim, que, neste país, a Bolívia só conta amigos, desejosos de a ver cada vez mais próspera e feliz, e conhece também o grande apreço em que tivemos sempre os raros méritos e distintas qualidades pessoais de vossa excelência, apreço que aumentou mais ainda quando o vimos, na posição de ministro das Relações Exteriores, continuar, com vantagem para a sua pátria, a promover habilmente a solução pacífica de todas as questões delicadas que de longa data ela tinha pendentes com todos os Estados seus vizinhos. Há de, portanto, acreditar na sinceridade do brinde que levanto e em que serei cordialmente acompanhado por todos os meus compatriotas aqui presentes: pela ventura pessoal de vossa excelência e pela constante prosperidade da briosa nação boliviana.

A PAUL DOUMER

Discurso pronunciado no Palácio Itamaraty em 8 de setembro de 1907, por ocasião do banquete oferecido a Paul Doumer. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Dirijo-me aos meus compatriotas presentes para convidá-los a me acompanhar no brinde que vou fazer ao estadista eminente que é nosso hóspede esta noite.

O Brasil já teve a honra de receber a visita de diversos homens políticos das duas Américas e, ultimamente, ainda vimos com prazer entre nós dois dos maiores amigos da nação brasileira, o secretário de Estado Root e o general Roca, antigo presidente da República Argentina. Mas é a primeira vez que um estadista francês, e um estadista que se encontra entre os mais considerados de sua pátria, se decide a estudar de perto nosso país, suas reformas e seu progresso, a conhecer mais de perto nosso povo, no qual a influência da cultura francesa sempre foi tão notável.

O senhor Paul Doumer nos dá uma prova de interesse e de amizade que merece certamente o reconhecimento de todos os brasileiros.

E eles já começaram a manifestá-lo no acolhimento simpático e caloroso que lhe fizeram desde sua chegada ao Rio. Esperamos que, uma vez de volta a seu belo país, ele conserve do Brasil e de seu povo uma lembrança amigável e que não deixará de dizer a seus compatriotas o quanto a França é amada aqui. Todos desejamos que sua grande reputação de homem de governo e de progresso, de administrador fecundo e de hábil cresça sempre nos sentimentos de seus concidadãos.

Levanto meu copo em honra do senhor Paul Doumer!

NA FACULDADE DE
DIREITO DE SÃO PAULO

Discurso pronunciado em 5 de outubro de 1907, na Faculdade de Direito de São Paulo, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelos corpos docente e discente das escolas superiores. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Peço-vos que acrediteis no meu vivo, no meu mui profundo reconhecimento pela grande honra que me é feita nesta ocasião e pelas palavras de apurada cortesia e bondade que para comigo tiveram os eloquentes oradores que acabamos de ouvir.*

Há muito que a generosidade de São Paulo, que o corpo docente desta ilustre faculdade e, em geral, a juventude de todas as escolas paulistas me habituaram a conhecer os sentimentos de benevolência com que me distinguem, a simpatia que os leva a exagerar os meus méritos e a exaltar serviços que circunstâncias felizes me têm permitido prestar à nossa terra. Há muito que eu desejava reiterar-lhes de viva voz os protestos da minha gratidão por todos os favores recebidos.

E, acudindo ao convite com que fui obsequiado, aqui estou para ter a grande satisfação de cumprir esse grato dever.

Senhores, se no meu ativo de homem público podem ser apontados alguns serviços que os nossos compatriotas têm recompensado e ainda premeiam com tamanha largueza, não devem os resultados

* Pedro Lessa e Adolfo Konder.

obtidos ser levados à conta de aptidões excepcionais que eu possua. Esses resultados, sem falsa imodéstia, posso dizer, foram devidos à excelência das causas que me coube defender e ao apoio que, por serem elas nacionais, encontrei sempre nos nossos concidadãos. Foi esse impulso da opinião brasileira, de todos os partidos políticos e de todas as classes sociais, se é que, entre nós, existiu alguma diferenciação de classes, neste país em que a igualdade entre todos os cidadãos existe desde que nos constituímos em nação independente e livre, foram os impulsos da nação brasileira toda, que me deram forças e coragem nas campanhas pacíficas em que me tenho empenhado. Foi a força do nosso direito que venceu, como o mais natural, e facilmente teria vencido se confiada a mãos mais competentes.

A consciência da minha falta de aptidões para as lutas da política interna fez-me abandonar, há mais de 30 anos, a carreira tão nobre para os espíritos superiores, em que, desde os Andradas, se ilustraram entre nós várias gerações de homens eminentes, fatores poderosos do progresso e do engrandecimento da pátria. Nunca me senti da estofa dos que podem ser guias de povos. Preferi assim outra ordem de trabalhos em que pudesse suprir as minhas deficiências, fortalecendo-me com as animações dos que colocam os interesses gerais e a glória do Brasil acima de tudo, isto é, fortalecendo-me com os incitamentos de todos os filhos desta nossa terra.

E as manifestações que tenho recebido e que estou aqui recebendo do vosso afeto me convencem cada vez mais de que andei bem avisado, quando ainda moço tomei aquela resolução.

Não posso, meus senhores, dissimular a emoção que experimento ao achar-me após tão longa ausência no recinto desta faculdade que foi a minha *alma mater*, o lugar em que verdadeiramente aprendi as regras do direito e do dever. Revejo com o máximo prazer a cidade, então modesta, mas já famosa nos anais da América do Sul, cidade em que tive a fortuna de passar os melhores anos da minha vida, núcleo donde partiram os intrépidos bandeirantes que descobriram e ocuparam quase todos os nossos sertões, dilatando as fronteiras do primitivo Brasil. Encontro-a sem o aspecto vetusto e calmo de então, mas consideravelmente melhorada e engrandecida pelo empreendedor gênio paulista, que ainda há pouco, pela enérgica vontade de um dos seus mais dignos filhos, conseguiu em três rápidos anos transformar

afinal a velha capital do Brasil, tornando-a como é a São Paulo de hoje, uma das mais belas e adiantadas cidades do mundo.

Encontro, porém, na mocidade do grande e próspero São Paulo, como na do Rio de Janeiro, como na de todo o moderno Brasil, o mesmo espírito que animava a geração acadêmica do meu tempo, aberta, como a de hoje, a todos os grandes ideais, orgulhando-se do nosso passado, honrando e animando os servidores da pátria e os homens que se assinalavam nos domínios da Ciência e da Arte, festejando com o mesmo ardor e entusiasmo de hoje as vitórias do Brasil, quando pelas armas libertávamos, no exterior, povos escravizados e pela diplomacia afirmávamos a nossa tradicional política de confraternidade com todas as nações do mundo culto, e mui particularmente com as do nosso continente, que mais uma vez, declara o governo brasileiro no seu próprio interesse, deseja ver cada vez mais prósperas e fortes, porque os vizinhos mais perigosos são os mais atrasados, enfraquecidos pelas discórdias civis ou desnorteados pelas ambições que a tirania inspira. E ainda agora, na Conferência da Haia, a que se têm referido diferentes oradores, mostramo-nos fiéis ao nosso antigo programa de política internacional.

Não foi por imodéstia que nesse congresso mundial tomamos a defesa dos povos do nosso continente e até a dos da Europa que ainda não podem competir em força com as grandes potências militares. Foi porque a nossa fidelidade, constante aos princípios da justiça a que mutuamente se devem as nações, nos obrigou a assumir essa posição, depois de haver chamado, em 4 de agosto, a atenção da nossa grande irmã do norte para as complicações que se estavam preparando na Haia e de a haver convidado a tomar a dianteira, que por muitas razões lhe competia.

Apesar dos incidentes que se deram e que não puderam ser evitados porque estavam então ausentes de Washington tanto o grande presidente Roosevelt como o secretário de Estado Root, não devemos duvidar um só momento da sua sincera amizade ao Brasil e às demais Repúblicas americanas e de que continuam firmes nas solenes declarações políticas tantas vezes feitas e, com mais solenidade ainda, na sessão de 31 de julho de 1906 da última Conferência do Rio de Janeiro.

Manda a justiça que eu reconheça neste momento que a vitória da nossa causa foi devida não só à força do nosso direito, mas também

à grande competência jurídica do nosso primeiro delegado naquela assembleia, ao inexcedível talento de exposição, à perfeita conformidade de ideias com que Rui Barbosa se achava com as opiniões do governo e da nação que com tanto brilho tem sabido representar.

Meus senhores, não devo abusar da vossa atenção. Termino repetindo o meu agradecimento pela honra que a congregação desta faculdade e os estudantes paulistas acabam de me fazer, recebendo-me como me têm recebido e dando-me mais incentivos para, na última quadra da vida, esforçar-me em bem servir a outros fins.

AOS ESTUDANTES PAULISTAS

Discurso pronunciado em 8 de outubro de 1907, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao presidente do Centro XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo e aos estudantes que acompanharam, de São Paulo ao Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Não quis que se partissem daqui os meus jovens amigos e colegas da Faculdade de Direito de São Paulo sem os reunir nesta pequena festa íntima. Eu precisava ainda uma vez manifestar-lhes o meu vivo, o meu eterno reconhecimento por todos os favores que estou devendo à mocidade acadêmica de que eles fazem parte, aos senhores membros da congregação da Faculdade de Direito de São Paulo em geral e à população da bela cidade em que me eduquei. Não posso dizer a emoção com que transpus as arcadas da nossa velha academia e com que me vi recebido com tanta solenidade pelos sucessores dos meus antigos mestres e por vós e vossos companheiros, meus jovens amigos. A mocidade, como disse o ilustre mestre de todos nós que aqui se acham, o doutor Clóvis Beviláquia, é a eterna florescência dos povos. Vendo o ardente patriotismo e o grande entusiasmo dos moços de hoje, parecia-me estar vendo os estudantes do meu tempo.

Peço-vos, meus amigos, que me façais o favor de receber e de transmitir aos vossos mestres e aos vossos colegas estudantes de São Paulo os protestos de minha gratidão; e, aos demais amigos que aqui me acompanham, rogo que se unam a mim no brinde que cordialmente levanto pela prosperidade e constante glória da Faculdade de Direito de São Paulo e pela felicidade pessoal de cada um de seus representantes nesta mesa.

À DELEGAÇÃO DO URUGUAI NAS
FESTAS DE ANIVERSÁRIO DA
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Discurso pronunciado em 18 de novembro de 1907, por ocasião do banquete oferecido à delegação do Uruguai nas festas do aniversário da Proclamação da República Brasileira. No Arquivo Histórico do Itamaraty, encontra-se uma cópia datilografada com anotações do próprio punho do *Barão do Rio Branco*.

Meus senhores,

Uma voz mais competente do que a minha, a do primeiro magistrado desta República, já agradeceu, por si, e em nome da nação brasileira, o novo testemunho de apreço e amizade que o governo da República Oriental do Uruguai acaba de dar ao Brasil, enviando-nos a missão extraordinária, que veio tomar parte na celebração de uma das nossas maiores datas nacionais.

Em ocasiões anteriores, desde a audiência solene da sua apresentação, o digno ministro de Estado que preside a essa missão, e agora mesmo o brilhante orador que acabamos de aplaudir, tiveram o cuidado de acentuar que o seu governo quis assim retribuir também, no primeiro aniversário da posse do nosso atual presidente, a saudação que há meses havíamos encarregado a uma missão naval brasileira levar ao ilustre presidente Williman no ato da sua inauguração.

Isso importa num delicado desmentido aos fins reservados que alguns incorrigíveis promotores de desconfianças e azedumes internacionais andaram ultimamente atribuindo às manifestações públicas de franca amizade, agora trocadas, como em 1904, como em outras muitas circunstâncias, entre os dois governos e os dois povos vizinhos, do Brasil e do Uruguai. De resto, nem alguma das

partes diretamente interessadas no último incidente diplomático do Prata, a que fáceis noveleiros quiseram atribuir o motivo da visita com que estamos sendo honrados, nos informou do que ia ocorrendo ou nos pediu conselho, nem pode sofrer dúvida, para a gente sensata, de que as combinações secretas da política internacional não se fazem por meio de aparatosas embaixadas, sendo estas até mesmo contraindicadas para o caso.

Vem de longe o vivo anelo que tem o Brasil de procurar merecer a estima e a amizade de todos os povos seus convizinhos. A nossa política internacional, toda de desinteresse e lealdade, tem sido por vezes mal compreendida e, por isso, injustamente julgada. Daí certos desacordos e divergências a que o orador aludiu.

Em relação ao Estado Oriental do Uruguai, porém, estou certo de que todos os que sem paixão e com o devido critério estudarem a história das nossas relações diplomáticas hão de convencer-se de que, se ela assinala erros, devem estes ser atribuídos a uma outra parte e também a preconceitos e ideias muito afastadas da nossa.

No tempo em que fazíamos parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a intervenção de 1816 foi solicitada por ilustres homens políticos orientais, que não preciso nomear, e que a consideraram necessária para assegurar ali a ordem e a paz. Quando o Brasil nasceu para a independência e começou a ter instituições liberais; logo na Constituinte do Império, se levantaram vozes, increpando de irregular a união do Estado Cisplatino ao Brasil porque, conquanto obtida pelo voto popular, o fora durante uma ocupação militar. E a Constituinte não quis considerar entre as províncias do Brasil a Banda Oriental, que a ele se unira por federação.

Veio anos depois, favorecida por um país vizinho, uma revolução de que resultou a independência do Uruguai. Para o reconhecimento dessa independência, sabem os Orientais que, afinal, o Brasil concorreu, congraçando-se os contendores, desistindo ambos das suas pretensões e comprometendo-se ambos a garanti-la.

Desde esse momento – eu já o disse em outra ocasião –, a nova República Oriental do Uruguai não teve amigo mais dedicado, mais desinteressado, nem mais leal do que o Brasil. Juntos combateram os seus soldados ao lado dos nossos e dos argentinos em 1851 e 1852, e de 1865 a 1870, para derrocar duas bárbaras tiranias. E essa aliança entre os

três países vizinhos e amigos desejamos nós os brasileiros que se possa afirmar sempre e cada vez mais no interesse da paz e da civilização nesta parte do mundo. Necessitamos todos de prosseguir numa política de verdadeira concórdia internacional, combatendo rivalidades condenáveis e procurando competir apenas em nobre emulação no progresso moral e material destes países novos, para que eles possam mais rapidamente cumprir os seus grandes destinos.

Dos três países a que me estou referindo, o menor em extensão territorial é a República Oriental do Uruguai, mas ainda assim ela tem mais de dois terços da superfície da Itália, que é uma das grandes potências. Um dia poderá ter 22 milhões de habitantes, se a sua população se tornar tão densa como a da Itália de hoje, 43 milhões se vier a ser tão densa como a da Bélgica.

Meus senhores, saudemos a República Oriental do Uruguai tão bem representada pela sua delegação que hoje nos obsequeia; saudemos o seu nobre e heroico povo, e façamos votos para que, pelo esforço e união de todos os Orientais, seja constante a prosperidade dessa bela porção do nosso continente da América.

GLORIFICAÇÃO DE RUI BARBOSA

Discurso pronunciado em 28 de dezembro de 1907, no Palácio Itamaraty, quando da manifestação que lhe promoveram os estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro pelo êxito obtido na II Conferência Internacional de Haia. Publicado no *Jornal do Commercio* de 29 de dezembro de 1907.

Meus senhores,

Recebo com o mais vivo reconhecimento esta nova demonstração de simpatia com que tanto me distingue a mocidade das escolas do Rio de Janeiro.

Devo-a, desta vez, unicamente à circunstância feliz de haver eu proposto ao chefe do Estado,* para representante do Brasil na II Conferência Internacional da Haia, o grande jurisconsulto e brilhante orador que, dentro de dois dias, estará aqui de regresso, e que sabereis, de perto, acolher e festejar com toda a efusão do vosso entusiasmo patriótico.

Confesso, entretanto, que a indicação de Rui Barbosa para tão importante missão não foi feita somente por mim, mas também por muitos órgãos autorizados da opinião pública entre nós. E o pronto, cordial e caloroso acolhimento que encontrou, quando a formulei, me fez logo ver que essa escolha, em que me orgulho de haver tido parte, já estava assentada na mente do benemérito estadista a quem o voto popular tão sabiamente confiou a primeira magistratura desta República. Eu não fizera senão ir ao encontro de uma resolução que

* Afonso Pena.

os seus sentimentos pessoais e o interesse público lho haviam ditado.

O que foi Rui Barbosa naquele grande Parlamento das Nações não preciso eu dizer-vos neste momento, porque já tem sido dito abundantemente na nossa imprensa e na do estrangeiro. Recebido com frieza, com prevenções e até com certa má vontade, ele soube por fim impor-se à consideração geral dos seus pares e à do mundo inteiro, pelo inexcedível zelo e competência com que trabalhou e discutiu ao mesmo tempo em todas as quatro comissões da conferência.

Em momento de suma delicadeza, tive a honra de lhe dirigir um extenso telegrama que terminava assim:

> Esgotamos os meios de que podíamos lançar mão, aqui e em Washington, a fim de que o governo dos Estados Unidos, de cuja amizade não podemos duvidar, procurasse aconselhar e dirigir a sua delegação no sentido de serem modificadas as bases do projeto de que vossa excelência tivera notícia. Infelizmente, o presidente Roosevelt estava e está longe da sua capital, e o secretário de Estado se acha também ausente e enfermo. Não pode assim esse governo amigo tomar as iniciativas que desejamos que tomasse no seu próprio interesse e no dos demais países americanos. Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência com a delegação americana, cumpre-nos tomar francamente aí a defesa do nosso direito e dos das demais nações americanas. Estamos certos de que vossa excelência o há de fazer com firmeza, moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes.

E, como de antemão sabíamos o que havia de suceder, Rui Barbosa esteve na altura da situação, defendendo briosamente a nossa sempre honrada política internacional, combatendo com denodo pelo direito, e elevando, como ainda ninguém elevou mais, o bom nome do Brasil no estrangeiro.

O incidente que nos obrigou a tomar a posição que a dignidade nacional nos impunha magoou-nos muito, mas nos ficou a grande satisfação de haver cumprido o nosso dever, sem procurar adesões que, felizmente, nos não faltaram neste continente e no da Europa, defendendo com decisão o princípio da igualdade jurídica dos Estados soberanos, tão eloquentemente proclamado na Conferência Internacional Americana do Rio de Janeiro por um dos mais leais amigos dos povos latinos da América, mr. Elihu Root.

Aplicando ao grande feito que o Brasil está celebrando as

palavras que a benevolência do nosso eminente compatriota lhe inspirou há anos, e para sempre penhoraram a minha gratidão, posso eu agora, mas com inteira verdade e justiça, dizer: "Para semelhante Congresso, um advogado como esse dos nossos direitos; para tão grande advogado, um grande e memorável Congresso como esse."

Meus senhores e jovens amigos, agradeço-vos a honra que me fizestes associando ao de Rui Barbosa o meu nome nos resultados que, para o futuro o Brasil alcançou na Haia e que só foram conseguidos pelo peregrino talento, pela admirável erudição e pelo inexcedível esforço do seu digno representante. A mim só coube acompanhar de longe os seus trabalhos, trocar com ele ideias e transmitir-lhe dia a dia o pensamento do presidente da República sobre as diferentes questões, à medida que elas iam surgindo. E não devo terminar sem dizer que foi perfeito e constante o acordo de pensamento entre o governo e o seu grande delegado durante os quatro longos meses que durou a conferência.

VISITA DA ESQUADRA NORTE-AMERICANA

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 20 de janeiro de 1908, no Palácio Monroe, por ocasião do banquete em homenagem à esquadra norte-americana. O original, em português, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty. A versão inglesa foi publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de janeiro de 1908.

Senhores,

Neste banquete oferecido pelo governo brasileiro aos almirantes e oficiais da frota norte-americana em viagem para o Pacífico, o primeiro brinde que tenho a honra de propor é ao presidente dos Estados Unidos da América;* e eu faço com o mais vivo prazer, congratulando-me com os nossos hóspedes por nos acharmos reunidos neste edifício ainda recente, mas desde logo predestinado para teatro de expressivas manifestações da cordial amizade das duas grandes pátrias americanas.

Sob esta mesma cúpula, quando os Estados Unidos celebravam o centenário da compra da Luisiana, foi hóspede do Brasil por alguns momentos, em São Luís, o grande presidente, e de sua visita a esta Casa conservamos e conservaremos a grata lembrança das calorosas manifestações e do seu bondoso apreço pelo Brasil. Reerguido mais tarde nesta cidade do Rio de Janeiro para a reunião da III Conferência Internacional Americana, foi no principal salão deste edifício que o secretário de Estado mr. Root pronunciou, em 31 de julho de 1906, o notável discurso, que ficou sendo a mais

* Theodore Roosevelt.

completa exposição da política continental norte-americana. E foi também aqui, naquela mesma ocasião, que em nome do governo brasileiro anunciei que o Pavilhão do Brasil em São Luís passava a ser chamado oficialmente "Palácio Monroe", ficando assim erguido neste país um monumento em honra do famoso autor da declaração de dezembro de 1823, à qual o governo do Brasil foi o primeiro em nosso continente a aderir, em janeiro de 1824.

A decisão do governo brasileiro em 1906, demonstrando o seu firme empenho em uma política de paz e de confraternidade na América, foi ainda uma afirmação significativa da velha e vigorosa amizade do Brasil para com a gloriosa pátria de Washington, de Monroe e de Lincoln. E, senhores, é plenamente convencido da firmeza e da constância da recíproca amizade entre o Brasil e os Estados Unidos que levanto o meu copo para, como todos vós, saudar o presidente Roosevelt, em quem tão nobre e perfeitamente se personificam, no alto posto que ocupa, a grandeza, o poder e a influência mundial do povo norte-americano.

Senhores, m qualquer parte do mundo em que se encontram oficiais da marinha de diferentes nacionalidades, estabelece-se logo entre eles um espírito de cordial camaradagem. O destino comum aproxima num nobre encanto os homens que vivem na solidão do mar e que levam consigo, por todos os hemisférios, o culto incomparável da pátria ausente. Mas entre os marinheiros dos Estados Unidos da América e do Brasil, contaram-me velhos oficiais nossos, esse sentimento de confraternidade tem sempre manifestações ainda mais expressivas. O que ouvi na mocidade, ouço agora de jovens oficiais que visitaram os Estados Unidos, e estamos aqui testemunhando durante a grata permanência da frota norte-americana do Pacífico na baía do Rio de Janeiro.

Desde muito, desde o aparecimento da clássica história naval de Fenimore Cooper, não só os nossos marinheiros, mas também todos os cultores das boas letras neste país se familiarizaram com os primeiros feitos da Marinha norte-americana e com os brilhantes nomes de Paul Jones, Decatur, Bainbridge e Perry. Depois, e já no meu tempo, vieram os combates em que "corações de ferro em navios de madeira" souberam vencer encouraçados e zombar dos seus esporões. Vieram também as arrojadas operações de Farragut e

Porter, e conheceis como as grandes potências militares da Europa, surpreendidas pela audácia e pelo espírito inventivo dos americanos, tiveram de reformar inteiramente as suas esquadras de navios de madeira, tornados inúteis como navios de combate (*battle ships*).

Essas lições dadas às velhas nações também nós as aproveitamos um dia. E dizem profissionais insuspeitos, porque não eram naturais desta terra, que os marinheiros do Brasil se mostraram dignos dos seus grandes modelos do norte.

A antiga simpatia entre as Marinhas norte-americana e brasileira, aumentada por esses feitos de guerra, não podem deixar de progredir até o ponto a que chegou pela força benéfica da crescente aproximação política entre os dois povos amigos.

Em Norfolk e Washington, no ano passado, inequívocas demonstrações aos nossos oficiais, às quais tão expressivamente se associou o governo norte-americano, penhoraram a gratidão brasileira; e hoje, é com imenso júbilo que, por ocasião das festas promovidas pelo governo, pela nossa Armada e pela sociedade brasileira, o povo do Rio de Janeiro acolhe a Marinha norte-americana com aquele mesmo espontâneo entusiasmo com que saudou, na sua memorável passagem por este país, mr. Root, o preclaro propagandista da paz e da concórdia continental.

O Brasil agradece a visita dos seus amigos do norte aqui vindos nesses poderosos vasos de guerra que, segundo a bela expressão do presidente Roosevelt, são mensageiros de amizade e de bons desejos, encarregados de celebrar conosco a continuação da longa e inquebrantável harmonia e mútua cooperação entre as duas grandes Repúblicas.

Convido os meus compatriotas aqui presentes a saudar comigo, em nome da nação brasileira e do seu governo, a valorosa Marinha norte-americana, a exemplo de perícia e de disciplina militar, modelo de dedicação à pátria e formidável asseguradora do imenso prestígio da grande República, orgulho do nosso continente.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
I

Discurso pronunciado em 30 de janeiro de 1908, ao tomar posse da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os textos manuscritos, em número de três, encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty. Dois deles estão incompletos, e o outro vem reproduzindo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 422.

Meus senhores,

Este Instituto, há mais de 40 anos, dignou-se de me receber em seu grêmio, aceitando como título de admissão um modesto trabalho que, sobre documentos ainda incompletos, eu escrevera pouco antes, quando estudante em São Paulo. Depois, no decurso dos últimos 12 anos, me foi dando ele testemunhos seguidos da sua generosa benevolência até chegar ao recente e supremo favor de me acreditar no caso de poder presidir aos seus trabalhos com a necessária competência.

Não posso achar palavras com que vos exprima toda a extensão do meu reconhecimento; nem a abundância de vozes e protestos foi nunca a melhor prova dos sentimentos verdadeiramente sinceros. Competência falta-me de certo (*não apoiados*) para poder igualar os homens eminentes que, tão honrosamente todos, têm ocupado esta cadeira, mas não assim boa vontade e ardente desejo de me recomendar à vossa estima e de retribuir em dedicação ao Instituto as muitas finezas de que lhe sou devedor, concorrendo, na medida dos meus recursos, para que o seu futuro não desmereça o seu passado fecundo e glorioso.

O desempenho do cargo que me confiastes, uma vez despido temporariamente, como se acha, do brilho que sempre teve e poderia ainda agora ter, se outro fora o ocupante (*não apoiados*), é relativamente fácil,

porque a cada um de vós e a todos vós, fiéis e constantes sustentadores desta Casa, há de continuar a pertencer quase todo o esforço na execução do nosso programa primitivo, que consiste principalmente em coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que devam servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil.

E esse programa, como atestam os já numerosos volumes da sua revista, o Instituto o tem sabido realizar sem desfalecimentos desde a sua fundação; primeiro, sob os auspícios do grande e sempre lembrado imperador, que até a morte lhe dedicou incessantemente um tão especial desvelo (*apoiados*); depois, graças às animações, cada vez mais vivas, que nos têm dispensado o governo da República e o Congresso Nacional (*apoiados*).

A crescente simpatia que o Instituto inspira à nação e aos seus mais altos representantes explica-se naturalmente pela importância, pela nobreza e pelo desinteresse da missão, que ele se impôs, de ir registrando, neste calmo recinto em que jamais penetraram paixões partidárias, os feitos honrosos dos contemporâneos, e pesquisando e divulgando tanto as ações gloriosas dos nossos maiores quanto os desvios e erros que a nós e às gerações futuras possam servir de estímulo e ensinamento.

Na verdade, já dispomos de um belo e brilhante passado histórico, para que podem olhar com amor e orgulho todos os bons brasileiros e que já tem merecido a atenção, o estudo e o louvor de estrangeiros ilustres e insuspeitos. Mas, até no que diz respeito aos três primeiros séculos de formação da nacionalidade brasileira, sobre que possuímos, além de outros elementos preciosos, as bem elaboradas obras de Southey e de Varnhagen e os eruditos trabalhos de Capistrano de Abreu, há grandes lacunas e muito a pesquisar ainda, sobretudo, para que possa aparecer, em toda a sua luz, a intrépida energia dos nossos antepassados que souberam defender, contra intrusões armadas de outros povos, a vasta zona litoral do Brasil e dilatar pelo sertão adentro as fronteiras da pátria, realizando empresas de que surgiram, como disse o poeta laureado inglês, "consequências mais amplas e provavelmente mais duradouras do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre e Carlos Magno".

Muito vasto já é o campo de estudos e investigações que se oferece ao vosso labor em benefício da pátria e do seu justo renome; mas o

tempo, que corre, cada dia mais o alarga, transformando rapidamente em passado o presente e o futuro. Para auxiliar-vos na vossa árdua, mas agradável tarefa, já se levantaram de há muito, em Pernambuco, São Paulo, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e outras partes do Brasil instituições similares, inspiradas pelo mesmo pensamento que há 70 anos levou o visconde de São Leopoldo e outros próceres da nossa vida literária a promover com sucesso propício a criação desta ilustre companhia. Basta agora que a nossa e as demais associações irmãs prossigam no desempenho de sua missão com o mesmo ardor e diligência de sempre, com o mesmo culto do nosso honesto passado e a mesma confiança no futuro. Porque esta nossa terra, que na minha remota mocidade já conheci grande, gloriosa e respeitada, e agora, cheios de contentamento, vemos cada dia mais considerada no mundo, há de continuar a ser o teatro de ações e acontecimentos dignos de figurar com honra nas páginas da história, e os vindouros a hão de ver, dentro dos seus limites presentes, maior ainda do que a vemos, como uma das mais poderosas, adiantadas e influentes províncias da humanidade.

Agradecendo ao meu venerando predecessor* as benévolas expressões com que acaba de me honrar, agradeço também a todos vós, meus senhores e colegas, a distinção que vos aprouve conferir-me, e peço a Deus me dê forças para corresponder à vossa confiança (*aplausos prolongados*).

* Marquês de Paranaguá.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
II

Discurso pronunciado em 30 de janeiro de 1908, por ocasião da inauguração do retrato do Marquês de Paranaguá. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 432. O texto manuscrito encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor marquês,

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não me podia dar incumbência mais agradável do que a de inaugurar o retrato do seu ilustre presidente resignatário, neste sereno e vigilante retiro da história e da geografia pátria.

Não tem sido vossa excelência simplesmente um cultor da ciência histórica entre nós; por ações próprias, soube contribuir eficazmente para que se enriquecessem de fatos meritórios os nossos anais, e o traço característico da longa e honrada vida de vossa excelência é a perfeita identificação que ela oferece de muitos de seus atos com os acontecimentos mais notáveis do segundo reinado.

Uma vocação admirável o impeliu, muito novo ainda, para as carreiras públicas, em que, além de preciosos dotes pessoais, o devia favorecer a feliz longevidade que tanto festejamos. Muitos e dos maiores homens do nosso país foram colaboradores insignes dos fastos do Império liberal que tivemos; mas a poucos, a muito poucos, foi dado, como a vossa excelência, o raro privilégio de amanhecer sob o exemplar regime dos austeros estadistas da regência, viver para a monarquia constitucional quase todo o tempo da sua duração, e vir perante as novas gerações dar testemunho dos constantes e bem-

sucedidos esforços que ela fez em prol da prosperidade e da grandeza do Brasil. (*apoiados*).

Ainda simples estudante, quando a maioria do país lutava contra tendências subversivas da união nacional e contra elementos semibárbaros que infestavam certas comarcas do norte, vossa excelência, longe da sua província natal, soube resolutamente correr a defendê-la, batendo-se pela legalidade e pela causa da civilização.

Apaziguadas as discórdias civis e encetando vossa excelência a vida pública, abraçou a carreira judiciária; e foi, decerto, o íntimo sentimento da indispensável necessidade de se firmar no país o regime da lei que o determinou a fazer parte dessa honrada e gloriosa magistratura brasileira que, juntamente com o Exército, a Armada e a Guarda Nacional de Diogo Feijó, se mostrou sempre mantenedora, decidida e poderosa da unidade nacional.

Mas a política logo o atraiu, senhor marquês. Os eleitores do Piauí abriram-lhe as portas do Parlamento brasileiro e, num período de 40 anos, foi vossa excelência deputado, senador, presidente das províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia. Ministro da Justiça, da Guerra, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, presidente do Conselho de Ministros, revelando constantemente, no sucessivo exercício de tão variadas funções, um igual temperamento de retidão e firmeza a que soube aliar sempre a graça da tolerância e a primazia da moderação (*muito bem*).

Durante as campanhas da Tríplice Aliança contra o ditador do Paraguai, culminaram os serviços de vossa excelência.

O posto que, no terceiro gabinete de Zacarias de Góis, lhe foi confiado, de ministro da Guerra, ao lado do então jovem e diligente ministro da Marinha – também honra e orgulho desta nossa associação (*muito bem*) –, era dos mais delicados e difíceis. Apenas organizado o ministério, as dissidências entre vários comandos em chefe trouxeram-nos, após brilhantes vitórias e lamentáveis indecisões, o duro revés de Curupaiti. Então, nesse lance solene da vida pública de vossa excelência, revelaram-se com o mais intenso brilho os seus grandes recursos de enérgica e calma laboriosidade. Foi ao ministro da Guerra e ao ministro da Marinha daquele tempo, a Paranaguá e a Afonso Celso, que felizmente coube preparar os elementos da vitória, entregues ao generalíssimo Caxias, em cujas mãos experientes o imperador

concentrara a direção suprema de todas as forças brasileiras em operações (*aplausos*). Começou, depois, a marcha lenta, mas segura e triunfal das nossas arenas; a expugnação do vasto quadrilátero inimigo, o forçamento da passagem de Curupaiti, a de Humaitá por monitores rapidamente construídos no Rio de Janeiro, e a queda dessas fortalezas, seguidas das duas gloriosas campanhas do Tebiquari e de Lomas Valentinas.

O destino de vossa excelência se acentuava nesses extraordinários serviços em defesa da honra do Brasil e da liberdade de um povo vizinho, escravizado pela mais sangrenta das tiranias. O Brasil era uno e forte, firmadas desde muito na ordem interna as liberdades públicas, e crescia no respeito dos povos cultos pelo seu amor da paz, pelos progressos que ia realizando e pela decisão patrióticas com que, sem abusar da vitória e sem pensar em conquistas, sabia defender o seu território e repelir afrontas à dignidade nacional. (Bravos).

O suave influxo de vossa excelência, depois de tão árduos trabalhos, passou a ser exercido com mais autoridade ainda no seio dos partidos constitucionais, fortalecido pela crescente dedicação daquele em que militava e prezado dos seus próprios adversários políticos. E para exercer mais facilmente essa influência benéfica, além dos dons naturais e adquiridos, e do renome que lhe deram tantos serviços, veio cercar vossa excelência a auréola do grande prestígio resultante da amizade pessoal com o imperador, que Victor Hugo proclamara neto de Marco Aurélio, amizade nascida, sem dúvida, do alto apreço em que ele tinha o nobre caráter de vossa excelência, cuja lealdade sabia inquebrantável (*muito bem*; *palmas*).

Servindo ao Império democrático, como os seus fundadores e partidários afinal vencidos, vossa excelência serviu ao Brasil que, no nosso afeto, deve estar sempre superior a preferências teóricas por esta ou por aquela forma de governo, todas boas ou más, segundo as circunstâncias de tempo e do ambiente social a que se hajam de acomodar. Assim, depois da revolução triunfante, retirando-se embora da política, ferido em sentimentos que lhe eram raros, mostrou vossa excelência compreender que a pátria brasileira subsistia e não duvidou prestar-lhe os serviços que ela devia esperar do amor e da sabedoria de tão distinto filho (*muito bem*).

A confiança que vossa excelência sempre teve nos grandes

destinos do Brasil, a sua inteligente devoção à ordem e à paz pública não o abandonaram, senhor marquês (*apoiados*). A sua gloriosa velhice, sempre verdejante, tem sido um grande estímulo e um magnífico exemplo para os nossos compatrícios; e foi aqui, nesta Casa principalmente, que vossa excelência quis empregar o melhor da sua atividade. Para vossa excelência, como para todos nós, o Instituto Histórico e Geográfico não é um túmulo, mas a fonte de perpétua renovação da vida nacional pela inspiração dos nobres exemplos do passado e do presente (*muito bem*).

Do passado brasileiro é vossa excelência um digno representante. Por isso, nesta modesta, porém significativa manifestação de reconhecimento, o Instituto rende também homenagem à harmonia de tão bela vida e, com o mais profundo e cordial respeito, saúda unanimemente, pela minha voz, o seu benemérito ex-presidente (*Prolongadas palmas*).

MANIFESTAÇÃO EM PETRÓPOLIS

Discurso pronunciado em Petrópolis em 7 de março de 1908. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Minhas senhoras e meus senhores,

Quando tive conhecimento de que me era preparada por distintas damas da nossa mais seleta sociedade fluminense esta honrosa manifestação de estima, não pude resistir ao impulso de lhes suplicar, pelo intermédio do festejado homem de letras* a quem haviam confiado o seu intento, que desistissem do projeto, tão grande, tão excepcional e imerecida me parecera, e parece ainda, semelhante manifestação.

O respeito, porém, que devia e devo aos nobres manifestantes chamou-me logo, contente, ao dever da obediência; e aqui vim para gozar do encanto de tão agradável companhia e para receber com o mais vivo e o mais profundo reconhecimento a aprovação com que as minhas bondosas patrícias, cheias de delicadeza até na escolha da data, quiseram graciosamente engrandecer e coroar a vida de um velho, quase toda dedicada ao serviço da nossa terra, e, nestes últimos anos, desde que o permitiram o favor e a confiança de dois sucessivos presidentes, e o apoio dos nossos concidadãos em geral, consagrada também à causa da paz e da concórdia internacional.

Nenhuma prova de apreço e amizade podia, pela sua rara e amável

* Graça Aranha.

procedência, tocar-me e comover-me tanto quanto esta com que sou hoje honrado; e é reiterando os protestos da minha imensa e imperecedoura gratidão que convido os cavalheiros presentes a me acompanharem no brinde que mui cordial e respeitosamente levanto às senhoras brasileiras, particularmente as que nos convidaram para este magnífico festim.

AO GENERAL PANDO

Discurso pronunciado em 18 de abril de 1908, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem ao general José Manuel Pando, ex-presidente da Bolívia. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

É com o maior prazer que me levanto para ter a honra de saudar o nosso distinto hóspede desta noite, o perspicaz estadista e experiente general que, pelos seus raros méritos, dedicação patriótica e grandes serviços à terra do seu nascimento, já ocupa em vida e no vigor da idade tão notável lugar na história da América.

Por fortuna nossa, é ele um antigo conhecido e amigo do Brasil, tendo tido ocasião de visitar há anos a nossa capital e percorrer várias partes deste país. Vindo agora rever-nos, numa visita que sentimos seja tão rápida, já há de ter, entretanto, podido verificar que os sentimentos de viva simpatia e elevado apreço dos brasileiros para com a sua pessoa continuam não só inabaláveis, mas até aumentados pelo muito respeito e admiração que a todos tem sua excelência sabido inspirar como um dos mais inteligentes promotores do progresso atual e da futura grandeza da sua pátria.

Meus senhores, bebamos à ventura pessoal do ilustre senhor general Pando e à constante prosperidade da República Boliviana, que ele tanto estremece, e com a qual o Brasil deseja ardentemente poder alargar e fortalecer cada vez mais as suas antigas e cordiais relações da fraterna amizade.

Ao general Pando e à Bolívia!

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
III

Discurso pronunciado em 11 de junho de 1908, por ocasião da conferência do Visconde de Ouro Preto sobre a batalha do Riachuelo. A publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 478, reproduz o original existente no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

O honrado visconde de Ouro Preto teve a bondade de aceitar o convite que lhe dirigiram os demais membros do Instituto, residentes no Rio de Janeiro, para que fizesse na sessão de hoje uma conferência sobre a batalha do Riachuelo.

Ninguém mais competente para tratar do assunto do que o ministro que com tanto brilho soube dirigir a nossa repartição da Marinha pouco depois daquele grande feito e em um dos períodos mais ativos e gloriosos da nossa vida nacional.

Ele nos dirá, decerto, que, se o adversário que nos provocou à guerra nos encontrou desprevenidos de recursos militares suficientes, nas duas fronteiras que invadiu, pôde, entretanto, sentir, em Riachuelo, desde o início das suas operações ofensivas, que tínhamos uma Marinha bem organizada, independente de qualquer preparo imediato ou de aquisições recentes, porque naquele tempo se compreendia, como agora de novo se compreende entre nós, que navios e marinheiros não se improvisam, e que uma nação, como a brasileira, com tão vasta extensão de costas e tão grandes rios internacionais, precisa de estar seriamente aparelhada para a pronta defesa das suas comunicações marítimas e fluviais, dos seus portos e comércio (*apoiados gerais*).

Um dos mais provectos estadistas argentinos, o general Roca, referindo-se, não há muito, ao Brasil, usou da expressão: "Nossos pacíficos vizinhos do norte." E com razão e perfeito conhecimento da história e da nossa índole nos qualificou assim.

Somos, na verdade, um povo que tem dado inequívocas provas do seu amor à paz e da sua longanimidade para com os mais fracos (*apoiados*). Desde que nos constituímos em nação independente, esforçamo-nos sempre por viver na melhor harmonia com os demais países, particularmente com os que nos são limítrofes. Desejamos muito sinceramente que todos eles prosperem, se engrandeçam e nos estimulem pelos bons exemplos que nos possam dar a prosseguir com firmeza e serenidade no caminho de todos os progressos morais e materiais. Anelamos merecer o afeto, não a desconfiança ou o terror dos nossos vizinhos (*muito bem, muito bem*).

Se hoje procuramos, com mais método e atividade, melhorar as condições em que alguns anos de agitações políticas e consequentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentamos planos de agressão ou de ambiciosa e indébita influência sobre os destinos de outros povos.

É unicamente porque sentimos a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para a pronta defesa de seu território, dos seus direitos e da sua honra, contra possíveis provocações e afrontas (*apoiados gerais*).

Tivéssemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataque contra países vizinhos, e as encomendas que ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto-mar ou ao longo do nosso dilatado litoral (*apoiados gerais, muito bem*).

Mas não devo alongar-me sobre assunto do presente, quando a sessão de hoje é consagrada a feitos do passado, a Barroso e aos seus companheiros de glória, entre os quais, pela intrepidez que ostentaram, manda a justiça que sejam compreendidos também os nossos adversários na jornada de Riachuelo.

Todo este seleto auditório tem pressa em ouvir o ilustre estadista que, deixando por momento o digno e nobre recolhimento em que vive há anos (*muito bem*), quis dar-nos, neste Instituto, que se orgulha de o contar em seu seio, mais uma prova do entranhado amor que consagra à pátria e à Marinha brasileira.

Tem a palavra o senhor visconde de Ouro Preto (*palmas, muito bem, muito bem*).

AOS JOGADORES DE FUTEBOL
ARGENTINOS

Discurso pronunciado em 12 de julho de 1908, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço oferecido aos jogadores de futebol argentinos. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

É com o maior contentamento que vejo reunidos nesta mesa alguns dos mais distintos membros da sociedade portenha, cavalheiros estimáveis e damas e senhoritas que nos vieram trazer o encanto da sua graça e beleza, ao lado do digno ministro da República Argentina e dos jovens representantes da brilhante turma de jogadores de futebol que, a convite dos nossos, veio mostrar à mocidade brasileira quanto no país vizinho se tem desenvolvido e aperfeiçoado, ao mesmo tempo que outros, esse utilíssimo esporte.

São esses moços vigorosos, calmos, ágeis e bem-adestrados os heróis do dia, os que festejamos todos, argentinos e brasileiros, desejando que os do Brasil, pelo exercício metódico e persistente, os possam igualar um dia.

Se algum pedido me é lícito nesta ocasião formular aos nossos caros hóspedes, peço-lhes que de regresso à sua pátria digam francamente o que, penso, terão podido observar e sentir desde os primeiros dias da sua permanência entre nós, isto é, que contrariamente ao que supõem e por vezes têm apregoado alguns dos seus jornalistas mal informados, este país é habitado por um povo pacífico, sinceramente amigo dos povos vizinhos; e que todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos sempre todas as prosperidades e todas as glórias da paz.

Convido os meus compatriotas aqui presentes a me acompanharem no brinde que levanto aos nossos hóspedes e à República Argentina.

AO DOUTOR ANTÔNIO BATISTA PEREIRA
E À DONA MARIA ADÉLIA RUI BARBOSA

Discurso pronunciado em 15 de julho de 1908 na residência do conselheiro Rui Barbosa. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Valendo-me da precedência que, entre as testemunhas do casamento há pouco celebrado, a velhice me dá, levanto-me para saudar os noivos e agradecer à minha boa amiguinha dona Adélia, como já o fiz em carta, a distinção que me conferiu e a oportunidade que lhe aprouve dar-me, com o consentimento paterno, de me poder associar publicamente a alegria e as esperanças do jovem casal e das duas famílias que hoje se aliam.

Há 20 anos, quando eu era ainda no estrangeiro um ignorado estudante das coisas pátrias e propagandista humilde e muitas vezes anônimo dos progressos da nossa terra e dos feitos honrosos dos nossos compatriotas, foi o conselheiro Rui Barbosa quem, no seu jornal, e com o seu brilho costumado, chamou a atenção para esses meus pobres trabalhos e tornou conhecida entre nós a minha dedicação. Depois, recebi dele outros testemunhos da sua grande bondade para comigo, bondade que o fez exagerar e exaltar serviços que circunstâncias felizes me permitiram, ainda no estrangeiro, prestar à nossa pátria. Desde esses tempos, que já vão longe, diz-me a consciência que não tenho perdido ensejo de lhe manifestar o meu vivo reconhecimento e de procurar cultivar lealmente uma amizade que me é preciosa e que, estou certo, as agitações da política interna, a que me conservo estranho, nunca poderão abalar ou enfraquecer.

Essa amizade eu a estendo a toda a sua casa, a seus queridos filhos que prezo como os meus próprios, ao seu novo filho, moço de talento e de coração, a quem devo provas de afeto mesmo antes de haver tido a fortuna de o conhecer pessoalmente. É, pois, com o mais íntimo prazer que levanto este brinde aos noivos e com a maior sinceridade que lhes desejo todas as bênçãos do céu e todas as possíveis venturas da nova vida que hoje encetam.

Ao doutor Antônio Batista Pereira e à sua digna esposa!

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
IV

Discurso pronunciado em 21 de outubro de 1908 na sessão magna comemorativa do 70º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 590. O original, incompleto, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Celebrando hoje o 70º aniversário da fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico, podemos, nós os seus atuais membros, volver olhos satisfeitos para o caminho por ele perlustrado e, sem imodéstia, ter certa ufania dos resultados até hoje obtidos, porque o foram principalmente pela iniciativa e pelo perseverante labor dos nossos ilustres predecessores, que apenas procuramos imitar.

Não data dos nossos dias o favor público de que esta Casa se tem sabido cercar pela sua indefessa dedicação ao estudo da história pátria e do meio físico em que vivemos. Eu, que, pela ordem de antiguidade, sou o quinto dos atuais sócios deste Instituto, já o encontrei altamente considerado no país e no estrangeiro, graças ao estímulo e ao renome que lhe haviam dado São Leopoldo, Varnhagen, Porto Alegre, Macedo e tantos outros, assim como as animações constantes do seu augusto protetor, dom Pedro II, e às do antigo Parlamento brasileiro.

É justo reconhecer e proclamar nesta ocasião, e eu o faço com o maior prazer, que o mesmo benévolo apoio lhe hão continuado a dispensar sempre o Congresso Nacional e os chefes de Estado que no país se tem sucedido desde a proclamação da República.

O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão

absorvente para os que por ele se apaixonam, que, às vezes, uma vida inteira se passa – e disso há mais de um exemplo nesta Casa – em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos, seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas, durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o investigador, durante o minucioso inquérito a que procedemos sobre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai-se formando em nós, primeiro obscuramente e, depois, com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano.

Nenhuma recompensa cívica, nenhuma coroa de louros, nenhuma aclamação gloriosa vale esse resultado moral, que é a segurança de que o nosso patriotismo se objetiva dignamente. Diante do pessimismo irredutível dos que veem o mundo através das próprias irritações e tristezas, e mesmo nas horas escuras das nossas fadigas e desalentos pessoais, a confiança nos destinos do Brasil se apresenta como o melhor dos tônicos. Foi ela certamente a que nos amparou nos momentos difíceis com a energia que sempre pôde vencer vaticínios sinistros e infundados, nascidos somente de fatos de passageira realidade.

O povo brasileiro ainda não completou o primeiro século da sua vida emancipada, mas os 300 anos do período colonial no Brasil não foram perdidos para a formação desta nacionalidade, cujo caráter se afirmava desde o princípio em feitos de intrepidez e ações de lealdade. Valor e lealdade são qualidades nobres. Um povo que mostra em profusão na sua história exemplos de tais virtudes bem pode merecer confiança nos momentos difíceis das suas crises internas ou internacionais.

Somos da raça dos descobridores não destruidores, dos que ensinaram os caminhos marítimos para as terras desconhecidas e não semearam nessas terras o ódio à civilização europeia, mal representada por ferozes conquistadores. De um povo corajoso e bom, tudo se pode esperar em grandeza humana, contanto que se mantenha nele a tradição do respeito aos nobres exemplos de seu passado, assim como a do culto do direito e da disciplina cívica.

Passo agora a palavra ao nosso infatigável e tão competente

secretário perpétuo.* Ele vos dará, em breves momentos, notícia dos trabalhos deste ano, em que o Instituto se associou cordialmente aos poderes públicos na comemoração do primeiro centenário do encerramento da época colonial no Brasil, ao mesmo tempo centenário do estabelecimento de um segundo e grande Estado soberano no continente da América. Ele lembrará também os nomes dos novos consócios que vieram completar e, pelos seus distintos méritos, fortalecer a nossa companhia, trazendo-lhe mais esperança e mais vida. E o digno orador do Instituto **cumprirá, com o brilho a que nos habituou, o piedoso dever de falar dos nossos caros mortos deste ano, entre os quais se contam dois dos poucos presidentes honorários desta associação: Grover Cleveland, duas vezes presidente dos Estados Unidos da América, e el-rei dom Carlos I, de Portugal, ambos perenemente vivos na memória reconhecida dos brasileiros, por terem desempenhado a árdua missão de examinar e resolver importantes litígios internacionais em que o Brasil foi parte.

Está aberta a sessão (*palmas prolongadas*).

* Max Fleiuss.

** Conde de Afonso Celso.

MANIFESTAÇÃO POPULAR NO
DIA 20 DE ABRIL DE 1909

Discurso pronunciado em 20 de abril de 1909, no Palácio Itamaraty, quando da homenagem que lhe prestaram por motivo do seu 64º aniversário natalício. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Excedem tudo quanto eu podia esperar as demonstrações de estima com que me distinguem e exaltam hoje os meus compatriotas, sem distinção de grupos políticos ou classes sociais, e tantos estrangeiros que aqui trabalham conosco pelo progresso do Brasil. Só um sentimento geral de simpatia e generosa benevolência para comigo pode explicar a espontaneidade com que vejo ainda uma vez exagerados os meus fracos méritos e os serviços que circunstâncias felizes ou o apoio de brasileiros mais influentes me ocasionaram prestar a esta nossa terra.

Não me cabe outro merecimento além do de haver procurado trabalhar sempre e dedicadamente por ela; mas, no mesmo caso, de lhe haverem prestado serviços, se acham muitos outros brasileiros nossos contemporâneos.

Há 34 anos separei-me das lides da política interna, sem dúvida das mais belas e nobres quando só inspiradas pelo ideal da felicidade e grandeza da pátria. E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. Entreguei-me desde então ao serviço do país nas suas relações exteriores porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete,

com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos.

Não me arrependo da resolução que tomei na mocidade e, sem quebra, tenho mantido no posto em que sucessivamente me colocaram dois presidentes da República. Nesse cargo, afirmo não haver poupado esforços para corresponder à confiança em mim depositada, buscando realizar com perfeita fidelidade o pensamento político e as instruções de tão beneméritos estadistas. O que hei conseguido fazer de bom é de justiça atribuir principalmente a eles, sem cuja vontade e direção eu nada poderia iniciar ou executar.

E, em política internacional, o pensamento desses dois dignos presidentes, como o de todos os governos que nos últimos 80 anos se tem sucedido neste país, não variou nunca. Todos eles se empenharam, como o governo atual, em procurar fortalecer cada vez mais os nossos vínculos de amizade com os outros povos cultos.

Se a paz é uma condição essencial ao desenvolvimento dos povos, mais ainda devem sentir-lhe a necessidade as nações novas como as do nosso continente sul-americano, que precisam crescer e prosperar rapidamente.

Entre as da América Latina, são de todo injustificáveis as ambições e rivalidades de influência e predomínio. Todos estes países têm muito que fazer ainda para povoar os seus sertões e aproveitar as grandes riquezas naturais que eles encerram. Quando, pelo trabalho de anos, e muitos anos, pela nobre e fecunda emulação no caminho de todos os progressos morais e materiais, tiverem conseguido igualar em poder e riqueza a nossa grande irmã do norte e as mais adiantadas nações da Europa, terá chegado então a oportunidade de pensarem, algum ou alguns deles, em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência; mas estou persuadido de que o nosso Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do direito e do bom-senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor à justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos, em cuja vida interna se absterá sempre de intervir.

Mais de uma vez hei assegurado que aqui no Brasil todos os homens dirigentes e, em geral, todos os brasileiros, mui sinceramente

desejam para os países nossos confinantes tudo quanto de favorável desejamos para a nossa própria pátria. A influência tanto dos bons quanto dos maus exemplos faz-se sentir, não raro, mais ou menos, em todas as províncias da humanidade, e o que convencidamente queremos, e devemos querer, é que os povos com quem vivemos mais em contato sejam felizes e prósperos, porque tal situação traz necessariamente a predominância dos sentimentos pacíficos e conservadores e porque o espetáculo dos seus progressos só poderá estimular o nosso patriotismo e gênio empreendedor.

Exprimindo-me assim, tenho a certeza de ser intérprete fiel dos sentimentos que animam o primeiro magistrado desta República, o Congresso Nacional e toda a nação brasileira.

E peço licença para terminar, meus senhores, agradecendo mui cordialmente a todos vós, nacionais e estrangeiros, a grande e imerecida honra que tão liberalmente me fazeis neste dia. Ela mais me obrigará nos anos que ainda me restam de vida, e não podem ser muitos, a consagrar-me inteiro, de alma e coração, à terra do meu nascimento e à grande causa da confraternidade internacional.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
V

Discurso pronunciado em 6 de maio de 1909, em agradecimento à homenagem que lhe foi prestada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII, parte II (1909), p. 338. O original, incompleto, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Grande é a nova honra que me faz hoje o Instituto, honra realçada pelo fato de haver escolhido para intérprete dos seus sentimentos o brilhante orador e acadêmico que acabamos de ouvir, * digno êmulo do que usualmente abrilhanta as nossas festas, na nobreza de caráter, na sinceridade de convicções e no talento de bem as exprimir.

Desta vez, porém, a benevolência para comigo do ilustre órgão do Instituto, benevolência de que tive a inesquecível prova ao ler longe da pátria as palavras que proferira na Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1900, levou-o a encarecer por demais os meus serviços e qualidades.

Nunca aspirei senão a servir modesta e obscuramente a nossa terra, como a servi durante muito tempo na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão do meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia, neste recinto, que amei a minha terra, e como de meu pai, quando ele desapareceu, foi dito da tribuna do Senado, que

* Alexandre Barbosa Lima.

nunca abriguei contra ninguém, no meu coração, uma partícula de malquerença ou ódio.

Instado para ocupar o posto em que me acho, só o aceitei a contragosto, após longa e respeitosa resistência, porque ia interromper trabalhos de minha predileção e para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato egoísta, só desejoso de posições, mais ou menos cômodas, no estrangeiro.

Alguns me receberam com desconfiança, acreditando-me um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas nos pleitos internacionais com os mais fracos.

O meu passado já então protestava contra tais suposições. Creio poder afirmar hoje que estes quase sete anos passados, como membro do governo, inteiramente estranho às competições da política interna, e todo consagrado à da concórdia internacional e às soluções amigáveis das nossas divergências ocasionais com os demais povos, puseram bem a claro os verdadeiros sentimentos pacifistas que sempre me animaram. E folgo em ver que todos me fazem hoje justiça neste particular.

Alegra-me sobremodo ver que o ilustre parlamentar, nosso consócio, aplaude, como eu esperava, as palavras da recente mensagem presidencial no tocante à concessão que o governo promove em favor de uma das nações nossas vizinhas. Essa concessão, que a equidade e a justiça reclamam, só poderá ser feita com o consentimento dos dignos representantes da nação no Congresso Federal. E estou firmemente convencido de que ao projetado acordo entre o Brasil e a República Oriental não faltará essa indispensável sanção.

Há muito que, nos conselhos do governo, esse ato, que concorrerá para mais engrandecer o nome do Brasil no estrangeiro, estava resolvido. Por motivos de delicadeza política, demoramo-lo bastante; mas não podíamos esperar, indefinidamente, que melhor oportunidade se oferecesse, e a melhor que se nos deparou foi a ocasião solene em que o primeiro magistrado da República se dirige anualmente aos representantes do povo reunidos em câmaras.

Não houve da nossa parte o mínimo pensamento de melindrar nenhum outro governo ou de influir sobre a solução de alguma outra questão pendente. Quando o governo brasileiro deliberou, há anos, submeter, em tempo, esse projeto à decisão soberana do Congresso

Nacional, nenhuma questão sobre jurisdição em águas fluviais tinha surgido em parte alguma do mundo.

Todos reconheciam, nos ribeirinhos, o condomínio nas águas dos rios e lagos lindeiros, salvo quando tratados solenes estabeleciam o regime de exceção, como o que ainda temos na lagoa Mirim e no rio Jaguarão.

Se desejamos remover a exceção, que não e para o nosso tempo, nem para o nosso continente, não é com a ideia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento da gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é ele nas coletividades humanas que se chamam nações. Isto nos ensina eloquentemente a história da sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, país que, na frase de um ilustre estadista argentino, já foi libertador de povos oprimidos.

Se queremos hoje corrigir uma parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque esse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro.

Agradeço ao Instituto a honra de fazer colocar nesta sala mais uma efígie minha, obra de um jovem artista de talento que tão obsequiosamente no-la, ofereceu; agradeço ao nosso primeiro secretário perpétuo* e ao orador do Instituto, ** neste dia, as palavras de bondade com que me distinguiram (*prolongada salva de palmas*).

---

* Max Fleiuss.

** Conde de Afonso Celso.

A ANATOLE FRANCE

Discurso pronunciado em 17 de maio de 1909, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido a *Anatole France*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhores,

Impedido, ainda há pouco, para meu grande pesar, de tomar parte da recepção feita pela Academia Brasileira ao nosso hóspede de algumas horas, estou contente de poder saudá-lo agora nesta Casa, onde, como no Quai d'Orsay,* trabalha-se incessantemente pela grande causa da paz e da confraternização entre os povos.

O Brasil teve a honra de receber, repetidamente, desde o começo do século passado,** o testemunho de simpatia e dos encorajamentos benevolentes da parte de um grande número de franceses que o visitaram. Ferdinand Denis, Saint-Hilaire, Horace Say, Charles Ribeyrolles, Elisée Reclus e, recentemente, o senhor Paul Doumer e o sábio Charles Richet mostraram-se todos amigos convencidos do Brasil, tendo podido verificar a influência que o gênio francês exerce e sempre exerceu sobre esta nação ainda jovem. O próprio Victor Hugo se dignou nos dirigir, desde Guernesey, belas palavras à nação brasileira, que foram relembradas por ocasião da festa que Jules Simon, Schoelcher, o senhor Hanotaux e outros franceses organizaram em Paris por motivo

* O Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. (N.E.)
** O século XIX. (N.E.)

da nossa grande reforma social de 1888.

Todos desejávamos que, entre nossos amigos, pudéssemos contar também com um escritor admirável, o verdadeiro filósofo e o brilhante estilista que nossa jovem Academia teve a honra de receber hoje, e, saudando-o em nome dos meus compatriotas aqui presentes, saúdo, ao mesmo tempo, a França, que todos consideramos como nossa pátria intelectual.

TRATADO DA LAGOA MIRIM

Discurso pronunciado em 25 de maio de 1909, no Palácio Itamaraty, em agradecimento à manifestação dos estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro pela decisão oficializada pelo Presidente Afonso Pena, em sua mensagem ao Congresso (03/05/1909) de negociação com o Uruguai o Tratado sobre o condomínio da Lagoa Mirim e o rio Jaguarão. Publicado no *Jornal do Commercio* de 26 de maio de 1909.

Meus senhores e jovens amigos,

É nobre e em tudo digno da mocidade das escolas desta grande capital o movimento que a levou a querer manifestar hoje o seu regozijo pelo ato de desinteresse e sincera amizade que o presidente da República e o Congresso Nacional se dispõem a praticar brevemente em benefício de um povo vizinho.

As palavras da recente mensagem presidencial, anunciando a resolução, que é objeto de vosso aplauso, encontraram eco simpático em toda a extensão do nosso continente, motivando na República Oriental do Uruguai entusiásticas demonstrações de afeto e reconhecimento que alguma coisa de proveitoso hão de, sem dúvida, deixar para a consolidação das amistosas relações entre os dois países.

Era natural e justo que vós, representantes do novo Brasil, destinados a conhecer e dirigir o Brasil do futuro, era natural e justo que procurásseis corresponder, como ides corresponder, neste dia, que é dos maiores na história da América, a essas demonstrações fraternais, saudando a nobre nação uruguaia na pessoa do seu digno ministro no Brasil.

Mas, para provar e aplaudir o ato que o Brasil vai agora praticar, abandonando em parte o direito que uma posse semissecular lhe dava

sobre as águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, direito que o outro ribeirinho, em troca do nosso concurso na defesa da sua independência ameaçada, reconheceu solenemente nos Tratados de 1851 e 1852, não é necessário cometer a injustiça de condenar os grandes estadistas brasileiros negociadores daqueles tratados. Não devemos julgar os fatos de um passado remoto com o critério por que nos dirigimos nos nossos dias. As circunstâncias daquele tempo eram muito diferentes das de hoje naqueles confins e plenamente explicavam as medidas de precaução que pareceu indispensável manter então. Devemos ter presente que os negociadores de 1851 foram seriamente acusados entre nós de excessiva generosidade, como consta nas discussões do tempo, pelos que entendiam ter o Brasil direito a uma faixa de terreno sobre a margem ocidental da lagoa Mirim e ao território situado entre os rios Arapeí e Quaraí.

Se Paulino de Sousa, Carneiro Leão e Limpo de Abreu tivessem podido viver até as proximidades da nossa época, estou persuadido de que já teriam promovido, com íntima satisfação e melhor êxito, a retificação de fronteiras que agora se vai fazer, e que não foi realizada mais cedo somente porque as nossas rivalidades e lutas intestinas não permitiram que, durante quase 15 anos, nos pudéssemos ocupar com a devida atenção aos grandes problemas da política exterior.

Vencida, como espero que vá ser agora, sem oposição alguma, esta campanha pacífica em prol de um princípio geralmente aceito, o Brasil, na Conferência Americana que se há de reunir em 1910 nesta cidade para a Codificação do Direito Internacional, poderá apresentar-se contente consigo mesmo e com a segurança e superioridade igual a que mostrou na recente Conferência da Haia, onde soube defender outra grande causa, apoiado por quase todas as nações da América e várias outras da Europa.

Meus senhores e jovens amigos, agradeço em nome do honrado presidente da República e do seu governo, e por mim mesmo agradeço mui calorosamente a preciosa colaboração que nos trouxestes para que o projeto anunciado tão solenemente possa realizar-se, para honra da nossa terra, com o apoio geral da opinião brasileira e com o voto unânime dos seus dignos representantes no Congresso Nacional.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VI

Discurso pronunciado na sessão de 30 de junho de 1909. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII, parte II (1909), p. 347. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Depois da nossa última sessão, sobreveio, como sabeis, fatal acontecimento que, enlutando a nação inteira, repercutiu dolorosamente no seio deste Instituto.

A morte tão imprevista do doutor Afonso Pena representa para nós, ao mesmo tempo, a perda lamentada de um chefe de Estado, que contará sempre entre os que mais dignamente houverem ocupado tão alto e difícil posto, e a de um presidente honorário do Instituto, cujos trabalhos ele acompanhava com particular interesse e simpatia.

O que esta Casa lhe deve, cada um de nós o sabe e guardará sempre na memória agradecida. Mais considerável, porém, é o seu haver no balanço da vida nacional em que, por mais de três décadas e em vários ramos e posições na administração e na política, ele exerceu sua infatigável atividade de cidadão e homem público, cordial e honestamente consagrado aos interesses da terra do seu nascimento. Caiu no seu posto de trabalho e de honra, surpreendido pela morte, quase fulminado por ela, mas cheio de serenidade e fortaleza de ânimo, repetindo a divisa "Deus, Pátria e Liberdade" do antigo Ateneu Paulistano, onde na mocidade se ensaiara nos torneios da inteligência.

Como às vezes sucede ao varão justo, pôde ele ter nos seus últimos momentos um desses relances supremos da consciência que abrangem e resumem uma vida inteira e que permitem que os que se vão deste mundo possam recapitular toda a sua obra e partir satisfeitos consigo mesmos.

A nós não cabe, com repouso e inteira isenção de ânimo, apreciar agora a sua vasta e fecunda obra, que, para a história, este recinto requer maior recuo no passado. Há, porém, na vida do ilustre estadista traços de caráter e atos de política que desde logo podemos assinalar e que já foram apontados ao reconhecimento dos nossos compatrícios. A dedicação e a energia com que serviu sempre à nação provinham nele do mais acendrado patriotismo. Não tinha falhas o seu amor ao Brasil, nem desmaio algum o invencível otimismo que desse sentimento resultava. É por isso que o seu tempo de governo presidencial na República, demasiado breve para o que ele se propunha fazer, mas suficiente para a nossa mui sentida saudade, pode ser considerado como um dos mais proveitosos para o progresso material da nossa terra e seu desenvolvimento econômico, em todas as suas múltiplas consequências sociais e políticas.

Todos os que o conhecemos de perto, amigos e colaboradores que ele escolhera para a tarefa de bem encaminhar o futuro nacional, todos fomos tocados por esse entusiasmo vivaz, por esse nobre e generoso alento de um coração juvenil, como a própria esperança.

O presidente Afonso Pena tinha sido deputado ao Parlamento brasileiro, presidente de província, ministro da Guerra e ministro da Agricultura, no passado regime; presidente do estado de Minas Gerais, lente e diretor de uma faculdade de Direito, presidente do Banco do Brasil e vice-presidente da República no regime atual; conhecia teórica e praticamente a administração e a legislação no Império Parlamentar e na República Presidencial. Percorrera todo o país, inspecionando-o previdentemente, para inteirar-se das suas necessidades mais urgentes, antes de vir assumir a magistratura suprema da República a que o elevara o voto unânime dos seus cidadãos. Tinha, pois, a preparação necessária para formar um grande programa de governo e tinha incontestável capacidade para iniciar e promover a sua realização dentro do quatriênio que lhe fora designado pela vontade popular, de acordo com a nossa lei constitucional.

Não lhe coube preencher este período governativo; mas o forte impulso aplicado por ele à construção dos nossos caminhos de ferro

de penetração, que em menos de um ano vão pôr o Rio de Janeiro em comunicação direta com o extremo oeste, com o extremo sul do Brasil e com vários pontos remotos dos nossos estados interiores, desenvolvendo assim o comércio, criando novos e fortalecendo antigos vínculos de união nacional, e o grande cuidado com que prosseguiu na execução do liberal programa da anterior presidência, bastariam para conferir-lhe a benemerência entre nós, se lhe não fôssemos devedores de outros serviços de tanta ou superior valia. Foram esses, no exterior, a nobre atitude que o Brasil pôde assumir na II Conferência Internacional da Paz na Haia, pelo órgão do seu grande embaixador, elevando o nosso bom-nome na estima e no respeito de todo o mundo civilizado; e, no interior, o inteligente e enérgico esforço que fez para a restauração dos nossos meios de defesa nacional, em terra e no mar, descuidados durante largos anos e quase inteiramente destruídos pelas nossas dissensões e lutas civis. Do prosseguimento, nas mesmas linhas, desta sábia, previdente e digna política, que, virilizando a nação, sem espírito nenhum agressivo, lhe dá a tranquilidade e confiança cordial que sói faltar aos fracos diante dos fortes; da aquisição gradual e avisada dos elementos de sanção da soberania de um povo depende, grandemente, o seu progresso material e moral. Assim o tinha compreendido o presidente Pena, no empenho patriótico de também imprimir ao direito e à honra dos brasileiros a força material que lhes pudesse valer em qualquer súbita e grave emergência da vida internacional.

O Brasil inteiro, que igualmente o acompanhou nesse empenho, fez-lhe a justiça de acreditar na pureza das suas intenções, e viu nele um verdadeiro estadista desejoso de assegurar-nos a paz, de que tanto precisamos e precisam todos os povos.

Esta Casa, onde se guardam e zelam os anais pátrios, deve um voto de afeto e gratidão à memória de quem tanto contribuiu para que neles se não escrevam em nosso tempo páginas ingratas, das que registram humilhações e falências, como sementeira de ódios e de vinditas entre as nações.

Peço que, com esta intenção piedosa, levantemos a sessão em homenagem ao ilustre e benemérito presidente que perdemos (*muito bem, muito bem*).

A SÁENZ PEÑA I

Discurso pronunciado originalmente em espanhol em 7 de agosto de 1909, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço oferecido ao *doutor Roque Sáenz Peña*, de passagem para a Europa.

Senhor doutor Roque Sáenz Peña,

É para mim motivo de especial satisfação a honra que temos de ver hoje nesta Casa um dos mais ilustres estadistas, jurisconsultos e diplomatas da República vizinha, à qual nos unem, há mais de meio século, vínculos de amizade de que estamos, no Brasil, muito persuadidos ser do interesse de ambos os povos buscar fortalecer cada dia mais.

Que é um empenho tradicional e muito formal do governo brasileiro, sempre desejoso de merecer a estima e a confiança de todos os povos e, particularmente, dos povos vizinhos, posso assegurá-lo de novo e do modo mais formal e expressivo neste momento.

Muito certo por seus antecedentes e declarações solenes de que nosso hóspede de hoje é um partidário sincero da política de concórdia internacional tão necessária para todos os países e, particularmente, para o desenvolvimento dos países americanos, levanto meu copo para saudar o ilustre prócer argentino. Saudando-o, saúdo ao mesmo tempo e muito cordialmente a nobre nação argentina, em cujo seio o Brasil tem a fortuna de possuir tantos amigos caros.

NO 13º REGIMENTO DE CAVALARIA

Discurso proferido em 9 de outubro de 1909, por ocasião do almoço oferecido ao Barão do Rio Branco no quartel do 13º Regimento de Cavalaria. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Há muito conheço as simpatias com que me favorecem os nossos militares de terra e mar, penhorando assim o meu reconhecimento. Mas a minha simpatia, o meu verdadeiro afeto por eles é muito antigo, pois vem dos tempos já muito remotos da minha primeira mocidade. Desde os bancos do antigo colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração.

Tive a fortuna de conhecer de perto muitos dos nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército e a Marinha não se

arrefeceram nunca; antes, foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e a conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.

A paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados em tantas ocasiões difíceis. Depende também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam. E a história ensina que às vezes o poder pode cair nas mãos de insensatos, dominados pelo ódio e tocados do gênio do mal. Para que algum ou alguns dos nossos vizinhos se não anime a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos, é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários à defesa nacional, não só com o material, mas com uma força perfeitamente instruída e exercitada, contando com reservas numerosas que possam de pronto acudir às fileiras, reforçando os efetivos de paz e acudindo rapidamente, pelas vias de comunicações que felizmente estão sendo agora construídas, aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral.

Essa obra de organização da defesa nacional, por tantos anos descurada, está apenas iniciada. E é preciso que, com a máxima rapidez e energia, seja levada a cabo, para que possamos ficar tranquilos e seguros de que ninguém ousará vir perturbar nossos esforços no empenho de assegurar o adiantamento pacífico de todos os progressos morais e materiais de nossa terra.

Pude hoje com prazer apreciar os grandes resultados obtidos pelo esforço e patriotismo do digno comandante e da brilhante oficialidade deste regimento. E os meus votos são para que prossigam sempre no caminho seguro do dever militar e do amor à pátria e à sua bandeira. Meus senhores, levanto o meu copo em homenagem do 13º Regimento e em honra dos defensores da pátria brasileira em terra e no mar.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VII

Discurso proferido em 21 de outubro de 1909 na sessão magna comemorativa do 71º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vem publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII (1909), p. 393. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano social que hoje se encerra, 71º da sua fundação, esforçou-se, quanto podia, para, honrando o seu passado, merecer a continuação do favor público que de tanto incentivo lhe tem sido sempre. Foram lidos em sessão vários trabalhos interessantes. A *Revista*, cuja publicação, por motivos independentes da nossa vontade, andava atrasada, ficou em dia, formando hoje uma preciosa coleção de 71 tomos, divididos em mais de cem volumes. Terminou-se o novo catálogo da nossa biblioteca, cada vez mais frequentada pelos estudiosos, cujo número tem avultado consideravelmente. Todos os serviços da secretaria e da biblioteca puderam ser executados com a mais perfeita regularidade e prontidão.

Como de costume, lerá hoje a exposição particularizada do trabalho anual do Instituto o nosso digno e zeloso secretário perpétuo;* e, logo após, virá o elogio histórico dos consócios que tivemos a desgraça de perder, magistralmente produzido pelo nosso eloquente orador,** com

---

* Max Fleiuss.

** Conde de Afonso Celso.

o talento e raras qualidades de coração que são já notórios e tanto nos habituamos a prezar e aplaudir.

Dentre os de que a morte privou a nossa companhia, contaram-se quatro sócios nacionais: o emérito parlamentar Gomes de Castro, uma das mais belas glórias da tribuna política neste país; o laborioso botânico e explorador de rios na Guiana Brasileira, Barbosa Rodrigues; o nosso presidente honorário Afonso Pena, a quem, em outra ocasião, neste mesmo recinto, pude prestar a mui sincera homenagem do meu reconhecimento e admiração de brasileiro; e, por fim, o festejado escritor, intrépido explorador do Alto Purus, Euclides da Cunha, que tanto prometia enriquecer ainda a nossa literatura, vitimado no vigor da idade, numa terrível tragédia, como homem de delicado pundonor que sempre foi, e cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de tê-lo por companheiro de estudos, de trabalhos e de esperanças patrióticas.

Quatro sócios de provado merecimento vieram preencher as vagas abertas, e estamos persuadidos, nós os antigos nesta Casa, que, com a dedicação sempre vivaz nos novos, hão de contribuir poderosamente para dar ao nosso grêmio mais robustez e atividade.

Senhores, permiti-me consignar aqui um fato ocorrido durante o ano, com especial luzimento e grande proveito para o país, qual foi o I Congresso de Geografia do Brasil, promovido pela nossa irmã, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, preeminentemente dirigida pelo marquês de Paranaguá, nosso venerando presidente resignatário.

E creio não ser também descabido mencionar na presente circunstância a notícia, sem dúvida particularmente agradável para este Instituto Histórico e Geográfico, notícia divulgada há pouco mais de um mês, de que mui provavelmente, antes do fim do corrente ano, ficarão determinadas todas as fronteiras do Brasil, se, como é de esperar, os ajustes assinados e por assinar merecerem, no nosso e nos outros países interessados, a aprovação dos poderes competentes.

Entre esses atos, um haverá que, não tendo precedente na história, pela sua espontaneidade e grandeza, mais ainda há de elevar o bom-nome da nação brasileira no conceito universal, ato esse, que, por antecipação, o Instituto já sancionou com a sua autoridade incontestável, fazendo, por votação unânime, inserir em uma das

suas atas a promessa solenemente feita a tal respeito na mensagem presidencial de 3 de maio último.

Quando estiver de todo estabelecida, sem mais contestação possível, a nossa dilatada divisa territorial, desde a bacia do Amazonas até Quaraí e lagoa Mirim, ficaremos com mais liberdade para levar por diante, tão energicamente como convém, a magna e urgente empresa do povoamento dos nossos sertões, e, desassombrados das complicações e perigos que por vezes nos trouxeram as antigas e irritantes questões de fronteiras, poderemos, com mais facilidade e melhor sucesso, prosseguir no nosso constante e firme propósito de estreitar, cada vez mais, relações de amizade e boa vizinhança com as numerosas nações que nos cercam.

O resultado a que vamos assim chegar é obra de várias gerações. Foi primeiro aqui, no recinto do nosso Instituto, desde 1839, graças aos trabalhos dos seus mais ilustres membros, como o visconde de São Leopoldo, o visconde de Porto Seguro, o barão da Ponte Ribeiro, o doutor Joaquim Caetano da Silva, e foi também no antigo Conselho de Estado do Império, ou no retiro dos seus gabinetes de trabalho, que os viscondes do Uruguai, de Sepetiba, de Maranguape e do Rio Branco, o marquês de São Vicente e outros estadistas ilustres procuraram, como aqueles seus predecessores, apurar cuidadosamente os nossos títulos de propriedade e conseguiram assentar sobre base sólida, escolhida, antes de 1750, pelo nosso grande Alexandre de Gusmão, a defesa dos direitos do Brasil, criados pelo gênio empreendedor dos nossos antepassados.

Para que esses direitos pudessem prevalecer era, porém, indispensável que muitos outros esforços se produzissem sucessivamente e que a ação lenta do tempo fosse conseguindo moderar e reduzir as pretensões dos nossos contendores de boa-fé, chamando-os à calma e à reflexão e quebrando, pouco a pouco, as intransigências do primeiro e largo período das negociações por vezes entabuladas. Durante essas transações, então como agora, o governo brasileiro mostrou sempre o mais franco espírito de conciliação e liberalidade, em que pese aos nossos incorrigíveis difamadores no estrangeiro, que sempre assentaram as suas infundadas acusações sobre um pacto da época colonial, o qual conhecidos acontecimentos haviam tornado perfeitamente inválido.

Tenho, portanto, o mais vivo prazer em relembrar neste momento os nomes daqueles nossos beneméritos consócios e ainda – para só falar

nos mortos – os do barão de Japurá, barão de Cotegipe, Lopes Neto, Nascentes de Azambuja, Cândido Mendes de Almeida e visconde de Cabo Frio, que todos foram colaboradores da laboriosa tarefa prestes a chegar ao seu termo, e todos fizeram parte do nosso Instituto.

Senhor presidente da República,[***] como quase todos os chefes de Estado que tem tido o Brasil, desde o imperador dom Pedro II, de saudosa memória, dignou-se vossa excelência de honrar com a sua presença a nossa tradicional festa aniversária e, como todos eles, sem exceção, não quis deixar de favorecer esta já antiga e útil instituição com o poderoso auxílio das suas patrióticas animações e inteligente amparo.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no meu nome e no de todos os meus colegas, apresento a vossa excelência os nossos mais respeitosos agradecimentos por tão elevada honra e distinção.

Está aberta a sessão (*palmas prolongadas*).

[***] Nilo Peçanha.

A WILLIAM J. BRYAN

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 17 de março de 1910, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido a William Jennings Bryan. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Mr. Bryan,

Este país que estais visitando, e onde sentimos que seja tão rápida a vossa passagem, deve ser contado neste nosso continente como o mais antigo e certamente como um dos mais constantes e leais amigos dos Estados Unidos da América.

Desde 1787, quando ministro em França, Thomas Jefferson teve provas da influência que o estabelecimento do governo popular nos Estados Unidos da América começava a exercer no ânimo dos brasileiros. Os primeiros planos para a revolução da independência do Brasil, inspirados no exemplo dos Estados Unidos, foram aqui descobertos em 1789 e deram lugar a prontas e enérgicas medidas de repressão.

Os acontecimentos da Europa fizeram com que, pacificamente, se encerrasse, em 1808, a época colonial no Brasil. Desde então começaram as relações comerciais e políticas entre os dois países. Estabeleceu-se pouco depois uma legação norte-americana no Rio de Janeiro, e em 1822 o reino do Brasil separou-se do de Portugal. O Brasil passou a ser um Império Constitucional, procurando os que o fundaram e o mantiveram, até 1889, imitar, com uma organização democrática, o governo parlamentar da Inglaterra. Mesmo durante

esse período, depois das reformas de 1834, tivemos um começo de federação modelada pelas que ainda existem em certas possessões britânicas.

Apesar da diferença na forma do governo, o Império Constitucional e parlamentar que tivemos considerou-se sempre uma potência verdadeiramente americana e procurou manter as melhores relações com as Repúblicas do continente e mui particularmente com os Estados Unidos da América. O primeiro país que aderiu à doutrina de Monroe foi o Brasil, pois nesse sentido o governo imperial passou instruções à sua legação em Washington, em 23 de janeiro de 1824.

Mas a influência do rápido e maravilhoso progresso de vossa pátria continuou a fazer-se sentir no Brasil, e a admiração dos brasileiros pela grande República do norte foi crescendo sempre. A revolução de 1889 criou os Estados Unidos do Brasil, e a nova República organizou-se com uma Constituição quase inteiramente copiada das vossas leis constitucionais.

Era natural que a política de aproximação com os Estados Unidos da América, observada pelo governo brasileiro desde os primeiros dias da independência deste país, se acentuasse ainda mais depois da Proclamação da República. E assim sucedeu.

O Brasil tem tido a boa fortuna, que muito aprecia, de manter as mais cordiais relações com os Estados Unidos da América, desde dom Pedro I e José Bonifácio de Andrada até hoje, desde James Monroe até ao vosso amigo político Grover Cleveland e ao presidente Theodore Roosevelt, o qual, com o seu secretário de Estado Elihu Root, deu à nação brasileira tantas provas de sua bondosa estima.

Nas recentes demonstrações de alto apreço dadas pelo presidente Taft e pelo povo americano por ocasião da morte e do funeral do nosso lamentado embaixador Nabuco – demonstrações a que somos profundamente reconhecidos pelo muito que esse grande brasileiro nos merecia e pelo muito que o amávamos –, queremos ver também, até certo ponto, mais uma prova de amizade americana para com o Brasil.

Que as antigas e boas relações de cordial inteligência entre os dois países se estreitem e se consolidem cada vez mais, posso assegurar-vos que é um dos mais constantes e ardentes desejos do governo e do povo do Brasil. Posso ainda afirmar que – sem de modo algum

pretender quebrar ou enfraquecer os vínculos de simpatia e gratidão que nos unem à Europa, de onde procede a nossa civilização e que tão valioso concurso nos presta para os nossos adiantamentos morais e materiais – o Brasil procura mui empenhadamente colaborar com a vossa pátria, para que todos os dias ganhe forças e adesões a política de concórdia e de confraternidade continental solenemente iniciada em Washington há 20 anos, com a instituição das conferências internacionais americanas.

É com o mais vivo prazer, mr. Bryan, que eu e os meus compatriotas aqui reunidos vemos honrada hoje, com a presença de um visitante tão ilustre, como vós sois, esta Casa, que, como sabeis, é o nosso "Department of State", inaugurado há 102 anos. A vossa nomeada como estadista, como orador e como filósofo cristão há muito transpôs as fronteiras da vossa grande e gloriosa pátria. Se ali sois altamente considerado e querido, nos países estrangeiros, particularmente nos de governo popular, sois com razão admirado pelos grandes exemplos, que tendes sabido dar, de cordura, moderação e magnanimidade. É por isso que, sendo vós um dos principais líderes do partido que há anos se acha em oposição nos Estados Unidos, podeis ser acolhido franca e afetuosamente pelos representantes oficiais do governo americano. É por isso que, hoje, temos também a grande satisfação de ver nesta mesa, a vosso lado, o embaixador americano, digno representante do presidente Taft, vosso concorrente na última eleição presidencial, em que, do mesmo modo que em dois anteriores pleitos, alcançastes milhões de sufrágios dos vossos concidadãos.

Tendo agora a honra de beber à vossa saúde – o que faço com as seguranças do meu maior respeito, afeto e admiração pela vossa pessoa –, não falto a nenhuma conveniência protocolar levantando, ao mesmo tempo, o meu copo – com a devida e graciosa permissão do embaixador Dudley – em honra do povo americano, representado por ambos vós tão competentemente, e em honra do presidente dos Estados Unidos da América, mr. William Taft.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VIII

Discurso pronunciado em 16 de maio de 1910, quando da inauguração do retrato do *visconde de Ouro Preto* na sede do Instituto. Vem reproduzido na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXIII, parte II, p. 187. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Embora singela, como as festas sinceras de família que se passam neste recinto, a cerimônia que agora celebramos será tida sempre como um dos atos mais significativos dos sentimentos de justiça e gratidão que animam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para com os seus beneméritos e para com os beneméritos da pátria.

Reunidos aqui representantes de várias gerações intelectuais, antigos servidores da nação alguns e experimentados nas lutas da vida política, conhecedores todos eles, como os demais presentes, da vida tão cheia de exemplos de patriotismo e dignidade do visconde de Ouro Preto, nós inauguramos hoje, cheios de contentamento, o retrato desse nosso ilustre vice-presidente como testemunho do grande respeito que lhe tributamos e que não é mais do que uma segura antecipação do juízo da posteridade.

Não cabe nas breves palavras de um discurso ofertivo o elogio desenvolvido e cabal do estadista eminente que só por excessiva modéstia não consentiu na sua eleição para as funções que tão benevolamente me foram confiadas nesta Casa e que só passageiramente concordei em desempenhar.

Ele fez história e sabe as suas leis. Entre o fragor de acontecimentos solenes, temperou a energia de caráter, aprendeu a serenidade de ânimo

dos diretores de povos, feita de certezas morais, da clarividência do pensador, da consciência do cidadão.

Tendo entrado muito moço na atividade política, a sua relativamente longa carreira de homem público, uma das de maior relevância e luzimento entre nós, parece dar-lhe a longevidade de um patriarca nacional. Entretanto, quando ela foi sustada, há mais de 20 anos, atingia o brioso estadista apenas a maturidade do seu talento e poder.

Desde essa data, acatando a sua invariável resolução, lamentam muitos dos seus admiradores que a fidelidade aos princípios e aos ideais que soube proclamar e defender com tanto brilho o tragam para sempre recolhido ao seu nobre retiro de lutador vencido. Nem serve de consolação vê-lo acompanhado, nesse exílio voluntário na própria terra, pelo digno filho estremecido,* de cuja boca sonora e generosa flui o discurso elegante e puro, em caudal de entusiasmo sem mescla de amargura, que nos refresca o espírito e estimula o coração nas nossas sessões acadêmicas.

O visconde de Ouro Preto pode com justo orgulho rever-se no seu passado, já que no presente só se reserva lugar para os labores da nobre e independente profissão que exerce e para o aplauso íntimo e sincero a todos os progressos e a todas as glórias desta pátria que ele sabe amar sempre com o mesmo ardor dos dias da mocidade.

É um belo passado o do ministro que, aos 30 anos, na administração da Marinha, pelo extraordinário desvelo que empregou no rápido esforço da nossa esquadra em operações, no provimento de todos os elementos precisos, soube preparar alguns dos mais brilhantes feitos da história naval do Brasil.

Graças ao nosso venerando consócio há mais de um quarto de século barão Homem de Melo – quando eu tinha lazer para os estudos e trabalhos da minha predileção – pude examinar a mui interessante e valiosa correspondência confidencial e particular entre o ministro Afonso Celso e o almirante Inhaúma. Sou desse tempo em que os estaleiros do nosso Arsenal de Marinha construíam em poucos meses os encouraçados de rio que tornaram possível o forçamento da passagem de Humaitá. Lembro-me das rápidas linhas em que,

* Conde de Afonso Celso.

- guiado pelo coração que transbordava de júbilo e também pelo mais puro sentimento de justiça, - o velho e infatigável Inhaúma, depois de um "Viva Afonso Celso", dizia ao seu jovem ministro: "A ú1tima carta de vossa excelência fica respondida com a passagem de Humaitá."

Neste momento em que a nação, no único interesse da segurança da paz e da defesa nacional, sem intuitos agressivos, retoma os cuidados da sua representação naval ao longo das extensas costas brasileiras e pelos mares dos países amigos, o visconde de Ouro Preto reconhecerá, decerto e com vivo prazer, que a nossa Marinha de hoje torna a achar-se por fortuna em situação de poder seguir eficazmente as gloriosas tradições da "Marinha de outrora".

Na administração da Fazenda, nos Conselhos do Império, na tribuna parlamentar, na cultura e prática jurídica, nas discussões da imprensa, por toda a parte onde exerceu a sua ativa e inteligente colaboração nos negócios públicos, deixou marca e memória honrosa o ilustre brasileiro.

Se o visconde de Ouro Preto conseguiu retirar-se da atividade política, não alcançou o silêncio em torno do seu nome, que pertence à história, não pôde isolar-se do pensamento afetuoso dos seus amigos e admiradores, que são inúmeros e que nesta Casa são todos os seus companheiros fiéis e agradecidos.

Não é, porém, ao veterano das antigas lides na nossa vida nacional que dirigimos a modesta manifestação de hoje: é ao nosso venerando primeiro vice-presidente que a todos nós, velhos e moços, dá o exemplo da assiduidade e do trabalho indefesso. É ao nosso querido consócio que, estamos seguros, nunca descreu dos destinos da pátria comum e sabe que ela há de ser sempre, como no passado, o mesmo Brasil grande e glorioso, cada vez mais próspero e respeitado pelo esforço e pela dedicação das gerações que nele se forem sucedendo.

Está inaugurado o retrato do visconde de Ouro Preto (*Calorosos aplausos*).

AOS OFICIAIS DO CRUZADOR
D. CARLOS I

Discurso pronunciado em 15 de junho de 1910, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem à oficialidade do cruzador português *D. Carlos I*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

A nossa reunião de hoje em torno desta mesa não é senão uma pequena festa de família em que mais uma vez fraternizam portugueses e brasileiros. No que nos diz respeito a nós, filhos desta terra que Portugal descobriu e de que se ocupou com tão inteligente desvelo durante três séculos, todos nos orgulhamos da nossa origem, da nossa antiga e gloriosa mãe-pátria e da história da primitiva civilização brasileira, compreendida em capítulos, que nunca serão esquecidos, da história dos feitos dos portugueses nas suas grandes conquistas ultramarinas.

Se constituímos dois ramos da mesma família, a família continua a ser uma só, e o Brasil, que foi obra de Portugal, será sempre nesta parte do mundo a América portuguesa, desejando à nação irmã, de além-Atlântico, todas as prosperidades e reconhecendo ao concurso paternal que a laboriosa colônia portuguesa não deixe de prestar constantemente aos progressos deste país.

Agradeço ao digno representante de sua majestade fidelíssima, ao distinto comandante e oficiais do cruzador *D. Carlos I* e aos vossos demais convivas portugueses a sua presença nesta Casa que o conde de Linhares fundou e organizou há 102 anos, e pela qual

também passaram, como ministros, alguns dos mais ilustres estadistas portugueses, como o conde da Barca, o marquês de Aguiar, Vila Nova Portugal, o duque de Palmela e Silvestre Pinheiro Ferreira.

Saudando mui cordialmente os nossos hóspedes portugueses desta noite, levanto ao mesmo tempo e muito respeitosamente a minha taça em honra de sua majestade el-rei dom Manuel II, da família real e da nobre nação portuguesa.

A SÁENZ PEÑA II

Discurso pronunciado em 23 de agosto de 1910, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao presidente eleito da República Argentina, doutor *Roque Sáenz Peña*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor doutor Roque Sáenz Peña,

Há pouco mais de um ano, ao honrar pela primeira vez esta Casa com a sua presença, em notável discurso lembrou vossa excelência que a própria Natureza, diferençando as produções do solo argentino e do solo brasileiro, impediu, na ordem econômica, rivalidades e competições entre os dois países. E exclamou: "Somos, sim, aliados na economia, como fomos outrora no proscênio político do continente."

Na ordem política, também não podemos razoavelmente entrar em conflito, porque os nossos ideais são os mesmos, e idêntico programa internacional de concórdia e paz por que ambos os governos procuram com empenho regular-se. Sem a paz e sem os sentimentos de cordura e confraternidade humana que devem animar todas estas nações novas, só poderíamos comprometer o nosso progresso no caminho da civilização.

As nobres palavras de amizade que vossa excelência pronunciou aqui, em Buenos Aires e em Montevidéu, referindo-se ao Brasil, às nossas alianças históricas e às glórias comuns, ecoaram simpaticamente em toda a extensão deste país. As aclamações populares tão espontâneas e calorosas, que nestes dias vossa

excelência tem recebido, lhe terão mostrado a sinceridade do afeto da nação brasileira pela sua distinta pessoa e do grande apreço em que temos e sempre teremos a amizade argentina.

Posso assegurar a vossa excelência que todos os dirigentes ou conselheiros da opinião neste país, sem distinção de agrupamentos políticos, num acordo perfeito, nada desejam mais cordialmente do que ver consolidadas para sempre e fortalecidas cada vez mais as antigas relações de amizade entre o Brasil e a Argentina, como entre o Brasil e os demais povos do nosso continente.

Sem ambição alguma de preponderância política, que alguns adversários nossos injustamente nos têm por vezes atribuído, só anelamos ver correspondidos fraternos e desinteressados sentimentos que nos animam para com todos esses povos, entre os quais o da República Argentina que vossa excelência vai agora dirigir com a sua larga experiência de estadista, diplomata e jurisconsulto.

Na política internacional do Brasil, guiamo-nos sempre pela regra que vossa excelência formulou no seu discurso-programa: sincera amizade para com os povos da Europa, berço da nossa comum civilização e que, ainda hoje, tão poderosamente nela colabora; cordial fraternidade para com as nações do nosso continente.

Em nome do governo brasileiro e dos meus concidadãos, agradeço ao ilustre presidente eleito da República Argentina os testemunhos de amizade e confiança que tem dado e ainda agora está dando ao Brasil.

O governo e o povo brasileiro saberão corresponder mui leal e convencidamente a essa amizade e confiança, e fazem sinceros votos para que a sua administração possa ser contada, um dia, entre as mais felizes, prósperas e gloriosas da República Argentina.

Meus senhores, convido-os a acompanhar-me no brinde que tenho a honra de levantar a sua excelência o senhor doutor Roque Sáenz Peña, presidente eleito da República Argentina; à nobre nação argentina, antiga amiga e aliada do Brasil; ao seu presidente atual, sua excelência o senhor doutor Figueroa Alcorta.

AO MARECHAL HERMES DA FONSECA

Discurso pronunciado em 12 de maio de 1911, aniversário natalício do marechal Hermes da Fonseca, presidente da República. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Só pela precedência que a velhice e a antiguidade como seu ministro me dão, cabe-me a honra de nesta ocasião saudar, em nome dos nossos colegas, como no meu próprio, a vossa excelência neste dia que é de regozijo para a sua família, para os seus numerosos amigos e também para a pátria brasileira; para todos nós e para a pátria porque todos neste país conhecem os grandes serviços que vossa excelência lhe vai prestando na reorganização do Exército Nacional, na formação das reservas de que ele tanto necessitava e na reunião dos meios materiais de defesa, que desde algum tempo nos faltavam quase por completo. Que por muitos anos ainda possa vossa excelência consagrar-se com a mesma atividade, influência e vigor à grande causa do perfeito aparelhamento da defesa nacional e possam os seus amigos e compatriotas saudá-lo tão efusivamente como hoje, são os votos que cordialmente fazemos, não só os meus colegas do gabinete, como todos os demais amigos aqui presentes.

Ao marechal Hermes e a sua família!

A DOMÍCIO DA GAMA

Discurso pronunciado em 18 de maio de 1911, no Palácio Itamaraty, por ocasião da partida de Domício da Gama para os Estados Unidos da América como sucessor de *Joaquim Nabuco* na embaixada do Brasil em Washington. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meu caro embaixador e amigo senhor Domício da Gama,

Eu não quis deixá-lo partir hoje sem lhe dar, nesta reunião íntima de despedida, um público testemunho da minha mui particular estima.

Conheci-o ainda na sua juventude, há mais de um quarto de século, já então querido por meu pai e por meus tios, que eram velhos servidores da pátria. Desde esse tempo, pude apreciar os belos dotes do seu espírito e do seu coração, e acompanhar com afetuoso interesse a sua laboriosa e digna carreira tanto na Europa quanto na América, e também aqui no Gabinete das Relações Exteriores. Com as suas qualidades pessoais, e tendo trabalhado nos primeiros anos de sua vida pública, sucessivamente, sob as vistas imediatas de Antônio Prado, Rio Branco e Joaquim Nabuco, a sua carreira não podia deixar de ser o que tem sido: um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria.

Tive grande prazer em assinar a sua nomeação para embaixador dos Estados Unidos do Brasil nos Estados Unidos da América e em ver ontem, o Senado brasileiro, sem debate e em votação unânime, sancionar essa minha escolha.

Estou muito certo de que, no posto que vai agora ocupar, há de se mostrar digno da confiança do governo e do Senado brasileiro, como

soube corresponder sempre à mesma alta confiança no desempenho das delicadas missões que exerceu durante anos no Peru e na República Argentina.

Bebo à sua saúde, meu caro embaixador, desejando-lhe próspera viagem e todas as felicidades que merece.

A QUIRNO COSTA

Discurso pronunciado em 28 de maio de 1911, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao estadista argentino *Quirno Costa*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor doutor Quirno Costa,

Agradeço a vossa excelência o haver aceitado o meu convite, honrando com a sua presença esta Casa, onde são sempre acolhidos com viva satisfação e cordialidade os representantes ilustres, oficiais ou não, da nobre nação argentina. Só sinto que seja tão rápida a sua passagem pela nossa capital, impedindo-nos a escassez do tempo de lhe fazer todas as demonstrações de alto apreço de que é digno e que certamente receberia numerosas neste país amigo.

Aqui todos sabemos que, desde a sua mocidade, em que me coube a fortuna de o conhecer e tratar de perto em Buenos Aires quando vossa excelência era subsecretário das Relações Exteriores, aqui todos sabemos que vossa excelência foi sempre, invariavelmente, mesmo em dias difíceis, um amigo do Brasil e nunca duvidou não só dos nossos sentimentos pacíficos, mas também da nossa leal amizade à nação argentina e a todos os outros povos nossos convizinhos. Aqui todos sabemos que vossa excelência foi o negociador e signatário argentino do Tratado de Arbitramento concluído com o Brasil em Buenos Aires a 7 de setembro de 1889, graças ao qual teve termo amigável uma irritante questão que havíamos recebido da época colonial. Todos sabemos aqui que, como ministro da República Argentina no Chile, em tempo em

que as paixões populares e o espírito guerreiro andavam mais acesos nos dois países, vossa excelência, com o seu ânimo conciliador, com o seu reconhecido tato político e com perfeita compreensão dos verdadeiros interesses da sua pátria e do nosso continente, concorreu poderosamente para que tivesse solução digna e amigável a delicada questão que por alguns anos pôs em perigo as boas relações entre os dois países. Sabemos aqui todos os brasileiros que, como ministro das Relações Exteriores, como vice-presidente da República durante a segunda e brilhante administração do ilustre general Julio Roca, vossa excelência trabalhou sempre para que cada vez se estreitassem mais as relações de amizade entre a Argentina e o Brasil.

E pois que a política internacional não se faz propriamente de sentimentalismo, mas sobretudo se inspira nos interesses nacionais de cada povo, posso assegurar a vossa excelência que neste país todos os homens das classes dirigentes, todos os políticos de responsabilidade e a nação inteira compreendem que é do interesse do Brasil procurar merecer sempre e cultivar com empenho a amizade argentina, como a amizade de todas as demais nações do nosso continente. É com a maior cordialidade que, como os meus companheiros aqui presentes, levanto o meu copo em honra do ilustre estadista e diplomata argentino doutor Quirno Costa.

NO TEATRO MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO

Discurso pronunciado na sessão cívica realizada em 15 de outubro de 1911, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Penhora-me profundamente a bondosa demonstração de estima e solidariedade com que, sem distinção de cor política e de classes sociais, mais uma vez me honram hoje os meus concidadãos, muitos aqui presentes, outros tão dignamente representados neste vasto recinto.

Reconheço que, encarecendo alguns dos meus passados trabalhos, é sempre muito grande a indulgência da maioria dos nossos compatriotas, para com as minhas lacunas e imperfeições: mas posso afirmar que eles só me fazem justiça quando se mostram muito certos da minha antiga e inquebrantável dedicação à nossa terra e às grandes causas nacionais, assim como da absoluta fidelidade com que, no posto que ocupo, tenho observado sempre o meu antigo propósito de me não envolver de modo algum em assuntos de política interna, invadindo incompetentemente alheias esferas de ação.

Tudo quanto em contrário se tem propalado nestes últimos dois anos não passa de engenhosos inventos ou infundadas suposições de alguns compatrícios que se tornaram meus desafetos pelo exaltamento passageiro de paixões partidárias.

Não ignora o país que, em 1909, alguns dos nossos mais distintos

estadistas e homens políticos procuraram convencer-me de que eu deveria consentir que levantassem eles o meu nome, na eleição presidencial, contra o do então candidato e meu colega de ministério, há dias tão prematuramente arrebatado pela morte.* Retirada essa candidatura, e escolhida a de outro meu colega,** em reunião política de que só tive conhecimento no dia seguinte, entraram, logo depois, muitos dos sustentadores do primeiro candidato, a entender que eu me devia prestar a ser contendor do segundo.

O procedimento que tive foi em tudo igual nas duas diferentes situações.

Resisti sempre, porque se tivesse procedimento contrário seria faltar eu ao programa de inteira abstenção nas lutas da política interna que, mui refletidamente, e conhecendo-me a mim próprio, eu me traçara desde muitos anos e havia afirmado solenemente quando aqui cheguei, vindo da Europa. Resisti tenazmente porque não me reconhecia com as qualidades precisas e saúde necessária para o bom desempenho de tão difíceis e delicadas funções; acrescendo, nos dois casos, que a oferta, que se me fazia, não era, como pensavam alguns, a de uma candidatura de conciliação, mas sim a de uma candidatura de combate. Estarei sempre pronto para servir a nossa terra na medida das minhas forças, mas sinto que não posso e não devo ser nem homem de partido, nem combatente na política interna.

Na primeira das indicadas situações, conversando com os chefes políticos que procuravam convencer-me, e declinando do encargo oferecido como superior às minhas aptidões, mencionei vários nomes entre os quais poderiam os proponentes escolher a seu gosto o candidato. Mas lembrar vários nomes, 10 ou 12, entre os quais o do ilustre militar*** já então indigitado por muitos grupos políticos, não é indicar um só nome, nem levanta uma candidatura. Aliás, todo o país sabe que não disponho de força eleitoral alguma, nem aqui, nem nos Estados da União, para sequer patrocinar com alguma probabilidade de êxito à candidatura de um intendente municipal.

Posso, meus senhores, repetir neste momento o que em outra

---

* Davi Campista.
** Marechal Hermes da Fonseca.
*** Marechal Hermes da Fonseca.

ocasião tive a honra de dizer mui sinceramente.

Nunca tive nem tenho outra aspiração que a de servir modesta e obscuramente a nossa pátria, como a servi durante muito tempo, na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão do meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para posições de realce, para os embates da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia que "a minha terra amei e à minha gente", e também, como do meu pai foi dito por um ilustre senador seu contemporâneo, que nunca abriguei no coração, contra ninguém, uma partícula de malquerença ou ódio. Instado para ocupar o posto em que me têm mantido a confiança de vários presidentes, só o aceitei após longa e respeitosa resistência, porque ia interromper trabalhos de minha predileção e para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato e egoísta só desejoso de posições mais ou menos cômodas no estrangeiro.

Fui aqui recebido per alguns com desconfiança, supondo-me esses um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas no trato com os mais fracos.

Todo o meu passado já então protestava contra tais suposições. E hoje creio que, conscienciosamente, ninguém mais, aqui ou no estrangeiro, deixa de reconhecer a sinceridade dos sentimentos pacifistas que sempre tenho manifestado, empregando-me incessantemente, nestes anos últimos, como membro da administração pública, em achar soluções amigáveis e satisfatórias para todas as nossas antigas ou ocasionais pendências com os demais povos.

O mestre ilustre que este auditório acaba de aplaudir* fez justiça aos meus sentimentos pessoais, mas, passando em revista as campanhas diplomáticas em que me empenhei desde 1893, exaltou sobremodo os meus méritos e serviços.

É certo que muito trabalhei e tenho trabalhado desde então. Devo, entretanto, ser o primeiro a reconhecer e proclamar que, em geral, os resultados finais não poderiam ter sido obtidos sem a prévia preparação e trabalho paciente de muitos dos meus predecessores. Em vários casos a ação lenta do tempo, como declarei em outro recinto, foi conseguindo

* Barão de Brasílio Machado.

moderar e reduzir as pretensões dos nossos contendores de boa-fé, chamando-os à calma e à reflexão e quebrando pouco a pouco as intransigências do primeiro e largo período das negociações por vezes entabuladas, durante as quais, então como nestes nove últimos anos, o governo brasileiro mostrou sempre o mais franco espírito de conciliação e liberalidade, em que pese aos nossos incorrigíveis difamadores no estrangeiro.

Se essa ideia conseguiu firmar-se em todos os espíritos imparciais, e o Brasil colhe, com a sincera amizade de todos os povos, e, especialmente os do continente, os frutos da sua política desinteressada de concórdia e de paz, por feliz me terei eu em haver podido, representante fiel do pensamento da nação e dos seus presidentes, ligar o meu nome a essa obra sem dúvida meritória e imperecível.

A vossa benevolência soube dizê-lo por forma eloquente e emocionante, nesta demonstração grandiosa.

E ainda que, pelos meus longos hábitos de retraimento, não seja eu um homem feito para grandes e solenes ocasiões como a presente, hei de guardar sempre, no tempo de vida que ainda me possa restar, a mais grata e reconhecida lembrança da noite de hoje.

Recebo os testemunhos de estima e o generoso afeto com que estou sendo honrado como poderosos incentivos para que me não desvie do caminho que me tracei no serviço da pátria, no qual não me abatem desgostos nem me desorientam injustiças. Estas como aqueles a nação me tem liberalmente habituado a compensá-los com a sua aprovação, grande e soberana força que, com a confiança dos presidentes, me tem amparado sempre.

NO CLUBE MILITAR

Discurso pronunciado em 15 de outubro de 1911, quando da inauguração do retrato do *Barão do Rio Branco* no Clube Militar. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

A altíssima distinção que, com o prévio assentimento do senhor presidente da República,* generalíssimo constitucional das nossas forças de terra e mar, e, conseguintemente, com o do seu ministro da Guerra,** me confere hoje a brilhante oficialidade do Exército brasileiro não é, nem podia ser, procedendo de soldados, uma manifestação de natureza política.

Torna isso bem patente o belo discurso que acabamos de ouvir, tão cheio de benevolências para comigo, e tão verdadeiro na sua síntese das empresas guerreiras dos nossos maiores quanto o é no reconhecimento da atitude exclusivamente defensiva em que o Brasil se tem mantido desde a sua independência política.

O que mais me toca e penhora na presente demonstração é que ela visa em mim principalmente a dupla qualidade de antigo cultor da história pátria e de amigo desinteressado do Exército e Armada do Brasil.

---

* Marechal Hermes da Fonseca.

** General-de-divisão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto.

Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar nem distrair do caminho do dever profissional; e muitos poderão dar testemunho de que a minha linguagem para com eles tem sido invariavelmente mesma, tanto no Império, quanto na República.

Os antigos com quem tive a fortuna de privar, e que, no serviço da pátria, se haviam ilustrado ganhando vitórias ou contribuindo para elas, tratavam-me, alguns, com afeto quase paternal: davam-me eles ensinamentos e não precisavam de conselhos meus. Aos moços que às vezes me ouviam como aos nossos soldados de hoje, sempre alvitrei o mais completo respeito à disciplina e a mais inteira consagração à nobre carreira que haviam adotado.

Mas, ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, tanto aqui quanto no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um "militarista", como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Toda a nossa vida como Estado livre e soberano atesta a nossa moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos incontestavelmente a primeira potência militar

da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos.

Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados, ou quando invadido o nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral antes de qualquer apelo às armas, como há pouco advertiu o distinto orador a quem respondo.

Querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América, não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota.

Meus senhores, no pouco que tenho dito, vai implicitamente a afirmação do meu incessante culto pelos que, em tempos já afastados, souberam honrosamente expor a vida pela terra do nosso nascimento; e estará também, penso eu, no conceito imparcial dos nossos compatriotas, a verdadeira explicação dos meus sentimentos de afetuosa estima por quantos dignamente se dedicam à nobre profissão das armas.

Sinto-me verdadeiramente feliz vendo a minha velha amizade correspondida pela corporação dos nossos oficiais; e em nenhum outro recinto poderia eu achar-me com mais íntima satisfação do que neste, onde hoje penetro pela primeira vez. Agradeço ao senhor presidente da República o haver honrado esta solenidade com a sua presença.

Agradeço ao Exército Brasileiro, ao Clube Militar e ao seu digno orador* a grande honra com que lhes aprouve distinguir-me, magnificando generosamente os meus trabalhos de antanho, infelizmente para mim, há tanto interrompidos, e engrandecendo os serviços que, em outros campos de ação, fui chamado a prestar nestes últimos 19 anos.

---

* Tenente-coronel Tasso Fragoso.

E não devo omitir que durante este derradeiro e largo período só tenho sido um simples e dedicado executor da política de paz e concórdia invariavelmente observada por todos os governos do Brasil.

Índice onomástico

A

ABAETÉ (visconde de), 111
ABRANTES (marquês de), 111
AFONSO CELSO (conde de), 206, 233, 245, 271, 284, 285
AGUIAR (marquês de), 290
AGUIAR DE ANDRADA (barão de), 87
ALMEIDA, Cândido Mendes de, 274
AMARAL, Joaquim Tomás do, 17
ANDRADA, José Bonifácio de, 278
ANDRADE FIGUEIRA, 76
ARAÚJO, João Hermes Pereira de, 33
ARAÚJO, Roberto Luiz Assumpção de, 7, 15, 61
ARCOS (conde dos), 68
ARGÔLO, Francisco de Paula, 153
ASSIS BRASIL, 19, 22, 119
AZEVEDO, Ciro de, 99

B

BAINBRIDGE, 32, 194
BALSEMÃO (visconde de), 68
BARBOSA LIMA, Alexandre, 40, 243
BARBOSA RODRIGUES, 272
BARBOSA, Rui, 19, 28, 37 39, 42, 174, 185, 187, 188, 189, 226, 227
BARCA (conde da), 290
BARROSO, 60, 220, 267
BATISTA PEREIRA, Antônio, 37, 225, 228
BEVILACQUA, Clóvis, 117
BILAC, Olavo, 18
BRENNER, E., 103
BRYAN, William Jennings, 46, 47, 52, 275, 276, 277, 279
BUENO, Clodoaldo, 26

C

CABO FRIO (visconde de), 17, 18, 109, 110, 112, 274
CAETANO DA SILVA, Joaquim, 273
CALMON, José, 82, 83
CAMPISTA, Davi, 39, 43, 50, 310
CAMPOS SALES, 18, 95, 99, 103
CAPISTRANO DE ABREU, 200
CARDOSO DE MENESES, 71
CARLOS I (d.) 39, 48, 233, 287, 288, 289
CARNEIRO LEÃO, 254
CAVALCANTI, Joaquim Arcoverde de Albuquerque (d.), 18
CAXIAS, 34, 60, 206, 267
CERQUEIRA, Dionísio Evangelista de Castro, 88, 91
CLAUZEWITZ, Carl von, 26
CLEMENCEAU, Georges, 50, 52, 61
CLEVELAND, Grover, 39, 56, 87, 91, 233, 278
COOPER, Fenimore, 194

COSTA, Quirno, 48, 303, 304, 305, 306
COTEGIPE (barão de), 111, 274
COUTINHO, Aureliano – *vide* SEPETIBA (visconde de).
CRUZ MACHADO, 65
CRUZ, Oswaldo, 20
CUNHA, Euclides da, 46, 272

D

DECATUR, 32, 194
DENIS, Ferdinand, 249
DOUMER, Paul, 27, 42, 52, 165, 166, 167, 249
DUDLEY, 279

E

ELIZALDE, Luís, 157, 158, 159, 160

F

FARRAGUT, 32, 194
FAWCETT, Percy Harrison, 34
FEIJÓ, Diogo, 206
FERREIRA, Silvestre Pinheiro, 290
FERRERO, Guglielmo, 27, 28, 61
FÉRREZ, Julio, 27
FIGUEROA ALCORTA, 29, 36, 294
FLEIUSS, Max, 233, 245, 271
FONSECA, Hermes da, 25, 38, 43, 45, 49, 50, 51, 295, 296, 310, 315
FRAGOSO, Tasso, 317
FRANCE, Anatole, 41, 42, 52, 247, 248
FRY, Edward, 39

G

GAMA, Domício da, 49, 299, 300, 301
GÓIS, Zacarias de, 35, 206
GOMES DE CASTRO, 272
GOROSTIAGA, 36, 159
GRAÇA ARANHA, 28, 211
GUILHERME I, 99
GUILHERME II, 16, 99
GUILLOBEL, José Cândido de, 34
GUSMÃO, Alexandre de, 273

H

HANOTAUX, 249
HOMEM DE MELO (barão), 284

I

INHAÚMA, 60, 267, 284, 285

J

J. PENN, 23, 24
JAPURÁ (barão de), 274
JEFFERSON, Thomas, 277
JEQUITINHONHA, 120
JONES, Paul, 32, 194

K

KONDER, Adolfo, 171

L

LIMPO DE ABREU, 254
LINCOLN, 194
LESSA, Pedro, 171
LINHARES (conde de), 289
LINS, Álvaro, 39 e nota 4
LOMBROSO-FERRERO, Gina 27, 28
LOPES NETO, 274
LÓPEZ, Solano, 159

M

MACEDO, 231
MACHADO, Brasílio (barão), 50, 311
MACHADO DE ASSIS, 28
MANUEL II (d), 290
MARANGUAPE (visconde de), 111, 273
MELO MATOS, 67, 68, 69, 70
MENA BARRETO, Antônio Adolfo da Fontoura, 315
MENDES, Raimundo Teixeira 45
MITRE, Bartolomeu, 128, 155, 159
MITRE, Emilio, 25, 27, 157, 158
MILLER, Charles (d.), 37
MONROE, James, 22, 23, 24, 32, 47, 143, 192, 194, 278

N

NABUCO, Joaquim, 22, 23, 30, 41, 47, 49, 120, 153, 278, 300, 301
NASCENTES DE AZAMBUJA 274

O

OURO PRETO (visconde de), 35, 47, 218, 219, 220, 282, 283, 284, 285
OSÓRIO, 60, 267

P

PALMELA (duque de), 290
PANDO, José Manuel, 34, 213, 214, 215
PARANAGUÁ (marquês de), 32, 33, 34, 201, 204, 206, 272
PARANHOS JÚNIOR – *vide* RIO BRANCO (barão do).
PEÇANHA, Nilo, 50, 274
PEDRO I (d.), 278
PEDRO II (d.), 34, 38, 60, 231, 267, 274
PEIXOTO, Floriano, 18, 87
PENA, Afonso, 30, 32, 39, 41, 43, 46, 49, 50, 187, 252, 257, 258, 272
PEREIRA DA SILVA, 75
PEREIRA, Luis Barroso, 44
PERRY, 32, 194
PINHEIRO MACHADO, José Gomes, 50
PINILLA, Claudio, 26, 161, 162
PINTO MOREIRA, 82
PONTE RIBEIRO (barão da), 273
PORTER, 32, 195
PORTO ALEGRE, 231, 267
PORTO SEGURO, (visconde de), 51, 273
PRADO, Antônio, 301
PRADO, Eduardo, 51

Q

QUEIRÓS, Eusébio de, 120

R

RECLUS, Elisée, 249
RIBEYROLLES, Charles, 249
RICHET, Charles, 42, 249
RIO BRANCO (barão do), 01, 03, 07, 11, 15, 30 (nota 2), 33, 40, 50, 51, 52, 55, 56, 58, 60 e nota 2, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 98, 114, 176, 180, 266, 314
RIO BRANCO (visconde do), 111, 273, 301
ROCA, Julio, 35, 44, 48, 306
RODRIGUES ALVES, Francisco de Paula, 16, 19, 30, 39, 41, 108, 119, 153
ROOSEVELT, Theodore, 22, 31, 32, 143, 154, 156, 173, 188, 193, 194, 195, 153
ROOT, Elihu, 22, 23, 25, 31, 32, 141, 142, 154, 156, 167, 173, 188, 193, 195, 278
ROSAS, 29, 159
RUI BARBOSA, Maria Adélia, 37, 225

S

SÁENZ PEÑA, Roque, 36, 43, 44, 261, 262 ,263, 291, 292, 293, 294
SAINT-HILAIRE, 249
SÃO LEOPOLDO (visconde de), 201, 231, 273
SÃO VICENTE (marquês de), 111, 273
SAY, Horace, 249
SCHOELCHER, 249
SEPETIBA, (visconde de), 112, 273
SILVA NUNES, 81

SIMON, Jules, 249
SINIMBU (visconde de), 111
SOUSA, Paulinho de, *vide* URUGUAI (visconde de).
SOUTHEY, 200

T

TAFT, William, 47, 278, 279
TAQUES, 81, 84, 119, 155
TAVARES BASTOS, 120
TÔRRES FILHO, Cândido, 82

U

URUGUAI (visconde do), 11, 111, 120, 273

V

VARNHAGEN – *vide* também PORTO SEGURO (visconde de).
VAZQUEZ, Eduardo, 29
VICTOR HUGO, 207, 249
VILA NOVA PORTUGAL, 290

W

WASHINGTON, 19, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 34, 47, 49, 56, 57, 86, 90, 119, 137, 148, 153, 173, 188, 194, 195, 279, 300
WILLIMAN, 29, 181
WILSON, Woodrow, 46

Z

ZEBALLOS, Estanislau Severo, 29, 35, 36, 43

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)